

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
LINHA DE PESQUISA: CULTURA E CIDADES

**MODERNIDADE À CONTA GOTAS: POR UMA HISTÓRIA DO
ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM CAMPINA GRANDE – PB (1950-1958)**

FABIANO BADÚ DE SOUZA

ORIENTADOR: PROFESSOR Dr. SEVERINO CABRAL FILHO

CAMPINA GRANDE

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
LINHA DE PESQUISA: CULTURA E CIDADES

**MODERNIDADE À CONTA GOTAS: POR UMA HISTÓRIA DO
ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM CAMPINA GRANDE – PB (1950-1958)**

Dissertação de Mestrado defendida pelo aluno Fabiano Badú de Souza, sob a orientação do Professor Dr. Severino Cabral Filho, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História.

CAMPINA GRANDE

2013

**MODERNIDADE À CONTA GOTAS: POR UMA HISTÓRIA DO
ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM CAMPINA GRANDE – PB (1950-1958)**

Dissertação de Mestrado defendida em: ____/ ____/ ____

.....
Professor Dr. Severino Cabral Filho
(Orientador)

.....
Professor Dr. Alarcon Agra do Ó
(Examinador Interno)

.....
Professor Dr. Raimundo Pereira Alencar Arrais
(Examinador Externo)

.....
Professor Dr. Luciano Mendonça de Lima
(Suplente - Examinador Interno)

.....
Professor Dr. Damião de Lima
(Suplente - Examinador Externo)

CAMPINA GRANDE

2013

A água já corria junto ao céu desde o tempo dos primeiros aquedutos e das primeiras canalizações. Mesmo sabendo desses trabalhos antigos, talvez exista qualquer coisa de lúcido em cultivar uma ponta de estranheza em relação às águas que parecem emancipadas da terra. Não porque elas sejam menos verdadeiras do que as outras. Mas porque em meio à pequena estranheza cultivada se abre uma brecha para perceber quanto de esforço e habilidade foi necessário para que os homens vencessem a resistência das coisas e da natureza

(Denise Bernuzzi de Sant'Anna)

MODERNIDADE À CONTA GOTAS: POR UMA HISTÓRIA DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM CAMPINA GRANDE – PB (1950-1958)

RESUMO

No início dos anos 1950, a cidade de Campina Grande - PB foi palco de uma experiência modernizadora, fruto dos desdobramentos de um elaborado projeto político e civilizador, que entre outras questões, visava assegurar a ampliação do sistema de abastecimento de água para a cidade, uma vez que a população enfrentava grave dificuldade para a obtenção deste líquido, muitas vezes recorrendo à água salobra, imprópria para o consumo, oriunda de precários espaços de armazenamento ou mesmo dos concorridos reservatórios públicos ou privados. Buscando combater uma atmosfera de temor e insegurança e afugentar de vez o fantasma da sede e das epidemias que rodeavam a cidade, os governadores eleitos nos anos 1950, a exemplo de José Américo de Almeida, Flávio Ribeiro Coutinho e Pedro Moreno Gondim realizaram, entre os anos de 1951 a 1957, em parceria com as ações administrativas do Governo Federal, um projeto extremamente ambicioso: a construção do “Açude de Boqueirão de Cabaceiras”, seguido de um sistema adutor em 1958, os quais visavam, entre outras questões, suprimir a insuficiência do abastecimento proveniente de outro manancial, o “Açude de Vaca Brava” que se encontrava a beira de um colapso. Este projeto foi realizado pelo D.N.O.C.S., em parceria com o renomado escritório de engenharia sanitária de Saturnino de Brito Filho. Sendo assim, este trabalho busca analisar as representações elaboradas em torno da crise do abastecimento d’água em Campina Grande, bem como os enunciados e as estratégias governamentais para a sua resolução, levadas a efeito a partir da construção do “Açude de Boqueirão de Cabaceiras” ou “Açude Epitácio Pessoa”. Nesse intuito, buscaremos problematizar um conjunto de tramas políticas, materiais e simbólicas que caracterizaram as experiências sociais elaboradas em torno da aquisição deste equipamento moderno, entre os anos de 1950-58, a partir da análise de representações jornalísticas, documentos técnicos e registros fotográficos, como forma de perceber os usos e consumos da água desejados para a cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade – Modernização – Água

AGRADECIMENTOS

Ao pai celestial, pela força e discernimento necessários para a realização deste trabalho.

Aos meus pais, Amadeu Badú de Souza e Marinete Lino de Souza pelo carinho, compreensão e apoio incondicional.

A minha irmã, Silvaney Badú de Souza, por representar a minha iniciação no mundo das letras, das histórias e das fábulas, e também por seu grande coração.

Ao meu orientador, o professor Severino Cabral Filho, pelo respeito e confiança depositados nas mãos de um jovem e ansioso aprendiz, pela sua grande generosidade em partilhar experiências valiosas, acadêmicas e cotidianas, e por ensinar sobre o valor da pesquisa, a importância do ensino, o papel social da história e o amor pelo ofício. Professor, muito obrigado!

A Thaisy Lanny de Albuquerque, pelo incentivo e apoio dispensado ao longo de todas as etapas desse trabalho. Pelas leituras atentas e sugestões valiosas. Obrigado.

Aos professores Antônio Paulo Rezende (UFPE), Iranilson Buriti de Oliveira (UFCG) e Alarcon Agra do Ó (UFCG) – (orientador honorário), pelas generosas contribuições e a gentileza em compor a banca de qualificação deste trabalho em novembro de 2012, na condição de examinadores. Reafirmamos os votos de estima e admiração.

A dois grandes incentivadores desse trabalho, os professores Luciano Mendonça de Lima e Antônio Clarindo B. de Souza, pelas contribuições importantes à minha formação e pela partilha de experiências metodológicas indispensáveis, seja nas conversas informais ou nos debates provenientes das disciplinas ministradas por esses, as quais tive o privilégio de cursar na condição de aluno.

Aos professores João Marcos Leitão (pelo seu bom humor e criatividade) e Silêde Leila Cavalcanti (pela sua grande sensibilidade e atenção). Esses que ao lado do

meu orientador, o professor Severino Cabral Filho, foram os meus tutores no Estágio de docência REUNI, ao longo de quatro períodos letivos, na área da História Contemporânea - UFCG. Expresso a minha gratidão pela generosidade desses profissionais em partilhar exemplos valiosos de compromisso, organização e didática, fundamentais para a minha aprendizagem. Aos mestres, o meu muito obrigado.

Aos historiadores e amigos, Giscard Farias Agra e Bruno Rafael Gaudêncio, pelo incentivo dedicado a esta empreitada e pelas contribuições pertinentes em momentos decisivos.

De modo respeitoso, aos mestres, velhas árvores, por todas as suas contribuições. Professores: Roberval S. Santiago, Celso Gestermeier, Gervácio Aranha, José Otávio, José Benjamin, Alarcon Agra do Ó, Zenon, José Júnior, José Luciano Aires, Lincoln Diniz, Marinalva Vilar, Rosilene Montenegro, Juciene Apolinário, Nilda, Keila Queiroz e todos da Unidade Acadêmica de História e Geografia da UFCG.

Ainda em agradecimento aos profissionais de outras unidades acadêmicas, universidades e escolas, os professores: José Mário, Adeilson, Antônio Berto, Rodrigo Ceballos, Rosangela Mello, Socorro Nascimento, Janaina, Flávio Arruda, Gilvan, Harry, Roseane, Lourenço, Patrícia Aragão, Josemir Camilo, Kyara Almeida, Manuela Aguiar, Sílvia Tavares e Vanuza Souza.

A Ana e Rosa (Coordenação de História – UFCG) pela competência, atenção e a amizade. Aos companheiros Arnaldo e Felipe do PPGH, pela assistência e simpatia características, e aos demais funcionários da UFCG, seu Manoel, Marciano, Socorro, Wellington, Mazileu, Caiçara, Geo e a todos da Biblioteca Central.

A todos os meus colegas do curso de Mestrado em História da UFCG – Turma - (2011-2013). Sucesso, meus queridos!

A todos os meus colegas do curso de Especialização em História do Brasil e da Paraíba – FIP (2012-2013). Vitória e perseverança!

Aos meus companheiros de trabalho e alunos do CMMS – Colégio Municipal Monsenhor Stanislaw em Olivedos – PB.

Ainda em reconhecimento a colaboração. Aos pesquisadores Emmanuel Sousa e Adriano Araújo do Blog Cgretalhos. A Júlio César, grande conhecedor do acervo do Diário da Borborema. A Juliana Simões, entusiasta da História do município de Boqueirão – PB. A Raul Ferreira, exímio pesquisador e editor do blog História Esperancense. A engenheira, dona Raimunda Aurino Chagas (dona Raimundinha). Ao senhor Antônio Fernandes Bióca (*in memoriam*), e a Professora Soahd Arruda Rached Farias.

A UFCG, minha segunda casa ao longo desses anos, e ao CNPq pelo financiamento do projeto e pela concessão da bolsa.

A banca examinadora, todo o meu respeito e admiração.

A todos, os meus mais sinceros votos de agradecimento.

DEDICATÓRIA

Dedico essa dissertação a Miguel Badú (baduzinho), meu primeiro filho, pequeno padawan, que chegou a esse mundo nos enchendo de alegrias e sorrisos. A você, todo o meu amor.

SUMÁRIO

RESUMO	05
AGRADECIMENTOS.....	06
DEDICATÓRIA.....	09
LISTA DE IMAGENS	11
INTRODUÇÃO	12
I CAPÍTULO: COMO ABASTECER UMA “CIDADE MODERNA”?:	
MODOS DE VER E LER A FALTA D’ÁGUA EM CAMPINA GRANDE	38
Breve histórico sobre os usos das águas em Campina Grande	39
Os reservatórios hídricos como lugares de disputas: o discurso higienista e sanitaria entra em cena	46
II CAPÍTULO: TRAMAS POLÍTICAS E DISPUTAS MATERIAIS E SIMBÓLICAS NO	
CURSO DAS ÁGUAS	94
Construindo o Boqueirão de Cabaceiras: uma experiência modernizante	95
III CAPÍTULO: MODERNIDADE À CONTA GOTAS: (DES)ENCANTOS E	
(DES)VENTURAS DO ABASTECIMENTO D’ÁGUA NA RAINHA DA BORBOREMA....	130
O caso da construção da Adutora do Boqueirão de Cabaceiras.....	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	159
MATERIAIS IMPRESSOS CONSULTADOS/DOCUMENTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA.....	162
REFERÊNCIAS	163

LISTA DE IMAGENS

Fotografia número 1: O Açude Velho é uma festa!	66
Fotografia número 2: A prática do remo no Açude Novo	74
Fotografia número 3: As lavadeiras do Bodocongó	78
Fotografia número 4: Início das escavações para a construção da barragem.....	103
Fotografia número 5: Máquinas e trabalhadores na construção da barragem.....	117
Fotografia número 6: O Presidente Juscelino Kubitschek e a Comissão de Campina Grande.....	124
Fotografia número 7: Trabalhadores e tubulações na construção do Sistema Adutor.....	138
Fotografia número 8: Juscelino Kubitschek no Reservatório da Prata - Inauguração e abertura das válvulas de bombeamento da Adutora de Boqueirão de Cabaceiras.....	154

INTRODUÇÃO

Muito se escreveu sobre as formas de pensar, sentir e representar a cidade ao longo dos tempos, e bem antes da *urbe* ser apropriada e descortinada como tema de reflexão por parte de historiadores e cientistas sociais, esta figurou como objeto de vislumbre intelectual, povoando, seduzindo e encantando a pena e a verve dos mais diversos poetas, trovadores, filósofos, cronistas, romancistas, literatos, teólogos, etc., baluartes citadinos, que personificaram a cidade sob os mais diversos formatos, reinventando os seus usos e reelaborando os seus modelos.

As primeiras reflexões modernas sobre a cidade, tomando-a como um espaço complexo e específico de organização social, datam de meados do século XIX. É também neste período que a experiência urbana passa a figurar como matéria de análise tanto para a historiografia quanto para o pensamento sociológico, enquanto um campo específico do conhecimento. Vale salientar que neste período autores como Karl Marx¹, Friedrich Engels² e Fustel de Coulanges³, atribuem uma visível preocupação com alguns aspectos da psicologia e do cotidiano citadino.⁴

O século XX assistiu a uma grande eclosão de interesse dos vários campos do saber em estudar a cidade, possibilidades analíticas pelas quais a espacialidade urbana viria a ser vislumbrada como um texto, no qual poderiam ser lidos os mais variados códigos, grafados de modo onde são traçadas as suas vastas e complexas tramas sociais⁵.

No campo das produções acadêmicas que tomam as cidades como temática de investigação, presentes em uma historiografia mais ampla, a principal motivação que canaliza o interesse de grande parte dessas pesquisas refere-se ao fato de as cidades

¹ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Tradução de Luiz Cláudio de Castro e Costa. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

² ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Bomtempo, 2008.

³ COULANGES, Fustel de. *A cidade antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 1987

⁴ BARROS, José D'Assunção. *Cidade e História*. Petrópolis/ RJ: Vozes, 2007. pp.13-14.

⁵ Em seu texto intitulado: "Caminhadas pela cidade" Certeau nos alerta para a possibilidade de ler a cidade como um texto, ou seja, afirma-nos que escrevemos o texto da cidade ao caminharmos por ela, expedientes que nos possibilitam adentrar nos meandros das ruas e nos textos que vão sendo escritos e desenhados ao longo da invenção de nossas trajetórias. A saber, CERTEAU, Michel de. "Caminhadas pela cidade". In: *A invenção do cotidiano: 1- Artes de Fazer*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994, p.169-191.

serem o grande cenário da modernidade. “Nesses espaços os homens modernos ergueram seus novos templos, redefiniram suas relações sociais, formularam as suas utopias, apostaram no futuro e se deixaram seduzir pelas invenções modernas.”⁶

Nesse sentido, as cidades passaram a ter os seus papéis (re)definidos à imagem e semelhança de uma série de discursos e práticas amparadas na autoridade de saberes da razão ocidental de médicos, higienistas, técnicos, urbanistas e reformadores políticos, os quais promoveriam uma série de transformações identificadas através das reformas urbanas, das quais a grande reforma realizada na Paris do século XIX, sob o comando do Barão Haussmann, é o seu marco fundador.⁷

Estas intervenções promoveram uma grande proliferação de uma série de equipamentos modernos de uso coletivo, a exemplo da ampliação do setor viário, reconstrução de edificações públicas e privadas, abertura de avenidas e a construção de bulevares, praças, parques e jardins, e a instalação de esgotamento sanitário e fornecimento moderno de abastecimento de água encanada, configurando assim os ideais de modernização, civilização e progresso, “vitrine para o mundo”, padrão a ser incorporado como senha de acesso a um novo modelo de sociedade, no qual as otimizações físicas e urbanas datavam a medida de inserção num padrão “civilizado” que levantaria as bases de um processo civilizador na cidade, alterando costumes, redefinindo hábitos e promovendo uma transformação nas sensibilidades.⁸

No plano do debate historiográfico sobre a cidade, vale salientar ainda o campo de análise que se fez possível a partir da chamada *História Social da Cultura*, tendência surgida na historiografia inglesa e bastante consolidada em termos acadêmicos, consagrada, sobretudo, aos moldes de E. P. Thompson, E. J. Hobsbawm e Christopher Hill. A cidade, nesta perspectiva, passa a ser visualizada no ambiente acadêmico de modo bastante recorrente. Essa vertente historiográfica procurou, como uma de suas fundamentais preocupações, conceder aos indivíduos “ditos comuns” o *status* de atores sociais, arquitetos das suas próprias experiências, conscientes de

⁶ PIRES, Maria da Conceição Francisca. Vitória no começo do século XX: modernização na construção da capital capixaba. In: *Saeculum – Revista de História*. João Pessoa/ PB, n. 14, jan./ jun. 2006. p.01

⁷ BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. Ed. Brasiliense, 1982

⁸ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador. Volume I: uma história dos costumes*. Tradução de Ruy Jurgman. 2 ed., Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1990. 1v; _____, *O processo civilizador. Volume II: formação do estado e civilização*. Tradução de Ruy Jurgman. 2 ed., Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1993. 2v; BERMAN, M. *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar*. Trad. Carlos Felipe Moisés. 1º reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

suas ações e inventores autônomos das suas próprias trajetórias históricas, sobretudo no espaço cidadão.

Surgida a partir do movimento dos *Annales* em 1929, em oposição aos postulados rankianos (História Política tradicional), e paralelamente à História Econômica, esta concepção historiográfica tratava de dar voz às massas, às minorias e aos excluídos. Fez-se possível pensar uma história das crianças, das mulheres, dos populares, dos loucos, das prostitutas, dos operários, dos “sujeitos sem passado”, que não possuíam espaço na dita “História Oficial”, pois representavam os vencidos, sem rosto e sem voz, opondo-se assim à escrita de uma historiografia pautada unicamente na figura de grandes homens, propondo a chamada história “vista de baixo”, pensada através das sociabilidades, solidariedades, tensões e conflitos sociais, sobretudo nos processos de modernização.⁹

Para Chalhoub, sobre estes movimentos, os indivíduos que moram, se divertem e trabalham no espaço cidadão, em meio às transformações ocorridas nas cidades, são os verdadeiros protagonistas das reinvenções urbanas, que ocorrem diuturnamente em seu cotidiano, sendo estas para o seu benefício ou não.¹⁰

Alguns estudos da chamada *História Cultural* são responsáveis por delimitar um campo bastante preciso de possibilidades analíticas pelas quais estas experiências cidadãs podem ser investigadas, ampliando o seu universo temático e expandindo de modo consistente os horizontes da pesquisa historiográfica na contemporaneidade. Estes trabalhos foram tomados aqui como frutos de uma escolha, por concentrarem as suas atenções no diálogo estabelecido entre aspectos bastante específicos, a saber, higienização, sanitarismo, modernidade, sensibilidade, cidade.

Um destes trabalhos que se apresenta como um marco divisor de águas ao pensar a cidade e a sua relação polissêmica (de amor e ódio) com os elementos da modernidade, pertence aos esforços intelectuais de François Béguin¹¹. O seu artigo tem se estabelecido como marco importante nesta problemática por traçar um valioso itinerário referente às pesquisas realizadas entre 1840 e 1850 pela administração

⁹ BURKE, Peter. *A escola dos Annales: 1929-1989: a revolução Francesa da Historiografia*. Tradução de Nilo Odália. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

¹⁰ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro na Belle Époque*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

¹¹ BEGUIN, François. As maquinarias inglesas do conforto. In: *Revista Espaço-Debates*, n. 34, NERU, 1991, pp.39-54

pública inglesa, a fim de perscrutar os *cantos e os antros* da cidade, na busca por mapear ambientes viciosos onde reinavam a doença, a delinquência, a má circulação do ar e da luz, e a ausência de canalização apropriada a fim de redirecionar a água e os escoamentos dos fluidos indigestos oriundos dos esgotos. A pesquisadora Maria da Conceição F. Pires, ao comentar o texto de Beguin, aponta estes fatores como aspectos que desencadeariam a emergência da “intelectualidade na construção de teses explicativas sobre a necessidade das políticas urbanas e práticas de intervenção por parte dos poderes públicos, de forma a conter as epidemias que assolaram os grandes centros urbanos na Europa”¹².

Outra produção relevante a esta discussão é o do trabalho do historiador francês Daniel Roche¹³. No campo de uma História da cultura material, o texto trata de descrever um conjunto de novas relações e novos valores sociais gestados no seio da sociedade moderna, entre os séculos XVII-XIX, à medida que novos elementos passaram a ser inseridos no cotidiano das populações. Seja no plano da materialidade ou mesmo no campo das estruturas mentais, Roche articula uma verdadeira cartografia de novos gestos e significados atribuídos tanto ao estranhamento quanto à alteração nas sensibilidades promovidas pela emergência de elementos como novas roupas, a moda, a iluminação elétrica, os sistemas de pesos e medidas, a moradia, o aquecimento, as mudanças sensíveis no uso da água e, conseqüentemente, sugere a preocupação com a higiene, até então precária.

Centrando mais especificamente no referencial que estuda a temática das cidades e sua relação com a modernidade no Brasil, elencamos a contribuição fundamental do trabalho desenvolvido por Nicolau Sevcenko¹⁴ em que este aborda a urbanização da cidade de São Paulo em 1920 a partir da introdução de novas tendências tecnológicas, e de como essas inovações refletiram no cotidiano social da cidade. A relevância deste trabalho para o debate se dá na medida em que o mesmo aponta que a formação da concepção de modernidade no Brasil se estabelece a partir das formulações geradas em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro - por sua vez

¹² PIRES, Maria da Conceição Francisca. Vitória no começo do século XX: modernização na construção da capital capixaba. In: *Saeculum – Revista de História*. João Pessoa/ PB, n. 14, jan./ jun. 2006. p. 01

¹³ ROCHE, Daniel. *História das coisas banais: o nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

¹⁴ SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

inspiradas em tendências europeias - principais centros econômicos, políticos e culturais do Brasil no início do século passado. Tratou-se de um processo que se propagou pelas grandes capitais e que teve início com o advento da República, em que uma nova política econômica foi instaurada, tornando necessário adaptar as cidades ao crescimento do comércio e das atividades industriais de exportação.

Outro trabalho que já é tido como clássico e que não podia faltar nesta discussão, trata-se da investigação realizada por Jaime Larry Benchimol¹⁵. Esta pesquisa foi apresentada ao Programa de Planejamento Urbano e Regional da COPPE/UFRJ (mestrado em História Urbana) em 1982, e aborda os significados atribuídos ao “conceito de modernidade” aplicado à cidade do Rio de Janeiro durante a administração do prefeito Francisco Pereira Passos, o nosso “Hausmann tropical”. A obra aborda os processos de reforma urbana ocorridos na cidade no início do século XX, e que buscavam conferir-lhe uma nova fisionomia em seus aspectos urbanísticos, políticos, sociais e econômicos, equiparando-se aos modelos importados das principais capitais culturais europeias: leia-se Londres e “a Paris de Hausmann”. Destaque para o capítulo três, que aborda a temática da reestruturação dos sistemas de água e esgotos do Rio de Janeiro.

Ainda sobre o universo das águas, foi publicado recentemente um texto de grande relevância. Trata-se da pesquisa realizada pela historiadora Denise Bernuzzi de Sant’anna¹⁶, que nos convida, nas primeiras páginas do seu livro, a abrimos uma torneira investigativa a fim de fazer-nos percorrer a cidade de forma bastante curiosa, partindo dos fluxos de suas águas, de seus regatos, bicas e chafarizes, riachos, nascentes, etc. A obra é dividida em duas partes: na primeira, bastante empírica, descreve a visibilidade das águas na cidade de São Paulo; na segunda, de cunho mais teórico-metodológico, trata de analisar as representações higienistas e as intervenções diante das novas ameaças de insalubridade.

Afunilando mais um pouco, no tocante a uma historiografia que toma as cidades nordestinas como objeto de investigação, contamos com duas interessantes produções que estudam a higiene e o saneamento da capital paraibana, dando conta de recortes

¹⁵ BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Hausmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

¹⁶ SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. *Cidade das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo*. São Paulo: Senac/SP, 2007.

temporais que antecedem a Revolução de 1930. O primeiro, de autoria da professora Lenilde Duarte de Sá¹⁷, trata de debater os processos referentes à instalação do *Serviço de Higiene Pública* na cidade de “Parahyba do Norte” em 1895, e seus desdobramentos até o ano da falência deste serviço em 1918, que é também o ano da implantação de uma nova reforma sanitária mediante o aterrador quadro de gripe espanhola que se instaurava na cidade¹⁸. O segundo trabalho, de autoria de Chyara Charlotte Bezerra Advíncula¹⁹ preocupa-se em abordar aspectos como a insalubridade e o discurso higienista na instalação das redes de água e esgoto na cidade de Parahyba do Norte entre os anos de 1910-1926.

Na produção do conhecimento histórico pernambucano identificamos os interessantes debates propostos pelo professor Antônio Paulo Rezende em seu livro “(Des)encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte²⁰, no qual o autor busca analisar as maneiras e os significados atribuídos a relação entre o “antigo” e o “moderno”, no contexto urbano daquela cidade em meio aos projetos de modernização e as expressões do modernismo na segunda década do século XX, analisando os indícios produzidos pelos homens através da moda, da imprensa, do lazer e do cinema do período.

A historiografia da cidade de Campina Grande não ficou alheia a estas discussões, e através da contribuição do professor Cabral Filho²¹, na ocasião de sua tese de doutoramento, na qual as imagens fotográficas ganharam lugar de destaque, pudemos conhecer, em um dos capítulos de seu texto, um pouco das empolgantes tramas políticas e sociais que giraram em torno da implantação do primeiro sistema de abastecimento de água moderno na cidade, o sistema de “Vaca Brava”, projeto

¹⁷ SÁ, Lenilde Duarte de. *Parahyba: uma cidade entre miasmas e micróbios. O Serviço de Higiene Pública: 1895-1918*. Tese de doutorado. Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP/USP), 1999.

¹⁸ Embora este trabalho seja atribuído institucionalmente aos domínios da enfermagem, a autora lança mão de formas narrativas e referenciais teóricos provenientes do saber historiográfico. Esta tendência se confirma ao consultarmos a presença de historiadores na avaliação do texto, a saber, Edgar Salvadori De Decca e Rosa Maria Godoy.

¹⁹ ADVÍNCULA, Chyara Charlotte Bezerra. *Entre miasmas e micróbios: a instalação de redes de esgoto nas cidades da Parahyba do Norte (PB) e outras medidas de salubridade – 1910/1926*. Mestrado, UFPE-CFCH, Recife, 2009.

²⁰ REZENDE, Antonio Paulo. *(Des)encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte*. Recife: Fundarpe, 1997.

²¹ CABRAL FILHO, Severino. *A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950)*. Tese de Doutorado defendida junto ao programa de pós-graduação em Sociologia da UFPB em 2007. Veja-se especificamente o capítulo II – Água: Desejo, promessa e espetáculo.

extremamente ambicioso idealizado pelo administrador público Argemiro de Figueiredo e construído pelas mãos do renomado engenheiro sanitário Saturnino de Brito Filho²² em 1939. Este trabalho, já reconhecido e consolidado nos meios onde circula, consiste em uma das mais bem elaboradas abordagens já feitas acerca da problemática da água na cidade, considerando aspectos específicos de sua metodologia de pesquisa, suas fontes (fotografias), o recorte temporal e a abordagem crítica da qual o autor lança mão.

De modo indireto, outros historiadores campinenses fizeram menção, mesmo que de modo bastante sucinto, à problemática da água na cidade. Os pesquisadores Luciano Mendonça de Lima²³, Fábio Gutemberg²⁴ e Alarcon Agra do Ó²⁵ citam em seus textos aspectos que remetem à historicização das origens do abastecimento, ao conhecimento das tensões e sociabilidades e à observação das iniciativas políticas para o enfrentamento desta problemática.

A quase inexistência de pesquisas que levassem em consideração as discussões sobre as águas na cidade de Campina Grande a partir dos anos 1950, por intermédio da ampliação do seu fornecimento através da construção da barragem e adutora do “Sistema Boqueirão de Cabaceiras”, nos motivou ao desenvolver entre os anos de 2009 a 2011, o projeto de pesquisa PIBIC intitulado: Modos de *Ver* a Cidade:

²² Acerca da trajetória deste importante sanitário localizamos o trabalho intitulado: ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro. *A peste e o plano: o urbanismo sanitário do engenheiro Saturnino de Brito*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, 1992.

²³ Este autor discute de modo sucinto, a importância dos açudes “Novo” e “Velho” para o abastecimento de água potável, tanto para a população de Campina Grande quanto para as regiões circunvizinhas durante a segunda metade do século XX. A saber, LIMA, Luciano Mendonça de. “A comunidade escrava às vésperas do Quebra-quilos ou em busca das “raízes do efêmero”, in: _____. *Derramando susto: os escravos e o Quebra-quilos em Campina Grande*, Campina Grande-PB: EDUFCEG, 2006. p. 117.

²⁴ Já o pesquisador Fábio Gutemberg, chama-nos a atenção para as tensões estabelecidas entre os novos códigos de posturas pertencentes a uma cidade “dita avançada” em oposição e as “velhas práticas” de banhos públicos realizados no “Açude de Bodocongó”, os quais faziam-se reprimir pelos discursos de homens defensores do “progresso” e “adiantamento” de Campina Grande. A saber, SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de Sousa. *Territórios de Confrontos: Campina Grande – 1920-1945*. Campina Grande: EDUFCEG, 2006. p.176.

²⁵ Ao dissertar sobre as ações desenvolvimentistas realizadas na cidade de Campina Grande no ano de 1959, dando total ênfase as tramas políticas responsáveis pela implantação de uma reforma educacional no ensino, promovida pelos debates da campanha política do ano em questão, que visava eleger um novo prefeito para a “progressiva cidade”, Alarcon Agra do Ó faz menção à importância política das discussões cotidianas que eram realizadas em torno da resolução do problema do abastecimento de água da cidade, como um dos elementos cruciais para o seu desenvolvimento. A saber, AGRA do Ó, Alarcon. *Da cidade de pedra à cidade de papel: projetos de educação, projetos de cidades*. – Campina Grande (1959). – Campina Grande: EDUFCEG, 2006. p.22.

Higienização e Saneamento em Campina Grande – (1957-70).²⁶ Desta feita, três comunicações orais na modalidade: “Apresentação de Poster”, foram elaboradas e defendidas em eventos acadêmicos na área de História, obtendo boa receptividade.²⁷ Os frutos desse projeto resultaram ainda na elaboração de uma monografia de graduação intitulada “*Boqueirão é longe!: (des)encantos e (des)venturas sobre o abastecimento de água em Campina Grande nas páginas jornalísticas (1951-1957)*” defendida em dezembro de 2010, e que versou sobre as ambiguidades representadas pelo discursos jornalístico, ao se debruçarem sobre os (des)encantos e as (des)venturas das promessas de ampliação no fornecimento de água para a cidade.

Quanto a nossa atual pesquisa nesta dissertação, este trabalho busca analisar como foram *representadas* as tensões sociais elaboradas em torno da crise do abastecimento d’água em Campina Grande, bem como as estratégias governamentais para a sua resolução, levadas a efeito a partir da construção do “Açude de Boqueirão de Cabaceiras” ou “Açude Epitácio Pessoa”. Nesse intuito, buscaremos problematizar um conjunto de tramas políticas, materiais e simbólicas que caracterizaram as experiências sociais elaboradas em torno da aquisição deste equipamento moderno, entre os anos de 1950-58, a partir da análise de discursos jornalísticos, documentos

²⁶ Projeto de pesquisa PIBIC/CNPq elaborado e orientado pelo Professor Doutor Severino Cabral Filho da UAHG/CH/UFCG, e executado pelo aluno Fabiano Badú de Souza. O referido projeto foi realizado em dois momentos distintos, o primeiro (2009-2010) objetivou o levantamento e mapeamento de material jornalístico e fotográfico para a elaboração de um estudo sobre Campina Grande, Paraíba, entre os anos 1957-1970, pretendendo abordar a cidade por meio das representações jornalísticas e fotográficas desencadeadas a partir do projeto de saneamento e higienização levado a efeito com a construção do Sistema Boqueirão de distribuição de água e esgotamento sanitário. Já o segundo momento, entre (2010-2011) consistiu em uma significativa ampliação dos materiais consultados, sendo estes, encontrados em arquivos técnicos, públicos e privados, referentes aos processos de higienização e saneamento urbano da cidade. As atenções e os esforços desta etapa foram promovidos no sentido de estender e ampliar a pesquisa, contemplando também outros periódicos da mídia impressa paraibana, bem como outros materiais até então não visualizados.

²⁷ “I Seminário Nacional Fontes Documentais e Pesquisa Histórica: diálogos interdisciplinares”, promovido pelo PPGH/UFCG em 2009, Pôster intitulado: “A cidade a partir de fotografia: higienização e saneamento em Campina Grande-PB (1957-1970)”.

“XIV Encontro Estadual de História da ANPUH-PB” – História, Memória e Comemorações, promovido pela ANPUH-PB (Seção Regional da Paraíba) em parceria com o PPGH-UFPB em 2010, Pôster intitulado: “Construindo sensibilidades modernas: a higiene e os usos da água em Campina Grande – (1957-1970)” – Obtenção do Prêmio Pesquisador Júnior.

“VII Congresso de Iniciação Científica PIBIC/CNPq/UFCG”, promovido pela Pró-reitoria de Extensão e Pesquisa da UFCG 2010, Campina Grande/PB. Pôster intitulado: Modos de ver a cidade: higienização e saneamento em Campina Grande/ PB (1957-1970). – Obtenção do Prêmio: primeiro colocado no VII Congresso de Iniciação Científica do PIBIC/CNPq/UFCG, (<http://pesquisa.ufcg.edu.br/trabalhos-premiados/projetos-premiados-2010.html>).

técnicos e registros fotográficos, como forma de perceber os usos e consumos da água desejados para a cidade.

No que diz respeito ao recorte temporal desta pesquisa, tomamos como ponto de partida, mais precisamente, o período entre 1950 – ano da ascensão política da figura de José Américo de Almeida ao Governo do Estado, em que uma de suas principais promessas de campanha, consistia na resolução do problema da água em Campina Grande, através da elaboração de um sofisticado projeto político de cunho civilizador, ano que antecedeu o início da construção do “Açude de Boqueirão”, obra realizada através da parceria entre o Governo do Estado e as ações administrativas do Governo Federal, configurando-se enquanto um dos principais símbolos da política desenvolvimentista na cidade – e 1958 – ano da inauguração do primeiro sistema adutor, responsável por bombear a água até Campina Grande, aproximadamente um ano após a conclusão das obras do Açude, que contou em ambas as ocasiões, com a presença do então presidente Juscelino Kubistchek, momento de intensificação dos discursos de uma elite política que apontam para a consolidação deste projeto desenvolvimentista.

A respeito dos procedimentos de escrita e processamento dos dados buscamos inspiração nas palavras do historiador francês Michael de Certeau, que em seu célebre trabalho intitulado “A operação historiográfica”²⁸ descreve, de acordo com as suas concepções, aquelas que seriam as principais características que contemplam o chamado “métier historiográfico”.

Certeau nos fala que o trabalho do historiador não se dá de modo individual. O historiador não está sozinho no universo da pesquisa científica. Que este pertence a uma comunidade composta por pares em seu ofício. Responde a uma coletividade, e que esta relação é levada a efeito a partir de determinados elementos, ou seja, é intermediada através dos lugares de produção do conhecimento, da prática científica e das modalidades de escrita que este (o historiador) produz ao reunir e estabelecer sentido, através dos textos, aos materiais nos quais repousam os resquícios da atividade humana ao longo dos tempos.

De posse destes valiosos ensinamentos para a concepção de nosso texto, buscaremos estabelecer um importante e indispensável debate com outras produções

²⁸ CERTEAU Michel de. A operação historiográfica In: *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Universitária, 1982.

acadêmicas, já bem estabelecidas e delimitadas, que representam importantes contribuições para o estudo dos domínios da História Urbana, sobretudo nos aspectos teórico-metodológicos, e que vem contemplando o estudo das cidades e a relação estabelecida entre as experiências sociais e a chamada “modernidade”. Pensamos que, para a realização deste exercício, faz-se necessário ir além, e a partir do debate com as tendências da historiografia europeia, também dialogar, oportunamente, com outros referenciais teóricos e metodológicos pertencentes a uma produção acadêmica recente, e que vem tomando a cidade de Campina Grande – PB como objeto de investigação, responsável pelo alargamento dos campos temáticos e que realiza esforços para a sua renovação historiográfica. Estas produções, embora se ambientem sob o mesmo recorte espacial, respondem a recortes cronológicos específicos, anteriores e/ou posteriores ao nosso, mas que se mostraram bastante valiosos para o enriquecimento da discussão.

Quando pensamos em cidades, e mais ainda quando nos deparamos com seus projetos de construções e a implantação de conquistas materiais e simbólicas, como é o caso do abastecimento de água, devemos considerar que esses elementos encontram-se inseridos em uma discussão mais ampla, uma vez que produz uma gama de enunciados, que vão desde os projetos políticos (e suas representações discursivas e imagéticas) até as relações que se estabelecem no cotidiano, através do consumo da água.

Essas transformações podem ser associadas à noção de “modernidade urbana”, pensada por Sandra Pesavento ²⁹ que, ao se referir às cidades e seus projetos, apresenta esses aspectos como um desejo, como cidades sonhadas, imaginárias, reconstruídas pelo pensamento e pela ação humanas. No entanto, a partir do desejo e das expectativas, desenvolvem-se os planos, os esboços que permitem inscrever “uma cidade sonhada e desejada em projetos urbanísticos”. E continua: “Realizados ou não, eles são a inscrição de uma vontade e de um pensamento sobre a cidade e, logo, são matérias da história, porque fazem parte da capacidade imaginária de transformar o mundo”.

A problemática do abastecimento e saneamento urbanos encontra-se entrelaçada com os meandros políticos (que desenvolvem os projetos e promovem sua

²⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *In: Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol.27, nº53, jan.-jun.2007. p.17.

execução; mas também elaboram enunciados discursivos, principalmente veiculados através da imprensa) e o campo das sensibilidades. Por *sensibilidade*, entendemos o “princípio de atribuição de significados ao mundo” ³⁰.

Através dessa categoria, buscaremos perceber a tentativa de produção de uma nova sensibilidade para os usos da água na cidade, que culminaram na elaboração de uma legislação específica durante os anos 1950; bem como as mudanças nas sensibilidades a partir da implantação de um novo manancial para abastecer a cidade, que promoveram alterações no cotidiano e nas relações estabelecidas com o uso e o consumo da água. Para tanto, interessa-nos dialogar com “as representações que se constroem *na* e *sobre* a cidade, ou seja, com o imaginário criado sobre ela” ³¹ que emergem a partir dos enunciados discursivos, das imagens e das práticas sociais.

Nesse sentido, interessa-nos sobremaneira a aproximação com a História Cultural, especialmente a partir das noções de representação, práticas e apropriação. De acordo com Chartier ³²,

as representações não são simples imagens, verdadeiras ou falsas, de uma realidade que lhes seria externa; elas possuem uma energia própria que leva a crer que o mundo ou o passado é, efetivamente, o que dizem que é. Nesse sentido, *produzem* as brechas que rompem às sociedades e as incorporam nos indivíduos. Conduzir a história da cultura escrita dando-lhe como pedra fundamental a história das representações é, pois, vincular o poder dos escritos ao das imagens que permitem lê-los, escutá-los ou vê-los, com as categorias mentais, socialmente diferenciadas, que são as matrizes das classificações e dos julgamentos.

A partir da noção de *representação*, consideramos um debate em torno das formas de perceber a realidade social, cujas percepções “não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (...) que tendem a impor uma

³⁰ *Idem*, p.14.

³¹ PESAVENTO, p.15

³² CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Tradução: Cristina Antunes. 2ªed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p.51-52.

autoridade à custa de outros”³³ e legitimar ou justificar um projeto reformador, “para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”.

Ainda segundo Chartier, “a problemática do ‘mundo como representação’, moldado através das séries de discursos que o apreendem e o estruturam”³⁴, sugere uma reflexão acerca das formas de *apropriação*, ou a maneira como os textos, obras ou imagens são percebidos e refigurados a partir das *práticas*.

Para Michel de Certeau³⁵, que trabalha a partir da concepção de “homem ordinário”, ou seja, o homem comum e cotidiano, as práticas encontram-se vinculadas às formas de apropriação que, por sua vez, estão atreladas à noção de *usos* e *consumo*. Para esclarecer essas categorias de pensamento, Certeau indica um momento bastante particular, metaforizado a partir de propagandas (na TV, em jornais, supermercados, etc.). A partir da problematização: o que os consumidores fazem com isso?, Certeau nos sugere que, ao invés de uma atitude passiva e receptiva, os *consumidores se apropriam* dessas mensagens de formas distintas, conferindo-lhes significados os mais variados, atribuindo-lhes novos *usos*, ou seja, estabelecem novas relações, novos formatos para o que está sendo proposto. Posto dessa forma, o *consumo* não é percebido como um elemento passivo, mas ativo, que ganha ressignificações através das *práticas*. A própria noção de “praticar” encontra seu referencial nas concepções de “lugar” e “espaço”. O *lugar* seria aquele estabelecido pela norma, pelos enunciados que estabelecem a ordem; o *espaço*, ao contrário, “é um lugar praticado”³⁶, a indicação da instabilidade. Nesse cenário, a cidade é percebida como um texto e nela aparecem os “praticantes do espaço urbano”, cujas práticas constituem-se em *operações* ou “maneiras de fazer”.

Todas essas concepções apresentadas nos auxiliam a refletir sobre as formas de *representação* produzidas em torno do abastecimento de água na cidade de Campina Grande; os *usos* (e os novos usos) que são atribuídos à água; as formas de *consumo*, personificadas através das *práticas* cotidianas; as formas de *apropriação* dos *espaços* da cidade; as transformações nas *sensibilidades* a partir da implementação de um equipamento ao mesmo tempo material e simbólico: a água.

³³ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. São Paulo: DIFEL, 1990. p.17.

³⁴ *Idem*, p.23.

³⁵ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*, vol.1: Artes de fazer. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. 12ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

³⁶ *Idem*, p.202.

A respeito da postura teórica que formula interpretações para as ditas experiências modernas, entendemos estas concepções de acordo com os postulados apresentados por Marshall Berman, à medida que este afirma que;

Existe um tipo de experiência vital – experiência de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida – que é compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo, hoje (...). Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promove aventura, poder, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. (...) Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, ‘tudo que é sólido desmancha no ar’³⁷

Deste autor tomaremos por base conceitual as definições e categorias elaboradas com o intuito de designar aspectos caros para o estudo das cidades, a saber: modernidade, modernização e modernismo. Esta delimitação, entre outras questões, faz-se necessária por um objetivo funcional de desambiguação, uma vez que estes conceitos apresentam-se nas ciências humanas e sociais (bem como no senso comum) de modo abrangente e deveras polissêmico.

Em linhas gerais, para Berman, a modernidade representaria a percepção de uma sensibilidade, uma forma de sentir, pensar e estar no mundo, pautada por um conjunto de transformações arrebatadoras, o turbilhão, capaz de redefinir as noções de tempo e de sujeito, atribuindo novos significados à vida cotidiana (novos comportamentos, hábitos, vestimentas, relações, etc.). A modernização diz respeito às conquistas e transformações materiais, presentes no mundo social, sobretudo em relação aos seus aspectos técnicos (equipamentos, máquinas, edificações, conquistas materiais, etc.). Já o modernismo se caracterizaria pela expressão dessa “modernidade” em termos artísticos e estéticos (pintura, escultura, literatura, arquitetura, paisagismo, poesia, romance, teatro, dança, etc.) personificando aquilo que muitas vezes fica a cargo da imaginação.

³⁷BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Tradução de Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti - São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 24.

Ao pensarmos o estudo das cidades, sobre a concepção de cidade moderna, concordamos e lançaremos mão do debate proposto por Gervácio Aranha³⁸, segundo o qual, compreender a experiência do moderno nas cidades do norte/nordeste brasileiro - e por extensão na cidade de Campina Grande – PB - se faz possível através do estabelecimento da leitura e interpretação de determinados elementos de caráter simbólico, vinculados à ideia de vida moderna. Estes se apresentariam através da percepção de determinadas conquistas materiais que se instituem por toda parte como símbolos modernos de valor universal, significando que qualquer contato com esses símbolos, independente do porte da cidade, possibilita a esta ser considerada moderna, civilizada.³⁹

Configura-se menos por cenários urbanos marcados pela agitação frenética no seu cotidiano, e mais pelo usufruto de uma ou outra novidade vinda do estrangeiro, que remetiam a ideia de conforto e/ou rapidez, dando a esta cidade ares de cidade civilizada, moderna (...). Mesmo quando esses signos chegam isoladamente, um de cada vez, ainda assim são decantados como prenúncio de um novo tempo⁴⁰

Neste sentido, a presença de elementos como o trem de ferro, a luz elétrica, o aquecimento artificial, o sistema de abastecimento de água encanada e esgotamento sanitário, etc, refletiam estes ideais simbólicos e materiais que faziam referência às

³⁸ ARANHA, Gervácio Batista. *Seduções do moderno na parayba do norte: Trem de Ferro, Luz elétrica e Outras Conquistas Materiais e Simbólicas (1880-1925)* In: *A Paraíba no Império e na República*. 3.ed. Campina Grande: EDUFCG, 2006. pp. 67-112.

³⁹ Gervácio Aranha nos alerta que é precipitado falar em “modernidade” ao estudarmos a cidade de Campina Grande entre o fim do século XIX e as primeiras décadas do século XX, uma vez que as dimensões físicas e sociais das experiências modernas, no campo das pesquisas realizadas nas ciências humanas e sociais, remetem diretamente ao contexto social específico dos episódios vivenciados nas grandes capitais culturais europeias, a exemplo do que ocorrera no cotidiano londrino e parisiense em fins do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, cenários marcados pela agitação social, frenesi, ritmo acelerado e grande contingente populacional, aspectos que não identificamos na Campina Grande do período estudado. O autor afirma que, mediante este quadro, faz-se possível realizar um estudo a partir dos “símbolos do moderno”, conquistas materiais e simbólicas que aqui chegaram isoladamente, buscando perceber como estes elementos foram recepcionados e apropriados na cidade. Embora o autor circunscreva o seu recorte de análise ao período entre 1880 a 1925, pensamos que a mesma abordagem também se faz possível e legítima para o nosso recorte (1950 a 1958), uma vez que durante os anos de 1950 o Nordeste (assim como outras regiões do país) passaria a experimentar um novo grande ciclo de modernização, algo que posteriormente fora chamado de “modernidade tardia”, período marcado pelos ideais políticos do populismo e do desenvolvimentismo.

⁴⁰ ARANHA, Gervácio Batista. *Seduções do moderno na parayba do norte: Trem de Ferro, Luz elétrica e Outras Conquistas Materiais e Simbólicas (1880-1925)* In: *A Paraíba no Império e na República*. 3. ed. Campina Grande: EDUFCG, 2006. p. 67.

modernas maquinarias do conforto europeias, figurando como indícios das novas exigências tidas como representantes de um ideal de adiantamento e conferir progresso técnico e científico.

Referente a esta experiência do viver urbano, a cidade de Campina Grande, em meados do século XX, assim como outras cidades nordestinas, experimentava certa atmosfera de insegurança no que diz respeito ao abastecimento e à distribuição de água tratada. Não obstante, também demonstravam precariedade e, por vezes, ausência de um sistema de saneamento sanitário eficaz, o que sinaliza que a conquista de melhoramentos nestes setores da vida cotidiana figurariam como algo desejado pelas elites políticas destes período.⁴¹

No quesito metodológico devemos considerar inicialmente algumas posições. A renovação das correntes historiográficas identificadas nas últimas décadas possibilitou uma significativa ampliação dos campos da pesquisa e da escrita histórica, multiplicando o seu universo temático e possibilitando que o pesquisador/historiador possa lançar um novo olhar sobre os seus objetos de análise, podendo, com isso, estabelecer uma fluida e significativa multiplicidade de mecanismos de trabalho, “colonizando” novas fontes para a reconstituição das experiências humanas ao longo dos tempos, como nos chamam a atenção os historiadores Jacques Le Goff e Pierre Nora ao estabelecerem um olhar pertinente em relação ao estabelecimento de novos problemas, novos objetos e novas abordagens.⁴²

Nesse sentido, essas multiplicidades de novas fontes se apresentariam figurando como recortes inusitados do real, “produzindo questões renovadoras, propiciando a descoberta de documentação até então não visualizada como aproveitável pela história, ou então a revista de velhas fontes iluminadas por novas perguntas”⁴³.

No tocante às fontes documentais consultadas neste trabalho, privilegamos aspectos como a sua acessibilidade e quantidade. As fontes se apresentaram ao longo da pesquisa correspondendo a duas tipologias específicas, “testemunhos”

⁴¹ CABRAL FILHO, Severino. *A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950)*. Tese de Doutorado defendida junto ao programa de pós-graduação em Sociologia da UFPB em 2007.

⁴² LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. (Orgs.). *História: novos problemas, novas abordagens, novos objetos*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1988, 3 vols.

⁴³ PESAVENTO, Sandra Jatáhy. *História & História Cultural*. 2ª ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 132p. (Coleção História e Reflexões, 5).

extremamente privilegiados; a saber, os filtros da imprensa e os registros fotográficos. Na escrita do trabalho, lançamos mão ainda de alguns documentos técnicos a fim de estabelecer um cruzamento entre estes e as duas fontes principais descritas acima, em momentos específicos do texto, com o objetivo de responder a algumas questões suscitadas ao longo do trabalho e não visualizadas nas fontes elencadas inicialmente.

A princípio, iremos destacar os periódicos jornalísticos e em seguida trataremos de apresentar a documentação consultada em arquivos públicos, que remetem mais especificamente aos domínios da higienização e saneamento urbano, como os registros fotográficos e os documentos técnicos. Os espaços que foram visitados durante a pesquisa, nos quais encontramos estes documentos são: Arquivo Histórico de Campina Grande, Arquivo do jornal Diário da Borborema, Biblioteca Pública Dr. Silvino Olavo, Arquivo Técnico do DNOCS, Arquivo do IHGP e o Arquivo Técnico Regional da Borborema - CAGEPA.

Ao pensarmos os jornais enquanto fontes de pesquisa, devemos considerar que este elemento, hoje tido como importante fonte primária, transcorreu um longo percurso na busca do seu “lugar ao sol” no plano das pesquisas acadêmicas, e quanto a esta problemática, nos deparamos com as interessantes reflexões da historiadora Tania Regina de Luca⁴⁴, ao dissertar sobre os debates que pusera em vista o estabelecimento de uma espécie de “estatuto de autonomia” para os periódicos impressos.

Para esta autora, até a década de 1970 as produções acadêmicas no campo da História do Brasil que utilizavam os jornais como fontes primárias era bastante pequeno, pois, segundo ela, neste momento a historiografia não considerava os jornais impressos enquanto matéria aproveitável para a escrita da história. Existia sim uma preocupação em escrever a História da Imprensa, mas não uma História das experiências humanas a partir dela. As fontes jornalísticas nesta concepção apresentavam-se como um gênero menor, parcial, subjetivo e distorcido, ou seja, pouco adequados ao métier do historiador.

A autora afirma ainda que esta ojeriza aos jornais seria fruto de uma herança da historiografia tradicional, dominante entre as últimas décadas do século XIX e do início do século XX. Esta vertente historiográfica, a escola metódica “dita positivista” para

⁴⁴ LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In: Fontes históricas/* Carla Bassanezi Pinsky, (organizadora). – 2.ed., reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008.

alguns intelectuais, empenhava-se em perseguir a “verdade dos fatos”, ou ainda uma História “tal qual aconteceu” mediante o regime da erudição documental na busca por selecionar e processar apenas os “documentos oficiais”, considerados objetivos, neutros, fidedignos e que apresentassem um distanciamento temporal significativo do objeto de estudo bem como do tempo vivido pelo pesquisador.

Luca coloca ainda que mesmo com as contribuições dos Annales a partir de 1930, a imprensa não teve as suas potencialidades imediatamente reconhecidas. Seria só durante a Terceira Geração dos Annales, com a ampliação do diálogo interdisciplinar ao fazer-se possível tomar por empréstimo “os aportes analíticos provenientes de outras Ciências da Humanidade, como a Sociologia, a Psicanálise, a Antropologia, a Linguística e a Semiótica (...) que traziam contribuições metodológicas importantes”⁴⁵, que o historiador passou a refletir sobre os domínios e as limitações da sua própria disciplina, sobretudo em referência à noção de documento e renovação no modo de inquirir os textos, ou seja “interessará menos pelo que eles dizem do que pela maneira como dizem, pelos termos que utilizam, pelos campos semânticos que traçam”⁴⁶ assim como pelos silêncios, ruídos, continuidades, descontinuidades e rupturas que estes estabelecem.

Por fim, Luca destaca a importância de obras como a do antropólogo e sociólogo pernambucano, o “vitoriano dos trópicos” Gilberto Freyre, pelo seu pioneirismo metodológico ao consultar e compreender a mídia impressa como fonte pertinente ao trabalho de pesquisa. Outros pesquisadores são relacionados, em importância e excelência por Luca para o estabelecimento da emergência dos periódicos impressos como matéria aproveitável no campo universitário a partir da década de 1960, sendo eles Emília Viotti da Costa, Fernando Henrique Cardoso, Stanley J. Stein, Nícia Vilela Luz e Leôncio Martins Rodrigues. É destacada pela autora a importância dessa fonte também para o estudo da História Urbana, ao afirmar que:

o mundo do trabalho não pode ser dissociado das cidades e do processo de urbanização, com os quais guarda a mais estreita vinculação. Os estudos sobre o urbano constituíram-se em

⁴⁵ LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: *Fontes históricas/* Carla Bassanezi Pinsky, (organizadora). – 2.ed., reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008. p.112

⁴⁶ *Idem*

importante campo temático da pesquisa histórica. As transformações conhecidas por algumas capitais brasileiras nas décadas iniciais do século XX foram, em várias investigações, perscrutadas por intermédio da imprensa, (...) a aceleração do tempo e o confronto com os artefatos que compunham a modernidade (automóveis, bondes, eletricidade, cinema, casas noturnas, fonógrafos, câmeras fotográficas) a difusão de novos hábitos, aspirações e valores, as demandas sociais, políticas e estéticas das diferentes camadas que circulavam pelas cidades, os conflitos e esforços das elites políticas para impor sua visão de mundo e controlar as “classes perigosas”, a constituição dos espaços públicos e os meandros que regiam seu usufruto e circulação, as intervenções em nome do sanitarismo e da higiene, a produção cultural e as renovações estéticas, tudo isso passou a integrar as preocupações dos historiadores, que não se furtavam de buscar parte das respostas na imprensa periódica, por cujas páginas formularam-se, discutiram-se e articularam-se projetos de futuro.⁴⁷

Ao superar a perspectiva limitada, impropria e delirante, como havia sido pintada por uma grande parcela da historiografia tradicional, a imprensa passa agora a figurar como matéria fundamental para o trabalho do historiador, à medida que começa a ser compreendida enquanto um veículo que expressa discursos e expressões (intencionais ou não)⁴⁸ de determinados protagonistas, não sendo mais entendida como um suporte produtor de “fatos” ou da “verdade”, mas sim como uma estrutura de diálogo que possui historicidade, e que é fruto do seu tempo, como colocam os historiadores Robert Darnton e Daniel Roche.⁴⁹

A utilização da mídia impressa e, em especial, dos jornais como objetos de pesquisa pelo historiador, permite entrever não o acontecimento, mas as formas de *representação* dos episódios cotidianos, selecionados de acordo com a equipe técnica

⁴⁷ LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: *Fontes históricas/* Carla Bassanezi Pinsky, (organizadora). – 2.ed., reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008. p.120

⁴⁸ Dependendo da perspectiva teórica, a produção discursiva é sempre motivada por uma intencionalidade.

⁴⁹ DARNTON, Robert. e ROCHE, Daniel. (org.). *Revolução Impressa – a imprensa na França 1775-1800*. São Paulo: Edusp, 1996

que compõe a redação, e também de acordo com a proposta e as vinculações do próprio jornal. De acordo com Neves ⁵⁰,

Em estudos recentes, a imprensa tanto constitui memórias de um tempo, as quais, apresentando visões distintas de um mesmo fato, servem como fundamentos para pensar e repensar a História, quanto desponta como agente histórico que intervém nos processos e episódios, e não mais como um simples ingrediente do acontecimento.

Nesse sentido, os jornais podem ser problematizados desde o seu título e corpo técnico, passando pela sua estrutura e formato, até a seleção dos acontecimentos e a ênfase (ou não) que destaca através da produção narrativa. Nesse ínterim, há de se considerar que, em muitos casos, a imprensa periódica encontra-se vinculada a questões políticas, que aparece nas narrativas jornalísticas em linguagem simplificada, mas que permitem refletir sobre a cultura política e os tipos de enunciados que são produzidos, com intencionalidades específicas, em um determinado momento.

Outro aspecto dos jornais merece particular atenção: a imagem fotográfica, ou o fotojornalismo. As fotografias de imprensa não podem ser consideradas como meras ilustrações ou, tampouco, como ornamento que exercem um papel secundário em relação ao texto escrito. Segundo Barthes ⁵¹, “a fotografia de imprensa é uma mensagem” situada em um jornal, e “é constituída por uma fonte emissora, um canal de transmissão e um meio receptor”, mediada por filtros e sujeita a seleção, edição e elaboração do fotógrafo.

De acordo com Ana Maria Mauad ⁵², merece particular atenção o papel exercido pelo fotógrafo, apresentado como “mediador cultural do processo comunicativo”;

⁵⁰ NEVES, Lúcia Maria Bastos; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone (Org.s). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006. p.10.

⁵¹ BARTHES, Roland. A mensagem fotográfica. In: ADORNO et. all. *Teoria da cultura de massa*. Tradução, comentários e seleção: Luiz Costa Lima. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

⁵² MAUAD, Ana Maria. O olho da história: fotojornalismo e a invenção do Brasil contemporâneo. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone (Org.s). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006. De acordo com Mauad, as imagens fotográficas apareceram na imprensa pela primeira vez em 1880, em revistas ilustradas e, em 1904, em jornais. A fotorreportagem, no entanto, teve início nos anos de 1930, “momento em que a imprensa era o meio por excelência de acesso ao mundo e aos acontecimentos”. No Brasil, as imagens fotográficas apareceram inicialmente em revistas, primeiro na *Revista da Semana* em 1900, prolongando-se até 1928, ano em que é lançada a revista *O Cruzeiro*, periódico dos Diários

mediação essa entendida enquanto processo ativo de produção de representações sociais. Sendo assim, “as narrativas convencionais no (foto)jornalismo contribuem para que se forneça significado social a determinados acontecimentos em detrimento de outros”⁵³, promovendo-os à categoria de notícias.

O fotógrafo, que sai às ruas à procura de acontecimentos e notícias, seleciona o melhor enquadramento, os ângulos e contornos, a cor da fotografia, a realidade a ser representada. Desta forma, recria, nas páginas de jornais, “uma complexa narrativa histórica dos fatos e episódios”⁵⁴.

Os jornais impressos da mídia campinense se empenharam em acompanhar de modo atento os processos e transformações sociais e políticas da cidade, bem como representar, sob uma ótica própria, as formas de vivência dos populares na cidade, consideradas, segundo alguns discursos interessados, como inapropriadas, desviantes e incivilizadas, mediante os procedimentos e ações promovidas pela administração pública, amparados na autoridade presente no discurso da modernidade. Estas posturas orientavam-se nos debates estabelecidos pelo conhecimento científico, a ciência passa a ocupar e representar lugar de verdade e autoridade, um verdadeiro “lócus de poder”, a qual buscava legitimar as diversas intervenções dos órgãos sanitários no espaço urbano, com objetivos de higienizá-lo e embelezá-lo.

A mídia impressa de Campina Grande, ao longo dos anos de 1950, tratou de representar a chagada do “Boqueirão” como a conquista de um grande sonho, um grande desejo. Mas para que fosse possível materializar os sonhos, descortinar as miragens e personificar os desejos, seria preciso estabelecer uma série de mudanças no estado de coisas, seria preciso “ensinar” aos campinenses que a água, bem como as relações que se estabelecera com esta, a partir daquele momento, passariam a ter novos significados, orientados por novos referenciais.

Nesse sentido, a imprensa da cidade, em certos momentos figurou como verdadeiro campo de batalha frente às novas ameaças de insalubridade identificadas pelos saberes médico-higienistas. Essas representações buscaram promover não apenas mudanças de natureza material e simbólica, mas também promover impactos

Associados que, desde suas primeiras edições, utilizou significativamente as imagens fotográficas. Nos anos de 1960, com a ampliação das tecnologias, as fotografias, inclusive as de imprensa, começaram a ser coloridas.

⁵³ *Idem*, p.382.

⁵⁴ *Idem*, p.383.

de natureza estética, sobretudo nos antigos mananciais da cidade, orientados por um verdadeiro projeto político e civilizador de embelezamento e normatização das condutas em torno dos usos e consumos dos espaços hídricos, transformando-os ora em espaços de disputas ora em vitrine para a contemplação pública. Essas transformações desencadearam uma série de ações governamentais que desembocariam na criação de uma legislação específica que orientaria, doravante, os usos e consumos das águas nas cidades, saneando e moralizando os espaços, redefinindo práticas e elegendo uma nova lógica para o trabalho dos aguadeiros, leiteiros, lavadeiras, populares, e todos aqueles que de alguma maneira se relacionassem direta ou indiretamente com os espaços hídricos da cidade.

Não há aqui (ainda) uma mudança nas práticas, mas sim uma mudança nos enunciados, os jornais já começam a sinalizar os indícios da cidade desejada, saneada, e salubre, pensada, planejada e dada a ler através da elaboração destas representações e desses referenciais.

No que diz respeito a estes jornais, encontramos fontes que perpassam todo o recorte de nossa pesquisa. Eles serão aqui interrogados no sentido de perceber as tensões elaboradas em torno da “falência” do sistema de “Vaca Brava” e os múltiplos discursos produzidos frente à escassez de água na cidade, e as estratégias políticas para a sua resolução.

Tais periódicos jornalísticos configuram-se como veículos de comunicações bastante consolidados, bem estruturados e que vigoraram durante muitos anos. Publicações que pretendiam atingir uma maior parcela da comunidade, apresentando maior variedade de assuntos abordados. São eles; O Momento, Jornal de Campina, Correio da Paraíba, A União e o Diário da Borborema⁵⁵.

Sobre algumas parcelas da mídia impressa de Campina Grande em meados do século XX, alerta-nos o pesquisador Cabral Filho⁵⁶ que estes periódicos jornalísticos, em determinados momentos, elaboraram versões amplamente grandiosas para a

⁵⁵ Fundado no mesmo ano da inauguração do “Açude de Boqueirão” (1957) pelo célebre comunicador Assis Chateaubriand, este Jornal apresenta-se como um campo fecundo de possibilidades de pesquisa, uma vez que dedicou-se a acompanhar de perto todo o processo de recepção desta obra, bem como representar as tramas político-sociais referentes ao cotidiano da cidade frente a aquisição deste equipamento moderno.

⁵⁶ CABRAL FILHO, Severino. *Imagens e imagens: a pretexto de uma introdução*. In: *A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950)*. Tese de Doutorado defendida junto ao programa de pós-graduação em Sociologia da UFPB em 2007. p. 3

cidade, e que estas “interpretações” figuravam mais enquanto atmosfera pretendida do que propriamente a experiência social que a cidade conheceu naquele momento, atribuindo feições com ares de um requinte superlativo (que beiravam os padrões europeus) para significar a remodelação das práticas e dos seus espaços urbanos.

Fala-nos ainda este autor que “tal ideário produzido pela mídia impressa, quase sempre revelava um indisfarçável preconceito contra quase tudo o que dissesse respeito às camadas mais comuns da comunidade campinense”⁵⁷, o que sugere um importante parâmetro de debate para a nossa empreitada de pesquisa, uma vez que os ideários dessas elites também estavam focados nos processos de modernização, dando ênfase ao problema da água na cidade, aspecto também abordado por Cabral Filho ao estudar a problemática da água na cidade em um recorte anterior.

Para o pesquisador das ciências humanas e sociais, a leitura de qualquer fonte primária requer um árduo trabalho de reflexão, fruto do debate entre os seus métodos de análise e as hipóteses estabelecidas por este para a construção de argumentos consistentes, que atribuam sentido aos movimentos da sua escrita. Estes procedimentos tornam possível estabelecer “perguntas adequadas” aos documentos, o que nos leva a discussão a respeito da segunda tipologia documental elegida para a consulta neste trabalho: a análise das imagens fotográficas.

O escritor norte-americano Walter Lippmann em uma de suas falas célebres afirmou que “as fotos possuem um tipo de autoridade sobre a imaginação que a palavra impressa tinha no passado e que antes dela, a palavra falada tivera. Parecem absolutamente reais.”⁵⁸ É justamente sobre este aspecto que a metodologia de análise faz-se necessária, buscando problematizar este “efeito de real” que a fotografia nos induz a perceber, uma vez que estes registros são planejados, pensados e produzidos a fim de contar uma História, ou seja, não são fabricados de maneira ingênua e despreziosa, e possuem sempre uma intencionalidade.

Esta relação estabelecida entre as “fontes” e os “problemas” sugere a necessidade de utilização da chamada “crítica interna” do documento, como é colocada

⁵⁷ CABRAL FILHO, Severino. Imagens e imagens: a pretexto de uma introdução. In: *A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950)*. Tese de Doutorado defendida junto ao programa de pós-graduação em Sociologia da UFPB em 2007. pp.3 e 4

⁵⁸ CARTIER-BRESSON, H. “Eu Fotógrafo”, *Cadernos de Jornalismo e Comunicação*, Rio de Janeiro: *Jornal do Brasil*, 1980, 1º, p. 27.

por Eni de Mesquita e Ismênia Tupi⁵⁹, movimento que permite indagar ao documento aquilo que ele não deseja revelar, priorizando as informações, ou as "pistas" contidas no seu campo semântico, sem perder a perspectiva do seu contexto histórico de produção e do momento cultural responsável, em parte, pela forma e pelo conteúdo assumido pelo documento.

As fotografias desde muito tempo fazem-se presentes entre o panteão de materiais tidos como aproveitáveis para a constituição de produções escritas em História, variando, contudo, sobre as maneiras como este indício é percebido e utilizado na trama pelo pesquisador.

Até bem pouco tempo atrás a fotografia era utilizada em trabalhos acadêmicos apenas como um mero ornamento, restrita à função de embelezar ou simplesmente reforçar uma determinada ideia, tendo o seu uso alternado entre aspecto de ilustração à prova cabal e fidedigna da realidade, possuindo função restrita ao papel de cristalizar a imagem de uma "verdade", já confirmada e subsidiada pelos textos escritos.

Boris Kossoy ao refletir sobre a contribuição do historiador José Honório Rodrigues, formula uma interessante reflexão quanto ao uso da imagem fotográfica como fonte investigativa no campo da História ao afirmar que:

A fotografia em si, o filme em si não representa, tanto quanto qualquer documento velho ou novo, uma prova de verdade. Toda a crítica externa e interna que a metodologia impõe ao manuscrito impõe, igualmente, ao filme. Todos podem, igualmente, ser 'montados', todos podem conter verdades e inverdades. Existe, naturalmente, para cada espécie de fonte, uma possibilidade especial de falsificação, e conhecê-las é a tarefa de críticos de fontes.⁶⁰

Em nossa pesquisa nos deparamos com um número bastante expressivo de fotografias, e estas contemplam a totalidade do recorte estabelecido. Tais imagens apresentam-se inicialmente sobre os formatos do foto jornalismo, acompanhando

⁵⁹ SAMARA, Eni de Mesquita e TUPY, Ismênia S. Silveira T. A leitura crítica do documento *In: História & Documento e metodologia de pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, pp.117/141.

⁶⁰ KOSSOY, Boris. *A fotografia como fonte histórica; introdução à pesquisa e interpretação das imagens do passado*. São Paulo, Museu da Ind. Com. e Tecnologia de São Paulo - SICCT, 1980. p. 29.

matérias específicas ou dispostas no corpo do texto dos periódicos visualizados. Também foram localizadas imagens fotográficas “encomendadas”, ou seja, produzidas através de iniciativas institucionais dos administradores públicos, que buscavam retratar eventos específicos de transformações técnicas e urbanísticas identificadas na cidade, sobretudo aquelas que buscavam enquadrar a presença de autoridades políticas (inaugurações, festividades, etc.) e outras que demonstram a instalação de equipamentos modernos de uso coletivo, os maquinários de grande porte, além daquelas que nos permitem contar uma História do trabalho e dos trabalhadores.

Sobre estas possibilidades pedagógicas das imagens, Cabral Filho nos alerta que:

Portanto, a fotografia não expressaria nem neutralidade nem tampouco a produção realista e objetiva das coisas do mundo, mas é ela própria o resultado de condicionantes históricos interessados em construir uma realidade idealizada para atender a demandas bem objetivas de grupos no poder. Este esforço implica a instituição de uma forma de educar o olhar.⁶¹

Em termos práticos, buscamos estabelecer ao longo do texto um cruzamento entre os periódicos impressos e as imagens fotográficas, bem como, oportunamente, dialogar com os documentos técnicos que tratam da higienização e saneamento urbano, a fim de confrontar posturas e ampliar possibilidades de análise para a problemática central do abastecimento de água na cidade.

Por fim, no Arquivo Técnico Regional da Borborema – CAGEPA e no Arquivo Técnico do DNOCS, onde repousam os documentos específicos sobre o saneamento urbano da cidade, localizamos os mais variados tipos de fontes, que vão desde os abaixo-assinados produzidos por algumas parcelas da população, a relatórios de técnicos e engenheiros, devidamente arquivados em livros de registros, livros de

⁶¹ CABRAL FILHO, Severino. A Fotografia para o estudo da sociedade – Trajetória. In: *A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950)*. Tese de Doutorado defendida junto ao programa de pós-graduação em Sociologia da UFPB em 2007. p. 08

ofícios, atas, balanços financeiros, solicitação de compra de mercadorias, relatos de viagens, correspondências.

Dito isto, no primeiro capítulo buscamos estabelecer um breve histórico sobre os usos das águas de Campina Grande, bem como analisar as representações elaboradas pelo discurso de higienistas no intuito de legitimar as intervenções almejadas diante das novas ameaças de insalubridade, buscando perceber como estes jornalistas, pensadores e cronistas, personagens urbanos, buscavam desenhar (e apagar) uma cidade pretendida, desejada e imaginada a partir desses periódicos.

No segundo capítulo buscaremos problematizar as tramas políticas, materiais e simbólicas que se processaram no seio da construção do Açude de Boqueirão, e as tensões sociais e procedimentos técnicos que caracterizaram as experiências de grupos sociais elaboradas em torno da aquisição deste equipamento moderno, tomando como base o discurso jornalístico e os indícios fotográficos.

Por fim, no terceiro capítulo buscamos analisar como foram representadas as tensões e disputas políticas e sociais estabelecidas frente às expectativas de distribuição e consumo da água na cidade, amparadas a partir de novas diretrizes técnicas e sob novos referenciais, levados a efeito por intermédio da conclusão e inauguração de um grande sistema adutor, e as polêmicas suscitadas pelo início (e crise) do seu fornecimento.

Ampliar o abastecimento d'água da Rainha da Borborema tratou-se de um processo bastante complexo, marcado pelas ambiguidades de um grandioso projeto modernizador, ora caracterizado pelo confronto entre as fragilidades de criar uma cidade moderna, com suas limitações, promessas, desejos e custos sociais, ora pelos acertos, vitórias, sucessos e cenários criativos que possibilitaram a construção destes interessantes episódios na busca pela “conquista da água” na cidade, que nos possibilita contar não só “uma história do abastecimento de água”, mas também flertar (por que não?) com uma história do sonho, do consumo, do conforto, da saúde e das doenças, das coisas banais, marcadas pela produção de uma sensibilidade moderna em Campina Grande, uma “modernidade à conta gotas”, vertida pelos canos do progresso e da civilização.

Com base nestas questões apresentadas acima, entendemos que a propositura da pesquisa venha suprir uma lacuna existente na historiografia paraibana, bem como

contribuir para a sua renovação no que diz respeito às temáticas de higienização e saneamento urbano. A nosso ver, trabalhos que contemplem a diversidade das experiências regionais, poderão efetivamente contribuir com o estabelecimento de novas pertinências sobre a temática das cidades, com ênfase na História de suas águas. Muito embora este estudo contemple apenas um recorte específico, esperamos demonstrar a relevância da perspectiva dos processos de modernização, a fim de pensarmos a construção de novas sensibilidades.

I CAPITULO

COMO ABASTECER UMA “CIDADE MODERNA”?: MODOS DE VER E LER A FALTA D’ÁGUA EM CAMPINA GRANDE

Breve histórico sobre os usos das águas em Campina Grande

A primeira metade do século XX, em Campina Grande, cidade localizada no interior do Estado da Paraíba, figurou como um período de extremas transformações materiais e simbólicas no que diz respeito à (re)invenção e (re)organização do espaço urbano. Uma significativa percepção de que a cidade experimentava uma atmosfera um tanto quanto caótica, de acordo com alguns olhares, sobretudo no que diz respeito a aspectos caros aos processos de modernização, civilização e progresso, pairava no ideário dos projetos e projeções elaboradas pelas elites, políticos e letrados campinenses, desejosos por presenciar o novo, o inusitado e o transformador, e fazer cair por terra os “possíveis” motivos de “atraso” para o crescimento e esplendor da “progressiva cidade”.

Inicialmente entoar destas vozes fizera-se sentir de modo mais forte ainda em janeiro de 1927, ocasião na qual o então prefeito de Campina Grande, Ernani Lauritzen fez por realizar um ato extremamente importante: a abertura de uma “torneira”, momento onde as atenções das mais diversas camadas sociais da cidade, como num passe de mágica, se lançariam à contemplação do espetáculo.

Pode parecer estranho nos dias atuais para grande parte dos campinenses, pensar em um momento da história da cidade onde a simples abertura de uma “torneira” consistisse em um gratificante e misterioso espetáculo. A “torneira” em questão tratava-se da válvula de escape responsável pela chegada da água encanada à cidade. Não falamos aqui, ainda, da existência de um sistema complexo de abastecimento de água moderno somado a um sistema de esgotamento sanitário eficaz, mas sim das primeiras iniciativas da administração pública em captar uma específica quantidade de água, transportada de uma distância de aproximadamente doze quilômetros, vindo o líquido por gravidade da adutora de Puxinanã⁶² a fim de

⁶² Adutora construída em município homônimo, localizado na região metropolitana de Campina Grande.

abastecer uma única caixa d'água, responsável por abastecer alguns chafarizes dispostos no entorno da obra.

Segundo o historiador Elpídio de Almeida⁶³, este processo decorreria entre os anos de 1924 a 1927, onde o então administrador público João Suassuna, empenhou-se na tarefa de construir o primeiro sistema de abastecimento de água para a cidade, possibilitado através da vazão d'água de dois açudes: Puxinanã e Grota Funda, os quais ele se comprometera a construir.

Estas iniciativas do gestor João Suassuna, realizadas em prazo diminuto, trataram de sanar os problemas do abastecimento de água da cidade de forma emergencial, uma vez que era de conhecimento das autoridades que aquela vazão de águas responderia apenas a uma demanda específica do consumo, o que “sanaria” o problema da falta d'água durante um curto período de tempo, uma vez que o contingente populacional da cidade, naquele período, correspondia segundo Elpídio de Almeida em “dez mil habitantes, pela contagem do número de residências (...). Como o objetivo era água, e as condições do erário estadual não permitiam maiores despesas, desprezou-se a parte referente a esgotos. Essa podia ficar para outra administração”⁶⁴.

Ainda segundo Elpídio de Almeida, ao transcrever parte de uma matéria veiculada ao jornal “Correio de Campina”⁶⁵ sobre o fato, o texto jornalístico de aura progressista, afirma que a cidade havia sido coroada de um completo êxito, dada a realização desta obra, e que “as previsões dos cétricos ruíram por terra, esmagadas ante as provas esmagadoras da realidade. Ninguém mais poderá afirmar que a água canalizada em Campina Grande será uma utopia”⁶⁶.

Almeida conclui o seu texto em tom reflexivo, uma vez que discute a “inviabilidade” da obra frente a padrões de higiene e saneamento mais sensíveis e sofisticados, que considerassem de modo mais cauteloso a insuficiência da vazão e a qualidade duvidosa de uma água sem tratamento, que poderia “ser má” não servindo para beber, e que poderia por em risco a saúde e até mesmo a vida dos seus consumidores, antes mesmo de matar a sede.

⁶³ ALMEIDA, Elpídio de. História de Campina Grande. Campina Grande. Livraria Pedrosa, s/d (p. 351-356).

⁶⁴ ALMEIDA, Elpídio de. Op. Cit. p.394.

⁶⁵ O historiador não faz referência à data e autoria da matéria em seu texto.

⁶⁶ ALMEIDA, Elpídio de. Op. Cit. p.396.

Este ato realizado por Ernani Lauritzen, que personificou as iniciativas do então “governador” João Suassuna, não consistiu meramente na abertura de uma “torneira” qualquer. Tratou-se da abertura de uma espécie de “torneira imaginativa”, não só material, mas também simbólica, por onde, a partir daquele momento, poderiam escoar através da força das águas, e em direção ao ralo, todos os medos, angustias e aflições experimentadas pelas várias camadas da população campinense, em busca do tão precioso líquido da esperança.

Já a escassez de recursos hídricos, potáveis, pelos quais as populações pudessem coletar água a fim de abastecerem os seus potes, moringas e botijas, e que reunissem qualidades minimamente satisfatórias para o consumo na cidade, não consistia necessariamente em nenhuma novidade. É possível encontrar relatos que remetem à existência de longos períodos de estiagem desde a primeira metade do século XIX.

A historiografia oficial campinense atribui a estes episódios “originados” pelo quadro das secas, as motivações para a construção do primeiro manancial público, o Açude Velho, cuja barragem fora construída sobre o complexo hídrico do Riacho das Piabas, manancial de água turva e salobra que fora alvo desta intervenção entre os anos de 1828 a 1830.

Esta interpretação é coerente com as descrições presentes no documento do “plano orçamentário” para a construção deste manancial, datado de 18 de novembro de 1830, e elaborado pela Câmara Municipal da antiga Vila Nova da Rainha⁶⁷, que afirma, entre outras questões, que a medida de construção “[d]a obra (...) se deve fazer do assude velho⁶⁸ desta Villa a fim de acautelar as repetidas faltas de água dos annos secos⁶⁹ e conclui que a partir deste “plano [fora avaliada] a obra na quantia de dous contos e tresentos mil reis”.⁷⁰

⁶⁷ Nome estabelecido em abril de 1790, em homenagem a Rainha Dona Maria I, quando o então aldeamento foi elevado à categoria de vila. O termo foi usado, sobretudo em documentos oficiais, até 11 de outubro de 1864, quando a então vila foi elevada à categoria de cidade ocasião pela qual voltou a ser chadada de “Campina Grande”. A saber; ALMEIDA, Antônio Pereira de. Os Oliveira Ledo ... De Teodósio de Oliveira Lêdo – fundador de Campina Grande – a Agassiz Almeida – Constituinte de 1988 Brasília: CEGRAF, 1989) e OCTÁVIO, José. História da Paraíba - Lutas e Resistência. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2000.

⁶⁸ Optamos por utilizar a grafia conforme o documento.

⁶⁹ IHGP, Revista do. Plano de orçamento da obra do assude velho. In: Vol. XIX. Imprensa Universitária da Paraíba. João Pessoa/PB: 1971.

⁷⁰ IHGP, Revista do. Plano de orçamento da obra do assude velho. In: Vol. XIX. Imprensa Universitária da Paraíba. João Pessoa/PB: 1971.

Este manancial, primeiro corpo hídrico especificamente planejado com o intuito de abastecer a cidade, logo se tornou a principal fonte de consumo da população, seja para as atividades domésticas seja para usos diversos, embora tenha vindo a secar em determinados momentos, o que motivou novas intervenções para a sua reforma e ampliação, realizadas entre 1841 e 1844, e novamente em 1889.

Como medida auxiliar de abastecimento, construiu-se o Açude Novo durante o ano de 1830, segundo manancial urbano. Este corpo hídrico, por sua vez, possuía água potável de melhor qualidade, preferido para beber. Acerca deste manancial possuímos uma interessante e minuciosa descrição realizada pelo dinamarquês Cristiano Luaritzen, membro do Partido Conservador, e que governou a cidade como Presidente do Conselho de Intendência entre os anos de 1890 a 1892.

A referida descrição está presente no relatório apresentado por Lauritzen ao Governador da Parahyba na ocasião, o magistrado Venâncio Neiva, e congrega vários aspectos pertinentes aos domínios sociais e administrativos. Nos diz Lauritzen que:

Nos arredores da cidade ha dois açudes publicos Açude Velho e Açude Novo e tres particulares e diversas fontes. O Açude Velho tem uma extensão na superfície d'agoa⁷¹, que cheio, de mil metros de comprimento e quarenta e cinco de largura, tendo a sua maior profundidade 10 metros; seos baldes forão reedificados por ordem da comissão de socorros publicos na administração do Barão de Abiahy em 1889. O Açude Novo é pequeno e sem affluentes, recebe as agoas que infiltrão-se nos taboleiros ao redor, onde existe grande quantidade de hervas medicinais, como a ipecacuanha, salsa e outras das quais toma a agua, sem duvida, as qualidades medicinais, que lhes são attribuídas, e uma cor de topásio queimado e gosto desagradável, que desaparece completamente depositada em vaso de barro um ou dois dias.⁷²

⁷¹ Optamos por utilizar a grafia conforme o documento. Postura adotada ao longo de todo o texto.

⁷² JOFFILY, José. Relatório de Christiano Lauritzen – Paço Municipal de Campina Grande em 7 de Outubro de 1890. In: Entre a monarquia e a república. Livraria Kosmos Editora: 1982. p. 179

Chama-nos atenção no documento além da descrição dos Açudes Velho e Novo, a referência feita em relação à existência de três outros mananciais particulares, de pequenas proporções, os quais respectivamente remetem ao Açude da Prata, localizado na porção noroeste da cidade, o Açude do Araticum localizado as margens da antiga “Estrada do Seridó”, o qual era alimentado pelo riacho de Iaiá Mãezinha e o Açude Lauritzen, este sendo um pouco maior que os anteriores, localizava-se próximo ao atual centro da cidade, onde hoje encontra-se a “Praça Lauritzen”⁷³, nas imediações da Rodoviária Velha.

Além do Açude Novo, bebia-se água das fontes do Lozeiro e do Sousa, e segundo Elpídio de Almeida, na seca de 1888 ambos os açudes, Velho e Novo chegaram a secar, o “que fez maior falta, causando pânico à população”⁷⁴. Valeram-se os campinenses da abertura de cacimbas, e do “perambular” em busca das fontes que possuíssem água em quantidade suficiente para o consumo. Ainda em seu relatório, Cristiano Luaritzen nos fala um pouco mais sobre estas nascentes, e afirma que;

As fontes não [eram] perenes, por não receberem as agoas de veias centrais em consequência da natureza do solo, que, na profundidade variável de 5 a 20 palmos, compõe-se de pedras que vão n’uma grande profundidade, o que torna difícilima a perfuração para fontes artesianas sendo porem a superfície ao redor da cidade arenosa; as agoas recebidas no inverno escoão-se para os lajedos baixos onde furam-se cacimbas que secão quando esgotadas as agoas existentes na circunferência.⁷⁵

Além de a cidade ser mal provida de água potável, as fontes existentes possuíam dificuldade em manter-se abastecidas em anos mais secos. Em virtude deste quadro, afirma o historiador Irineu Jóffily que grande parte do povo, em virtude da escassez, via-se obrigado a beber da água salobra proveniente das cacimbas esgotadas no leito do riacho das Piabas, primeiro manancial da região, descrito como

⁷³ A popular “feirinha de frutas”.

⁷⁴ ALMEIDA, Elpídio de. História de Campina Grande. Campina Grande. Livraria Pedrosa, s/d. p.119

⁷⁵ JOFFILY, José. Relatório de Christiano Lauritzen – Paço Municipal de Campina Grande em 7 de Outubro de 1890. In: Entre a monarquia e a república. Livraria Kosmos Editora: 1982. Pág. 179

“aproveitável” em relatos da historiografia oficial desde os tempos de Teodósio de Oliveira Ledo, por volta de 1670.⁷⁶

Segundo o historiador Cabral Filho,

[a partir de] 1907, (...) Campina Grande contava com 731 casas para uma população inferior a quatro mil habitantes. (...) Neste mesmo ano, com a chegada do trem à cidade, tido e havido como um melhoramento desencadeador do seu progresso econômico e social, os problemas relacionados à água passaram a se fazer sentir [de modo mais incisivo], afligindo a população e os administradores públicos nas esferas municipal e estadual⁷⁷.

Por volta de 1917 é construído em Campina Grande, por iniciativa do Governo Federal, um novo reservatório público de água destinada ao consumo. O Açude de Bodocongó, como fora nomeado em virtude do riacho homônimo ali presente, localizado ao pé da Serra da Catarina, objetivava o abastecimento da população campinense, visando suprir as suas necessidades cotidianas, uma vez que a demanda pelo precioso líquido crescia em proporções geométricas em consonância com o aumento populacional. Porém, o seu alto grau de salinidade condenou a utilização das águas do açude para consumo humano. A água do manancial, “imprópria para atender às demandas dos campinenses por água potável, (...) ofereceu algum suporte infra-estrutural a certas experiências econômicas emergentes na cidade”⁷⁸.

Ao passar dos anos as águas do Açude de Bodocongó passaram a ser, paulatinamente, apropriadas não só pelas emergentes atividades industriais realizadas em suas imediações, mas também para “gastos”. Atividades alternativas também eram

⁷⁶ Sobre esta questão, consultar: JOFFILY, Irineu. Notas sobre a Parahyba. Brasília: Thesaurus, 1977. e PINTO, Irineu Ferreira. Datas e notas para a História da Parahyba. Vol. 2, Editora Universitária, 1977. e CÂMARA, Epaminondas. Os alicerces de Campina Grande, Edições Caravelas, Campina Grande, 1999.

⁷⁷ CABRAL FILHO, Severino. Capítulo II – Água: Desejo, promessa e espetáculo. In: *A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950)*. Tese de Doutorado defendida junto ao programa de pós-graduação em Sociologia da UFPB em 2007. p. 37. Sobre esta questão, consultar ainda ARANHA, Gervácio Batista. Seduções do Moderno na Parahyba do Norte: Trem de Ferro, Luz Elétrica e Outras Conquistas Materiais e Simbólicas (1880-1925). In: *A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural*. 2ª ed. João Pessoa: Idéia, 2005.

⁷⁸ CABRAL FILHO, Severino. Capítulo II – Água: Desejo, promessa e espetáculo. In: *A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950)*. Tese de Doutorado defendida junto ao programa de pós-graduação em Sociologia da UFPB em 2007. p. 37

realizadas em suas águas, como a lavagem de roupas, de automóveis e para o banho e beberagem de animais.

Mediante a um quadro de incertezas e inquietudes, um novo episódio da história do abastecimento de água em Campina Grande passaria a ser escrito a partir das iniciativas do administrador público Argemiro de Figueiredo. Na interventoria de Argemiro, começaram-se as obras de abastecimento d'água da barragem e adutora de Vaca Brava, em Areia, entrando em funcionamento, em 1939, com cerca de 7 chafarizes. Planejado para abastecer a sede municipal, que já somava mais de 22.000 habitantes, a adutora previa, em números reais, um abastecimento para apenas 35 mil habitantes⁷⁹, estimativa que, em menos de uma década, daria continuidade à crise, perpetuando o considerável déficit no fornecimento.

No início da década de 1950, a cidade de Campina Grande passou a enfrentar umas das suas piores fases no que diz respeito à escassez no abastecimento de água. Com o sistema de Vaca Brava prestes a ruir, sucateado e beirando um colapso iminente, registrou-se o aparecimento de um crescente número de problemas de ordem social, tais como as doenças, epidemias e a própria sede, que pintavam um quadro de temor e insegurança no cotidiano da “progressiva urbe”, ganhando as ruas, as páginas jornalísticas e batendo a porta dos populares sem aviso prévio, catalisando o desenrolar dos medos individuais e coletivos.

No ano de 1957, a cidade passa a ser palco de mais uma experiência modernizadora, fruto da continuidade de uma política desenvolvimentista promovida no plano nacional, pelo presidente Juscelino Kubitschek, o Plano de Metas, que, no caso campinense, visava também assegurar a ampliação do sistema de abastecimento de água para a cidade, buscando combater uma atmosfera de temor e insegurança que se estabelecia enquanto problema histórico em relação ao fantasma da sede e das epidemias. Nesse sentido, os governadores José Américo, Flávio Ribeiro e Pedro Gondim em parceria com as ações desenvolvimentistas do Governo Federal, realizaram entre os anos de 1951 a 1957 um projeto extremamente ambicioso: a construção do “Açude de Boqueirão”, seguido de um sistema adutor em 1958, os quais visavam debelar a insuficiência do abastecimento do “Açude de Vaca Brava” e sanar de uma vez por todas a escassez deste recurso indispensável.

⁷⁹ FILHO, Lino Gomes da Silva. Síntese Histórica de Campina Grande, (1670 – 1963). João Pessoa – PB – Editora Grafset, 2005.

A construção do Açude de Boqueirão de Cabaceiras posteriormente nomeado de “Açude Epitácio Pessoa” e do sistema adutor, tratou-se de um marco referencial em termos tecnológicos e sanitários para a região Nordeste, pensado em consonância com os debates mais afinados da época em termos de higiene e saúde coletiva. Este projeto, assim como fora realizado em Vaca Brava, foi capitaneado pelo renomado engenheiro sanitarista Saturnino de Brito Filho, e embora represente a aquisição de um importante equipamento moderno de uso coletivo, não se fez materializar de modo fácil e “gratuito”, consistiu em um conjunto elaborado de complexos e interessantes processos políticos, materiais e simbólicos, responsáveis por escrever um novo e importante capítulo na história das águas de Campina Grande, dos quais nos deteremos mais pontuadamente nos tópicos e capítulos seguintes deste texto.

Os reservatórios hídricos como lugares de disputas: o discurso higienista e sanitarista entra em cena

No início da segunda década do século XX, mais precisamente durante a primavera do ano de 1912, a cidade de Campina Grande viu-se como o palco de uma experiência bastante curiosa. O episódio em questão faz referência ao preocupante surto de peste bubônica identificado na cidade⁸⁰, responsável por trazer alarde à comunidade e produzir um expressivo número de baixas humanas, algo bastante complicado para uma cidade até então pouco numerosa.

As autoridades do governo local logo se viram aflitas, mediante a um quadro aterrador até então desconhecido. A cidade, de certo modo, já havia, em outros momentos, sofrido ao ser acometida pela sorte de outras provações infectas, mas nem por isso o fantasma da morte pela peste assustava em escala menor os seus habitantes.

⁸⁰ Sobre essa questão consultar: OLIVEIRA, Iranilson Buriti. Os médicos e os ratos: a bubônica em Campina Grande e a instauração de uma estética do medo. Revista de Humanidades (UNIFOR), v. 25, p. 179-194, 2010.

Reunindo os esforços possíveis (e conhecidos), fizera-se uma detalhada investigação, capitaneada pelos representantes da Saúde Pública, no intuito de identificar a estranha e secreta causa para a permanência da doença na cidade, algo que obteve poucos resultados.

De acordo com o jornalista Cristino Pimentel, narrador responsável por rememorar estes eventos em matéria veiculada as páginas do Jornal Diário da Borborema no ano de 1957⁸¹, a cidade é descrita de maneira bastante caótica em termos de salubridade, diferente da imagem bucólica e quase romântica apresentada por alguns de seus contemporâneos, dando lugar a cenários e aspectos degradantes e pouco atrativos.

Para este, a cidade se apresentava como um charco infecto onde reinavam a sujeira e a imundice, aspectos que desagradavam não só os olhares atentos de curiosos e forasteiros, mas que também causavam impressões nauseantes para os que ali habitavam. Em todos os lugares percebiam-se contornos nauseabundos, a cidade parecia descalça, com os pés repousados em um chão sujo, seja em áreas periféricas ou, sobretudo, nas áreas centrais, onde a “lama e lixo avoluma-se nas ruas estreitas do Beco do Zé Bernardino, no Beco de ‘Seu Lindolfo’ no Beco de Neco Belo, no Beco de João Ribeiro, no Beco de Mijo, no Beco da Bosta e outros.”⁸².

Sem água limpa, uma significativa parcela dos habitantes da cidade se valia muitas vezes da sorte, resultado de um longo dia de caminhada pelos barreiros da cidade, para abastecerem as suas casas com água muitas vezes adquirida a duras provas, e por um preço elevado.

Neste período “bebia-se do Açude Novo, do Lozeiro, do Araticum, comprando-se barato a carga. Os ricos tinham cisternas”⁸³ embora estas não fossem tão numerosas nas áreas centrais. O espaço físico no qual habitavam as famílias mais abastadas, ocupava a quase totalidade dos terrenos, principalmente as residências localizadas no antigo centro⁸⁴ da cidade. Com o crescimento da urbe, estes espaços que não dispunham de áreas favorecidas, foram impossibilitados de realizarem modificações

⁸¹ Diário da Borborema, Campina Grande, 6 de Novembro de 1957. p. 02.

⁸² *Ibidem*

⁸³ Diário da Borborema, Campina Grande, 6 de Novembro de 1957. p. 02.

⁸⁴ Momento anterior à reforma urbana realizada pelo prefeito Verginald Vanderley em Campina Grande entre os anos de 1937 a 1945.

significativas em sua estrutura arquitetônica, bem como ampliarem as suas dependências, o que muitas vezes inviabilizava a construção das cisternas.

Embora existam indícios que sugerem que o preço da água cobrado pelos aguadeiros neste momento, na cidade, fosse bastante elevado se considerarmos os padrões específicos de consumo e o poder de compra dos populares, Cristino nos indica algumas pistas interessantes no sentido de que possamos decifrar o “por que” do preço atribuído para a água extraída do Açude Novo, assim como aquela proveniente de alguns outros espaços públicos, e vendida à população, apresentava-se como uma soma acessível. Durante muitos anos,

o Açude Novo servia para despejos fétidos dos presos da cadeia, que saíam toda a manhã, acorrentados com a sua ca ga (sic.) nojenta para despejar nas margens encapoeiradas do açude e lavar em seguida as cubas, voltando com elas cheias para a cadeia, que era ali onde está a Praça Clementino Procópio, por sinal quase que abandonada pelo governo municipal.⁸⁵

Muitos dos dejetos produzidos na cidade eram despejados no leito dos mananciais urbanos, tanto aqueles ditos “alternativos” que seriam aqueles localizados em áreas periféricas, quanto os considerados “principais” posicionados no seio da urbe. Os demais produtos de descarte costumavam escoar livremente a céu aberto pelas vielas junto às casas, ou eram recolhidos por fossas simples, improvisadas e pouco adequadas, refletindo um cenário nada agradável, uma vez que Campina Grande neste período era completamente desprovida de qualquer modalidade de equipamento sanitário que pudesse servir enquanto formula de escoamento para os fluidos indigestos produzidos pelos campinenses.⁸⁶ Esta matéria pútrida e recém-processada, muitas vezes passeava de lá para cá, nas primeiras horas do dia, em busca do seu descanso derradeiro.⁸⁷

⁸⁵ Diário da Borborema, Campina Grande, 6 de Novembro de 1957. p. 02.

⁸⁶ Esgoto eficaz só teria a implantação iniciada no fim dos anos de 1930, embora de modo bastante fragmentado. Sua efetivação em termos mais satisfatórios só se iniciaria no fim dos anos 1950.

⁸⁷ Sobre essa questão ver também Mario Sette, sobre atividade similar desempenhada pelos chamados “homens tigre” do Recife antigo. SETTE, Mário. “Tigres e cambrones”. In: *Arruar: história pitoresca do Recife antigo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria Casa do Estudante, s/d., pp. 211 a 221.

Ainda segundo Cristino, novos episódios ampliavam as preocupações cidadinas e começam a trazer, de modo paulatino, uma atmosfera de pânico à população, no que diz respeito à proliferação da moléstia. Em localidades como “na rua do Açude Velho, onde está o Asilo São Vicente de Paula, sucumbiam, vitimados pela peste, o senhor Gustavo Lyra e a esposa. Diversos membros de outras famílias são levados à sepultura, também vítimas da peste.”⁸⁸

À medida que os dias iam avançando, novos casos da enfermidade eram diagnosticados e a peste se alastrava pela cidade de modo desenfreado. O mesmo quadro se refletia “na rua da Estação, hoje Miguel Couto, Professor Balbino e sua mulher D. Cosminha, moradores da rua do Melo, hoje Afonso Campos, seguem o mesmo caminho”⁸⁹, e a peste sem diminuir a intensidade, mostrava-se terrível, implacável e dizimadora, reduzindo o contingente populacional da cidade a números cada vez mais alarmantes.

Nesse ambiente febril, restava àqueles que pudessem se retirar da cidade, fugir para um local seguro buscando resguardarem-se nas fazendas e demais áreas rurais que circundavam o perímetro urbano, “os que não dispunham desse recurso aguentaram firmes, confiantes somente na Providência, que acreditamos ser Deus”.⁹⁰

Eis que a ajuda não tardou, e

em Novembro, no dia 1.o (sic.) chega uma Comissão Sanitária do Rio de Janeiro para combater o mal. O que foi feito com rapidez e eficiência. Vinham da escola de Osvaldo Cruz, que, nesse tempo, combatia o mesmo mal e a bexiga na capital federal. Todas as casas da cidade, que eram poucas – pouco mais de milhar – passaram pelo mesmo processo que Osvaldo Cruz usou no Rio de Janeiro para debelar a bubônica, a bexiga e a febre amarela, no governo Rodrigues Alves, que dizimavam a população carioca.⁹¹

A comitiva era formada de vários membros, e se apresentava bastante numerosa para os padrões da época. Esta comissão era composta dos médicos

⁸⁸ Diário da Borborema, Campina Grande, 6 de Novembro de 1957. p. 02.

⁸⁹ *Ibidem*

⁹⁰ *Ibidem*

⁹¹ Diário da Borborema, Campina Grande, 6 de Novembro de 1957. p. 06.

higienistas Dr. Gerfield de Almeida e Dr. Alvaro Zamath e dos engenheiros sanitaristas Dr. José Morais Melo e o doutorando Cloves de Aquino, acompanhados ainda de “4 serventes desinfetados”, um enfermeiro e um servente de laboratório, todos amparados sob as rígidas diretrizes da tradição Oswaldo Cruz.⁹²

Desse modo foram levantadas verdadeiras trincheiras de guerra⁹³ em Campina Grande, a fim de dar cabo ao inimigo mortífero e silencioso. Entre as ações da Comissão Sanitária estavam algumas medidas bastante curiosas, como por exemplo, a instalação de vários postos de desinfecção na cidade, os quais visavam estabelecer a triagem dos passantes, sendo estes aqueles que iam ou vinham à Campina. Estes postos foram distribuídos de modo bastante estratégico, contemplando as principais vias de acesso, entradas e saídas da cidade. Aqueles indivíduos egressos de outros municípios ou mesmo de sítios vizinhos, e que desejassem pernoitar ou estabelecer relações comerciais na cidade, deveriam submeter-se aos mais avançados e criteriosos procedimentos técnicos de desinfecção de que o país já tivera notícia, isso servia também para aqueles que desejassem por algum motivo deixar a cidade, a fim de que não carregassem consigo o mal.

O trem de ferro⁹⁴, que até então figurava como motivo de orgulho para muitos campinenses passou a ser visto como objeto de preocupação. Este que era acostumado a transportar novidades vindas de outros centros, trazer notícias diversas sobre os últimos acontecimentos do mundo grafadas nas páginas dos jornais,

⁹² Oswaldo Cruz foi um respeitado médico sanitarista e bacteriologista brasileiro (1872-1917). Reconhecido internacionalmente, foi o pioneiro no estudo das moléstias tropicais e da medicina experimental no país em fins do século XIX e início do século XX. Foi discípulo de Émile Roux, um dos principais parceiros de Louis Pasteur. A saber; GUERRA, Egídio Sales. *Oswaldo Cruz*. Rio de Janeiro: Casa Editora Vecchi, Ltda., 1940.

⁹³ A respeito dessa questão, o pesquisador Cabral Filho nos esclarece acerca de um interessante aspecto para a compreensão desta problemática. Segundo este historiador, o Estado neste período fora governado por João Lopes Machado, entre os anos de 1908 a 1912. Além de político, João Lopes Machado fora também médico sanitarista e o mesmo já havia trabalhado na equipe de Oswaldo Cruz. Entre as suas iniciativas políticas, buscou reestruturar as atividades da Inspetoria de Higiene da Paraíba. O tom utilizado por este para a realização das intervenções identificadas no Estado seguia os mesmos parâmetros utilizados pelo seu antigo chefe, o sanitarista Oswaldo Cruz, no contexto autoritário responsável por desencadear a Revolta da Vacina, na cidade do Rio de Janeiro, em 1904. A saber, CABRAL FILHO, Severino. Capítulo II – Água: Desejo, promessa e espetáculo. In: *A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950)*. Tese de Doutorado defendida junto ao programa de pós-graduação em Sociologia da UFPB em 2007. p. 50

⁹⁴ Sobre a chegada do trem de ferro à Campina Grande, e a sua importância enquanto símbolo de civilização e progresso na primeira década do século XX ver; ARANHA, Gervácio Batista. *Trem e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas (1880-1925)*. Campina Grande, PB: EDUFPG, 2007.

transportar ideias e transferir sonhos ao encurtar as distancias, agora, além de um mundo de possibilidades, poderia trazer (e levar) também a enfermidade.

Como porta de entrada privilegiada para a cidade, este não podia ser negligenciado, pois a doença ali podia se inserir, de modo furtivo e astucioso. Quanto a isso a Comissão Sanitária se viu na autoridade e obrigação de promover medida enérgica e exemplar, “foi instalado na Estação da Estrada de Ferro um posto de desinfecção, no qual todas as pessoas, com as suas bagagens, que tivessem de embarcar (...) [passassem] pela casinha de onde saiam curados.”⁹⁵

Mas esta “cura” descrita pelo autor não se dava de modo “fortuito”, para isso, todos os indivíduos eram orientados a ficarem completamente despídos, homens, mulheres e crianças, uma vez “sem roupa, eram metidos num camisão próprio para a operação. Os trens trafegavam indo e vindo duas vezes por semana para Recife e Paraíba⁹⁶. Era um Deus nos acuda. Toda a população foi vacinada contra a peste”⁹⁷.

Estes procedimentos de certo promoveram vários tumultos e constrangimentos, quando não resistências e conflitos⁹⁸, haja vista o seu teor autoritário e intervencionista, seja para com o interior das habitações seja para com o interior dos corpos dos populares, estas que se fazia levar a efeito muitas vezes sob a presença e auxílio da força policial, para a sua execução.

Seguindo o curso dos acontecimentos, a bubônica e a bexiga passaram. A cidade voltara a respirava novamente. A peste foi debelada em menos de um ano graças ao saber autorizado e às ações promovidas pela intervenção científica da Comissão Sanitária do Rio de Janeiro na cidade.

Cristino encerra o seu relato afirmando que “tudo terminou bem. Quando a Comissão Sanitária regressou ao Rio, deixou a cidade salva.”⁹⁹ Enfim estava vencida a

⁹⁵ Diário da Borborema, Campina Grande, 6 de Novembro de 1957. p. 06.

⁹⁶ Embora o cronista, em sua escrita, opte pela grafia; “Paraíba”, a referência é feita a cidade de “Parahyba do Norte”, capital do Estado, que teve o nome alterado para “João Pessoa” (nomenclatura atual), em virtude dos processos decorrentes da Revolução de 1930.

⁹⁷ Diário da Borborema, Campina Grande, 6 de Novembro de 1957. p. 06.

⁹⁸ Sobre o caráter autoritário presente nas intervenções higienistas e a resistência dos populares no Brasil, ver; CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Cia das Letras, 1996. Segundo o historiador Fábio Gutemberg R. B. de Sousa, no caso das transformações urbanas e sanitárias ocorridas em Campina Grande, o caráter autoritário destas intervenções não fazia distinção entre pobres e ricos. A saber; SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. Cartografias e imagens da cidade: Campinas Grande - 1920-1945. 2001. 378 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

⁹⁹ Diário da Borborema, Campina Grande, 6 de Novembro de 1957. p. 06.

batalha. O inimigo silencioso havia sido (por hora) derrotado, e no imaginário da população campinense uma semente também havia sido plantada: o fruto da higienização e do saneamento.

Os episódios “vivenciados” no ano de 1912 pelos campinenses, e que nos chegam diluídos através dos filtros da memória, narrados por um cronista urbano que os escreve quarenta e cinco anos depois de “ocorridos”, nos fornecem indícios valiosos sobre dois movimentos específicos: o primeiro diz respeito a um interessante momento da intervenção de um saber científico na cidade, o que pode caracterizar um dos episódios responsáveis por atribuir sentido à produção de uma sensibilidade moderna em Campina Grande, sendo esta enquanto processo histórico, no que concerne aos domínios da higienização e saneamento urbano.

Já o segundo, que nos atinge mais diretamente, nos leva ao seguinte questionamento: quais os objetivos desse cronista urbano em gestar estas memórias, ao “produzir” este relato? De imediato pensamos que a reconstituição desta problemática por este “trovador das virtudes campinenses”, diz respeito diretamente às preocupações e exigências sanitárias em voga nos anos 1950.

O momento da publicação deste texto jornalístico confunde-se com a emergência dos debates sobre as maneiras e ideias de como deveriam ser estabelecidos os referenciais explicativos responsáveis por conceber um ideal de higiene e salubridade, em busca da cidade pretendida, saneada e “dita moderna”.

Discursos como este se tornaram bastante recorrentes na imprensa da cidade de Campina Grande a partir deste período, no qual não só as otimizações físicas e morais dos habitantes de uma cidade estavam em debate, mas também quais as formas ideais de como proceder perante a implantação do seu novo e moderno sistema de abastecimento de água, levado a efeito através da construção do Açude de Boqueirão de Cabaceiras.

É correto afirmar que estes eventos dialogam diretamente, em termos comparativos, com outro episódio singular e anterior na História das águas campinenses, no que diz respeito aos processos concernentes à implantação do primeiro sistema moderno de abastecimento de água para a cidade, realizado em 1939, a partir das iniciativas do administrador público Argemiro de Figueiredo, quando da instalação do sistema de abastecimento de Vaca Brava. Este episódio representou

uma etapa inicial na produção dos discursos e debates promovidos por articulistas e detentores do “saber autorizado”, e se propunha a suscitar o “alvorecer de mudanças de atitudes e de sensibilidades com relação a determinadas práticas sociais que, acreditava-se, não mais [satisfazerem] as demandas de uma elite que estava se tornando mais exigente e mais informada”¹⁰⁰.

Percebemos que ao longo dos anos 1950 ocorreu uma significativa intensificação nestes discursos progressistas, uma vez que os constantes avanços no campo da ciência e toda a positividade e esplendor que tais conquistas materiais e simbólicas oferecidas em termos de conforto, saúde e qualidade de vida, fazia-se desejar também para os habitantes da Rainha da Borborema, mas que, no entanto, mediante a oferta futura das “granfinas águas de Boqueirão”, foi germinada no seio da população a necessidade do novo, e quanto a isso, em tese, não bastaria apenas água para matar a sede, mas sim fomentar no seio das mais variadas camadas populacionais a exigência de uma água saneada, moderna e salubre, e o desejo de que essa atmosfera de exigência fosse apropriada por uma maior parcela da sociedade.

Através do discurso jornalístico, os mais variados personagens trataram de sugerir melhoramentos e transformações. O jornal impresso foi tomado como palco de teatralização tanto dos valores “civilizados” quanto dos projetos “políticos”, que visavam sobretudo canalizar os seus esforços para uma problemática comum: que água o campinense deve beber?

Os articuladores deste projeto perceberam que abastecer uma cidade moderna não consistia em uma tarefa fácil. Este pensamento pairava como pluma ao vento no ideário das elites locais e idealizadores políticos. E quanto a isso, seria necessário por em prática uma série de etapas para o bom andamento deste projeto civilizador.

Os periódicos jornalísticos de Campina Grande, neste sentido, ao longo dos anos 1950, demonstraram bastante interesse em mapear grande parte dos debates que de alguma forma faziam menção à crise no abastecimento de água da cidade, e a

¹⁰⁰ CABRAL FILHO, Severino. Capítulo II – Água: Desejo, promessa e espetáculo. In: *A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950)*. Tese de Doutorado defendida junto ao programa de pós-graduação em Sociologia da UFPB em 2007. p. 41

“serviço”¹⁰¹ da saúde e higiene coletiva, buscaram apresentar em seu corpo textual um conjunto elaborado de procedimentos e normas que, muitas vezes, pregava o uso de determinadas modalidades técnicas de verdadeira “disciplina” frente aos padrões estabelecidos pelos órgãos sanitários para o estabelecimento de novas exigências sanitárias, e a adoção da mudança no comportamento dos campinenses em relação aos usos e consumos da água na cidade.

Para atingir a meta pretendida, as autoridades sanitárias se valeram destes periódicos como ferramentas privilegiadas para informar aos leitores sobre os seus últimos movimentos no combate das doenças e epidemias. A divulgação das suas vitórias e avanços científicos visava enaltecer este projeto civilizador na cidade, bem como também “regar” esta nova sensibilidade com as mais refinadas novidades e orientações no campo da saúde coletiva.

A fim de sanear os espaços e dotá-los de ares civilizados e higiênicos, foram empreendidas verdadeiras cruzadas na cidade, buscando estabelecer uma redefinição nas práticas, sobretudo em relação ao cotidiano dos populares da cidade, que a partir deste momento passariam a ser contemplados diuturnamente pelos olhares atentos dos administradores políticos e da Saúde Pública, os quais viam um itinerário perigoso nas formas como os cidadãos comuns se apropriavam dos recursos hídricos da cidade, expedientes que eram muitas vezes entendidos como incivilizados, transgressores e desviantes, responsáveis por um verdadeiro entrave frente ao bom funcionamento do projeto modernizador.

Este processo de redefinição dos espaços das águas foi projetado inicialmente no plano das ideias, ou mesmo no campo do simbólico, para que depois pudesse enveredar pela materialidade. Nestes domínios, os discursos proferidos por médicos higienistas e também provenientes da engenharia sanitarista abordaram vários temas, dentre eles as intervenções nos “antigos” mananciais campinenses, ora tidos como aproveitáveis e de boa procedência, passaram a ser convertidos, paulatinamente pelo discurso apresentado nos jornais, em “espaços perigosos” onde reinavam a doença e a peste, fazendo do seu uso uma conduta perigosa.

¹⁰¹ Determinada parcela da imprensa campinense representava-se tanto como provedora de um “dever cívico”, como também era “financiada” pelo poder público municipal e estadual para a divulgação de orientações sanitárias.

Sobre a transformação das práticas e a mudança na sensibilidade urbana, três mananciais da cidade ganharam lugar de destaque para a intervenção, sendo estas ações práticas e/ou discursivas, provenientes dos diversos mecanismos da Saúde Pública, a saber, o Açude Velho, Açude Novo e Açude de Bodocongó.

Um destes mananciais ganhou bastante destaque ao protagonizar várias polêmicas nos meios jornalísticos. Aspectos interessantes destes episódios foram debatidos pela imprensa local a respeito das especulações em torno da (re)urbanização do Açude Velho¹⁰², e quanto a isso nos conta o jornalista Lopes de Andrade¹⁰³ que a remodelação urbanística deste espaço causou verdadeiro burburinho, não só nas rodas de bate papo dos transeuntes, mas também entre os mais variados círculos intelectuais.

Entusiastas e contrários ao projeto se manifestavam por todos os lados, tomaram partido de todas as posições, passo a passo. Aqueles que apoiavam as iniciativas de modernização daquele espaço, dotando-o de aspectos renovados, buscavam formatar as esperanças à imagem e semelhança das aspirações pretendidas, tomando como modelo comparativo obras realizadas em espaços similares, localizadas em outros centros urbanos de expressão nacional. Do outro lado, tinham-se aquelas relutantes a estas transformações, em grande medida motivados pelo receio de que estas intervenções descaracterizassem um bem comum e “histórico”.

A remodelação da fisionomia pretendida para a velha represa passaria a figurar como matéria de litígio entre as mais diversas posturas: de um lado era vista sob ares saudosos, pensada enquanto um dos motivos de maior atração estética da cidade, justamente pela diversificada importância que as suas águas assumiram na paisagem “semi-árida do Nordeste”¹⁰⁴ ao longo dos anos, e de outro, pelo fato deste espaço, (ora saudável e consumido amplamente pelos populares da cidade, sob mais variadas

¹⁰² Este manancial já havia sido submetido a um primeiro momento de urbanização, e esta intervenção ocorreu a partir das iniciativas do prefeito Verginald Vanderlei, ainda na década de 1940, ocasião onde foram corrigidas as incrustações no seu sangradouro e construído o cais circular.

¹⁰³ Diário da Borborema, Campina Grande, 20 de Novembro de 1957. p. 02

¹⁰⁴ *Ibidem*

formas), ter passado a ser compreendido pelos discursos higiênicos como um lugar da doença e do contágio¹⁰⁵, e que portanto deveria ser saneado.

Conta-nos ainda o jornalista que o adágio popular conservava a imagem de que entre os “campinenses antigos”, era válido “dizer-se que ‘quem veio a Campina, bebeu água do Louzeiro (hoje praticamente desaparecido) e tomou banho no Açude Velho’, não podia mais esquecer desta cidade.”¹⁰⁶ A “barragem antiga”, como também era comumente referenciado o Açude Velho, por estes “campinenses antigos”, fizera-se cristalizar de modo afetivo nas vivências daqueles que por ali transitaram, e que em algum momento tomaram as margens do seu leito enquanto um espaço de sociabilidade, lazer e trabalho.

Esta herança afetiva resultou em algumas formas de homenagens ao Açude Velho, a exemplo da composição de um chorinho homônimo, feito pelo trompetista campinense Porfírio Alves¹⁰⁷ “que foi moleque de rua em Campina Grande e jogou cangapé¹⁰⁸ no Açude Velho, (...), e imortalizou a velha represa com um ‘chorinho’ de sua autoria que ficou célebre em todo o país.”¹⁰⁹

Muitos pensamentos de cortejo a um passado recente foram reconstituídos por discursos “sublimes” e apaixonados, elaborados na cidade sob as mais variadas formas, acerca das águas do manancial. O Açude Velho, nunca até então, esteve tão carregado de significado, sentido, memória e poesia.

Este espaço tivera assumido ao longo dos anos outras funções que em muito se diferenciavam daquelas pretendidas pelas elites, no ideário dos seus projetos de urbanização, e a estas Lopes de Andrade faz referência ao colocar que,

Creio que foi o comerciante Otoni Barreto, sempre cheio de iniciativas originais, que certa vez desejou instalar nas águas do

¹⁰⁵ Embora este, de fato, venha a apresentar um significativo índice de insalubridade a partir do início dos anos 1940, o que muito se deve ao gradativo aumento da atividade industrial e da urbanização naquele setor.

¹⁰⁶ Diário da Borborema, Campina Grande, 20 de Novembro de 1957. p. 02

¹⁰⁷ Paraibano de Campina Grande, Porfírio Alves da Costa (1913-?) era músico trompetista e atuou na Orquestra Tabajara entre os anos de 1938 a 1948. Tocou também com os maestros Ivan Paulo (o Carioca) e Osmar Milani. “Açude Velho” (1946) é a sua primeira composição, e foi gravada pela própria Orquestra Tabajara, com lançamento realizado pela Continental Records em abril de 1946, projeto este que fora divulgado amplamente em todo o país pelas emissoras do Rio de Janeiro, sendo executado pelas mais conceituadas “Jazz Bands” nacionais. Disco 15614-B, matriz 1376.

¹⁰⁸ Tipo de cambalhota aquática.

¹⁰⁹ Diário da Borborema, Campina Grande, 20 de Novembro de 1957. p. 02

Açude Velho um serviço de barcas para passeio e transporte das populações do outro lado da represa, sem o incomodo da longa caminhada ao redor da mesma. E uma espécie de “bar” e caldo de cana já existiu diante da prensa de Anderson Clayton, onde também eram alugadas roupas de banho para mergulhos nas velhas águas do Açude.¹¹⁰

O Açude Velho fazia parte integrante do cotidiano e da experiência dos populares. Este espaço era consumido amplamente pelos que ali trabalhavam (pescadores, lavadeiras, carroceiros, secadores de pele, feirantes, lavadores de automóveis, aguadeiros, etc), também representando uma das principais referências para a prática dos chamados “banho de asseio”¹¹¹ e “banho de mergulho”.

Os banhos públicos de asseio possuíam importante significado para o cotidiano dos populares, uma vez que muitos se refrescavam nas águas do manancial antes ou após a realização da labuta diária. Esta prática consistia, para os populares, em algo comum e corriqueiro, tido como normal e saudável até o início dos anos 1950.

Já em termos das práticas de sociabilidade identificadas nas dependências do Açude Velho, estas possuíam interessantes dinâmicas. Os citados “banhos de mergulhos”, por exemplo, que consistiam em recorrentes atividades nestes espaços até o início dos anos 1950¹¹², desde o fim do século XIX já demonstrava preocupar as autoridades locais, graças ao seu aspecto exibicionista.

A respeito desta questão fala-nos o historiador Elpídio de Almeida¹¹³ que durante os períodos de verão e primavera, era muito comum ver o açude tomado de banhistas por todos os lados, e que esta atividade exercida amplamente em suas margens chegou a incomodar grandemente uma determinada parcela das famílias residentes

¹¹⁰ Diário da Borborema, Campina Grande, 20 de Novembro de 1957. p. 02

¹¹¹ Da forma que é descrito nos jornais, o termo “asseio” ainda não é tomado aqui em sob padrões complexos, estéticos e higiênicos pelos quais se caracterizam nos dias atuais. A prática apenas faz referência a imersão do corpo na água seja para refrescar-se ou extrair o cansaço. Relaxar.

¹¹² Na documentação consultada percebemos uma redução de referencias feitas a esta prática após meados dos anos de 1940. Novas alusões aos banhos em espaços públicos foram visualizadas por nós a partir de matérias que datam do início dos anos 1950 nos jornais, e quanto a estas, aos mesmos buscava-se comunicar os atos proibição ou denunciar as infrações. Acreditamos que isso se deve a redefinição dos códigos de postura do município, responsável por criminalizar uma série de práticas cotidianas anteriormente tidas como normais.

¹¹³ ALMEIDA, Elpídio de. Açude Velho. In: *História de Campina Grande*. Edições da Livraria Pedrosa. Campina Grande/PB: 1962. Pág. 114.

naquela localidade, motivo pelo qual em 1886 a Câmara Municipal da cidade teria determinado que “nenhuma pessoa maior de 7 anos pudesse banhar-se durante o dia nas águas do Açude Velho desta cidade”¹¹⁴. Caso fosse flagrado em infração, o indivíduo teria que desembolsar a quantia de Cr\$ 20 Cruzeiros, valor a ser pago em forma de multa, caso contrário poderia ser recolhido à presença das autoridades policiais, a fim de prestar os devidos esclarecimentos. Apesar da proibição, estas estratégias do poder público municipal não intimidaram os banhistas, “que desciam aos montes em direção ao manancial, devidamente munidos com as suas chinelas nas mãos e toalhas aos ombros, momento testemunhado pelas lavadeiras que ali, exerciam o seu ofício”.¹¹⁵

Entre o fim dos anos 1940 e início dos anos 1950, estes “banhos de mergulho” eram realizados principalmente nos horários da manhã. A prática possuía inclusive um lugar “apropriado” e “exclusivo”, localizando-se curiosamente “diante do (...) palacete funcional da ‘Sociedade Médica’ [onde] ficava nada menos do que o ‘porto dos homens’, um lugar onde toda Campina masculina costumava tomar seus banhos domingueiros, completamente em trajes de Adão.”¹¹⁶

No início dos anos 1950, várias práticas a exemplo dos “banhos de mergulho” passariam a ser condenados pelos órgãos públicos, sobretudo os “banhos nus”, sob pena de repressão ainda maior do que fora prevista anteriormente, uma vez que além do pagamento de “multa” pela conduta irregular fora acrescentado o recolhimento imediato do indivíduo contraventor. Este fato não impusera de imediato uma suspensão deste expediente por parte dos populares, embora conscientes da proibição estabelecida pelas autoridades, como percebemos em matéria veiculada ao jornal “O momento”.

Menores entre 16 e 18 anos, todos os domingos, banham-se em plena nudez, nas mansas águas do Açude Velho. Recanto habitado e ponto convergente dos transeuntes de diversos bairros da cidade, não devia se prestar à prática do nudismo desses rapazes. Sobre o

¹¹⁴ Diário da Borborema, Campina Grande, 20 de Novembro de 1957. p. 02

¹¹⁵ ALMEIDA, Elpídio de. Açude Velho. In: *História de Campina Grande*. Edições da Livraria Pedrosa. Campina Grande/PB: 1962. p. 114.

¹¹⁶ Diário da Borborema, Campina Grande, 20 de Novembro de 1957. p. 02

fato já recebemos diversas queixas, motivo por que apelamos para a polícia local.¹¹⁷

Este jornal possuía uma coluna específica, que se voltava ao debate de aspectos considerados incoerentes em comparação aos padrões de adiantamento pretendidos, presente no cotidiano de uma cidade progressista, pretensa a um perfil civilizado. Essa coluna chamava-se “Isso acontece na cidade”.

De acordo com a historiadora Denise Bernuzzi de Sant’anna, “o banho aliava-se a virtudes civilizatórias desde que ocorressem no espaço fechado das casas de banho ou no interior das moradias. O banho civilizador tendia a ser, cada vez mais, aquele ocorrido solitariamente, individualmente” promovido e realizado “longe do olhar dos estranhos, ao abrigo da contemplação dos desconhecidos.”¹¹⁸

O plano de urbanização do manancial, a princípio, em tese, não se tratava apenas de uma simples maquiagem. Fora rascunhado em Campina Grande um projeto de reinvenção, revitalização e embelezamento dos mananciais, a fim de torna-los espaços com ares de requinte e sofisticação, pensados não apenas para a “Velha Represa”, mas também para os seus irmãos mais novos, o “Açude Novo” e “Açude de Bodocongó”.

No caso do Açude Velho, este projeto buscava atribuir novos significados a um espaço que fora descrito como bucólico e provincial, a exemplo de como fora desenhado de acordo com a pena do Irineu Joffily em seu livro “Notas sobre a Parahyba”¹¹⁹.

Para este projeto, por iniciativa política do prefeito Plínio Lemos¹²⁰ fora chamado o escritório do renomado arquiteto paisagista Burle Marx¹²¹ “Burle Marx & Cia. Ltda.”, e

¹¹⁷ O Momento, Campina Grande, Domingo, 8 de Outubro de 1950. Pág. 02

¹¹⁸ SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. Sereia e Amores. In: *Cidade das águas: uso de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo*: Senac/SP, 2007. p. 162

¹¹⁹ Ao explicar sobre as “conquistas” promovidas por Teodósio de Oliveira Ledo, descreve o contato deste com míticas águas que os tropeiros acharam na grande e venturosa campina, no qual se estabeleceu primeiramente um aldeamento indígena, que logo depois seria elevado à condição de vila. A saber; JOFFILY, Irineu. *Notas sobre a Parahyba*. Brasília: Thesaurus, 1977.

¹²⁰ Plínio Lemos esteve à frente da administração municipal entre 30 de Novembro de 1951 a 30 de Novembro de 1955. Era formado em Direito e atuou ainda como promotor público e deputado federal. Atuante na Revolução de 1930, foi ainda oficial de gabinete de José Américo de Almeida no Ministério da Viação e Obras Públicas.

quanto a isto veio à tona uma curiosa reportagem publicada no “Jornal de Campina” em 31 de agosto de 1952. Vamos a sua primeira parte:

Urbanização do Açude Velho

Como ideia, nada mais notável que a urbanização do Açude-Velho. O plano Burle Marx em suas linhas gerais é realmente grandioso. Embelezará muito a cidade. As pessoas que não conhecem Campina Grande, verão à sua entrada um majestoso parque no meio do açude, com seus elegantes cassinos, cinemas sorveterias e um mundo de diversões à moda americana. E não é só, em torno do velho açude, parques infantis serão instalados e a noite, nas noites escuras como breu, tudo ficará profusamente iluminado como nos sonhos orientais das mil e uma noites ou melhor, falando em linguagem moderna, como nos filmes musicais da MGM.

Qualquer visitante ficará estonteado ante tamanha magnificência. Mas...

...Mas, quantos milhões serão gastos para a realização de um projeto de tamanha amplitude? Ora, senhores, não há motivos para tal espanto. As despesas estão orçadas apenas na irrisória (sic.) quantia de 10 milhões de cruzeiros. E o que são realmente 10 milhões para uma prefeitura que só este ano espera arrecadar 35 milhões? Mas...¹²²

Este fragmento inicial do texto nos sugere uma série de questões interessantes. A princípio, o jornalista (um tanto irônico) mostra-se bastante entusiasmado com a novidade, uma vez que reflete sobre os benefícios que tais iniciativas possam trazer

¹²¹ Esta iniciativa tem muito a nos dizer sob vários aspectos no sentido de compreender a atmosfera de transformação urbana pretendida para a cidade, pela elite campinense na década de 1950. Burle Marx (1909-1994) não fora apenas um vulto de renome. Além de ecologista e naturalista cujos projetos de construção e remodelação de parques e jardins o tornaram mundialmente famoso, notadamente influenciados pelas tendências europeias (a exemplo dos Jardins botânicos de Paris e de Berlim), Burle Marx fora credenciado como o principal expoente da recepção e introdução do modernismo no Brasil em termos da arquitetura e do paisagismo. Ele era conhecido como um artista de natureza moderna, especialista na remodelação e designer espaços voltados a um público urbano. A saber; ADAMS, William Howard. *Roberto Burle Marx: A Arte Unnatural do Jardim*. Museu de Arte Moderna de Nova York, 1991.

¹²² Jornal de Campina, Campina Grande, 31 de agosto de 1952. p. 02

para a cidade em termos estéticos e econômicos, sobretudo a respeito dos aspectos turísticos.

À medida que avança o texto, podemos notar na escrita do jornalista (embora esta matéria não esteja assinada), uma certa ironia ao “apresentar” as virtudes do novo projeto, à luz de um conjunto linguístico hiperbólico de descrições inflamadas, que nos sugerem uma interpretação anedótica e descrente para com as reais finalidades do projeto de embelezamento.

Ao afirmar que “[a]s despesas estão orçadas apenas na “irrisória” quantia de 10 milhões de cruzeiros.”, o texto nos informa algo muito além do valor real deste investimento. Ele nos sugere a atmosfera de dispêndio financeiro que tal obra poderia representar para o erário público, uma vez que esta quantia consistiria em uma significativa parcela dos insumos arrecadados através dos impostos no município.

Dando prosseguimento ao texto, o autor demonstra a intenção de trazer para o debate argumentos que dizem respeito a preocupações higiênicas, e quanto a isso se vale do “saber autorizado” (embora não revele a fonte) a fim de questionar a empreitada sob um novo ângulo: o da saúde coletiva. Vamos ao texto:

...Mas, tivemos a curiosidade própria de jornalistas, e abelhudamente fomos perguntar a um ilustre médico campinense a sua opinião acerca do projeto. Expomos o plano em linhas gerais. Ao falarmos em parques infantis, o médico espantou-se: - “Com a água doentia do Açude-Velho? Água essa que contém bactérias dos grupos tifoidicos e desintericos, amebas, vermes da opilação e até viroses responsaveis (sic.) pela paralisia infantil” .?

E... o dr. Deu outras explicações científicas frisando bem a enormidade de gastos. Mas...

...Mas, fomos para casa e botamos o raciocínio para trabalhar. 10 milhões para embelezamento de uma parte da cidade. De uma cidade em que tudo falta a começar pela água. Numa cidade a cujos bairros faltam calçamento, luz, assistência social, hospitais. Não ha um só abrigo público para a infancia (sic.) desamparada. Falta um mundo de pequenas coisas para atender ao povo. E no entanto vamos gastar 10 milhões...

Não seria mais pratico que o snr. Prefeito seguisse o exemplo do governador do Estado. Calçando o resto da cidade? Ou, fizesse como o seu antecessor Elpidio de Almeida, construindo uma obra social semelhante á Maternidade?

Que seria melhor, seria, mas...¹²³

Diante do segundo momento do texto, “tivemos a curiosidade própria” de historiador, e “abelhudamente” sugerimos que dois fragmentos desta matéria nos indicam caminhos possíveis para que possamos desbravar esta problemática. A saber, “fomos perguntar a um ilustre médico campinense” e “Elpidio de Almeida”.

Podemos dizer com certa segurança que Elpidio de Almeida tratava-se de uma personalidade pública bastante articulada. Natural de Areia, cidade do brejo paraibano, Elpidio nascera no ano de 1893, e por volta dos 25 anos, formara-se médico na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1918, mesma instituição na qual havia estudado o renomado sanitarista Oswaldo Cruz, o qual havia falecido um ano antes.

Após doutorar-se em medicina, com a tese intitulada “Contribuição ao estudo da Esquistossomose Mansômica”¹²⁴ (doença transmitida através do contato com as águas contaminadas), Elpidio de Almeida voltou a Campina Grande munido de um significativo conhecimento sobre aspectos caros aos domínios da higienização e do sanitarismo, sobretudo mediante a experiência adquirida através do contato com os seus contemporâneos de curso, na então capital federal, espaço que outrora enfrentara verdadeira efervescência social mediante as intervenções promovidas durante a Revolta da Vacina em 1904, com base na tradição Oswaldo Cruz, esta que por sua vez inspirava-se nas pesquisas do renomado químico e microbiologista francês Louis Pasteur (fundador desta ciência), tendência racional que opunha-se as teorias miasmáticas¹²⁵.

¹²³ Jornal de Campina, Campina Grande, 31 de agosto de 1952. p. 02

¹²⁴ CABRAL FILHO, Severino. Capítulo II – Água: Desejo, promessa e espetáculo. In: *A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950)*. Tese de Doutorado defendida junto ao programa de pós-graduação em Sociologia da UFPB em 2007. p. 46

¹²⁵ A teoria dos miasmas figurou como modelo explicativo predominante no saber médico europeu até meados do século XIX, e considerava que a causa primordial de várias doenças e epidemias estariam relacionadas a certos ares venenosos, odores ou gases que se convertiam em resíduos nocivos ao serem inalados, e que se originavam na atmosfera a partir do solo, dissipando-se pela ação dos ventos, proliferando doenças e causando a morte. Estes “ares venenosos” seriam originados das matérias pútridas em decomposição, proveniente de charcos infectos de águas servidas, ou ainda provenientes dos “maus ares” exalados a partir dos cemitérios, matadouros, mananciais de conduta duvidosa e do

Munido do rico conhecimento proveniente da experiência suscitada por tais debates, Elpidio de Almeida ao retornar a Campina Grande, se tornaria vereador no ano de 1929, atuando também na profissão de médico. Acompanhou com entusiasmo os processos que levaram a efeito a construção do Açude de Vaca Brava em 1939, e se tornaria um político de destaque, sendo eleito para o cargo de prefeito em Campina Grande durante dois mandatos pela UDN, respectivamente entre (1947 a 1951) e

lixo. Pensava-se ainda que as emanções dos pântanos e dejetos, pessoas e animais doentes, também trariam consigo o mal, tendo a sua presença detectada através de uma simples metodologia sensorial: o mau cheiro. Sobre esta questão ver: CORBIN, Alain. *Saberes e odores: o olfato e o imaginário nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. e DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada* [trad. Maria Lucia Machado]. 5 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. e REIS, João José – “A morte é uma festa” – ritos fúnebres e revolta popular no Brasil no século XIX. Ed. Cia das Letras, SP, 1991.

Ainda na primeira metade do século XIX na Europa o italiano Agostino Bassi (1835) - mostrou de forma conclusiva que a *muscardina*, uma doença dos bichos-da-seda, era produzida por um fungo microscópico. Em seguida foi a vez do médico francês Alfred Donné (1836), que detectou a presença de um microorganismo, o *Trichomonas vaginalis*, numa doença venérea. Destacou-se também a contribuição de Félix Pouchet (1849) a descoberta de vibriões nos dejetos de doentes com cólera. De acordo com os pesquisadores Lilian Al-Chueyr Pereira Martins e Roberto de Andrade Martins; “Na década de 1860, seguindo a trilha aberta por essas pesquisas anteriores, surgiram os primeiros estudos de Louis Pasteur (1822-1895) sobre a relação entre doenças e microorganismos. Porém, foi apenas na década de 1870 que os estudos rigorosos de Robert Koch (1843-1910) estabeleceram as regras de investigação desse tipo de hipótese. No decorrer da segunda metade do século XIX, a teoria microbiana das doenças foi gradualmente aceita pela maioria dos médicos e pelo público.” A saber; MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira & MARTINS, Roberto de A. Os miasmas e a teoria microbiana das doenças. *Scientific American Brasil* [Série História] (6): pp.68-73, 2006.

Embora defendida por algumas posturas intelectuais até o início do século XX, a teoria dos miasmas perdeu campo com as descobertas provenientes das explicações microbiológicas. Os micróbios, organismos vivos e invisíveis a olho nu, se converteram rapidamente na panaceia da modernidade, uma vez que esta tendência racional buscou atribuir ao saber médico a autoridade “científica”, sobretudo a partir da contribuição de Louis Pasteur.

Segundo a pesquisadora Denise Bernuzzi de Sant'anna, a ciência higiênica relativa à água também falava francês e inglês, e percorreria certo caminho entre a passagem dos medos visíveis aos invisíveis. Em um primeiro momento, ainda no século XIX, as análises das águas em terras tupiniquins consistiam na elaboração de perfis genéricos, e buscavam apenas identificar componentes e vestígios supostamente nocivos na água, ao descrever apenas a presença de alguns elementos químicos em sua composição, destacando-se as pesquisas do engenheiro Carlos Rath em São Paulo e do físico português Bento Sanches, “no entanto, estes dois estudos não participavam do universo de preocupações resultantes das pesquisas microbiológicas herdeiras das descobertas pasteurianas”. Restavam poucos procedimentos de análise, dentre eles, examinar atentamente a água colocada em um vidro com o auxílio da luz do dia, ferver e filtrar a água.

Ainda segundo Denise Sant'anna “em 1892, quando Oswaldo Cruz defendeu uma tese demonstrando a veiculação dos micróbios pela água, ganhou novo alento a intolerância aos ‘poços negros’, acusados de ser perigosos focos de contaminação”. Com o advento da microbiologia ocorreu uma significativa ampliação dos territórios de risco e contágio, passou-se a acreditar que o perigo estava literalmente em toda parte, o que desencadeou uma maior preocupação com a qualidade da água e as formas de manutenção e consumo dos rios, bicas, chafarizes, poços, fontes e mananciais urbanos. A saber; SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. A complicação da rede. In: Cidade das águas: uso de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo: Senac/SP, 2007. p. 191 e 192.

(1955 a 1959), assumindo o cargo de Deputado Federal neste intervalo entre os mandatos. Após 1959 afastou-se da vida política.¹²⁶

Com o slogan “O médico da família Campinense”, Elpídio de Almeida¹²⁷ se elegera para um mandato anterior (e posterior) ao de Plínio Lemos, o qual ele mantivera sob “olhares vigilantes”, e vez por outra ambos protagonizavam inflamados debates através da mídia impressa de Campina Grande e do Estado.

Este projeto urbanístico proposto por Plínio Lemos não se concretizou. Pelo menos não em sua plenitude, aos moldes pensados por Burle Marx¹²⁸ naquele episódio específico. A sua administração municipal enfrentou um momento crítico na crise do abastecimento de água de Campina Grande, e embora as suas ações (ora criticadas) tivessem um teor efetivo de execução¹²⁹, Plínio Lemos enfrentara também grave crise política e pessoal¹³⁰, além de adversários atentos e articulados politicamente.

Nesse sentido, o “Açude Velho” só seria de fato (re)urbanizado durante o segundo mandato de Elpídio de Almeida a frente da prefeitura de Campina Grande, entre 1955 e 1959. Segundo o *Jornal Correio da Paraíba*¹³¹ os “impulsos da modernização e do desenvolvimentismo” fizeram¹³² com que Elpídio promovesse o desenvolvimento de alguns aspectos caros a urbanização da cidade, sobretudo no plano da saúde ao construir a primeira maternidade de Campina Grande¹³³, criar a Liga Estadual Contra a Tuberculose e ser um dos principais responsáveis pela criação, junto

¹²⁶ Ver em: FILHO, Lino Gomes da Silva. Síntese histórica de Campina Grande, 1670-1963. E. Grafset: 2005.

¹²⁷ Elpídio de Almeida foi ainda historiador e membro do IHGP – Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, e é autor de: ALMEIDA, Elpídio de. *História de Campina Grande*. Edições da Livraria Pedrosa. Campina Grande/PB: 1962.

¹²⁸ A urbanização daquele espaço só se daria na segunda metade dos anos 1950 através das iniciativas de Elpídio de Almeida. Algumas das características do plano inicial de Burle Marx foram mantidas.

¹²⁹ Algo que se fez perceber através de um ciclo de matérias publicadas no “Jornal de Campina” no ano de 1952, que buscaram mapear o itinerário das visitas realizadas pelos técnicos do escritório de Burle Marx em Campina Grande.

¹³⁰ Foi acusado de ser mandante do assassinato do também político, o vereador Félix Araújo, que ocorreu em julho de 1953 na cidade de Campina Grande, vindo este a falecer poucos dias após o atentado aos 30 anos de idade, assunto que inundou os jornais deste período.

¹³¹ *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 26 de maio de 1958. p. 02

¹³² Os aspectos específicos da experiência campinense diante o quadro de crescimento nacional na era pós-Vargas e a política desenvolvimentista, levada a feito a partir da ascensão de Juscelino Kubistchek ao poder, serão tratados mais aprofundados nos capítulos seguintes.

¹³³ Posteriormente batizada com o seu nome. Maternidade ISEA. Instituto de Saúde Elpídio de Almeida.

ao Dr. Severino Bezerra de Carvalho, da Sociedade Médica deste município¹³⁴, da qual Elpídio¹³⁵ fora o primeiro presidente.

Os movimentos que antecedem a intensificação dos discursos voltados exclusivamente a preocupações higiênicas, que se proliferavam amplamente nos jornais a partir de 1951, (ano de início das obras de construção da barragem de Boqueirão de Cabaceiras) foram precedidos, sobretudo pelas tentativas de normatização do uso dos mananciais. Um pouco antes dos campinenses serem “comunicados”, através das matérias veiculadas nos jornais, sobre a existência dos “fantasmas microscópicos”, e esses assombrarem o seu sono tranquilo, disciplinar o uso dos espaços figurou como postura adotada pela estrutura administrativa, referentes a estes mananciais.

E quanto a esta questão, os registros fotográficos têm muito a nos dizer, uma vez que estes indícios apresentam-se como testemunhos privilegiados, de grande importância no processo de reconstituição dos episódios nos quais os sujeitos fizeram-se inscrever.

Ao longo de nossa pesquisa nos deparamos por inúmeras vezes com uma imagem fotográfica bastante singular, que se propõem a “emoldurar” um evento público, realizado as margens de um dos mananciais da cidade. Dentre estes contatos estabelecidos com a fonte, percebemos que a mesma fora cortejada pela elaboração de uma gama bastante diversificada de enunciados, produzidos com o intuito de caracterizar e sinalizar a época e as condições de produção da imagem. Por esse motivo, estabelecemos aqui uma escolha, e selecionamos as duas “versões” e/ou “enunciados” mais recorrentes para a mesma. Esta fotografia, bem como os seus enunciados, serão aqui interpretados como *representação*.

¹³⁴ Criada em 1940, Ver: FILHO, Lino Gomes da Silva. *Síntese histórica de Campina Grande, 1670-1963*. E. Grafset: 2005.

¹³⁵ Implantou ainda a primeira seção do Corpo de Bombeiros da cidade em 1947 a partir da Lei Estadual nº 31.



Foto 1: O Açude Velho é uma festa!
Fonte – Acervo do fotógrafo José Cacho

A primeira *representação* propõe que esta imagem¹³⁶ foi registrada por um antigo fotógrafo da cidade, o senhor José Cacho (já falecido, em 2006 aos 89 anos). Cacho foi proprietário de um dos estúdios fotográficos mais tradicionais da cidade, inaugurado nos anos 1940, responsável por retratar interessantes eventos públicos e momentos singulares dos processos de transformação urbanística de Campina Grande¹³⁷.

De acordo com o jornalista Xico Nóbrega em matéria publicada no jornal “A União” em 28 de novembro de 2006, José Cacho fora, a exemplo da “tradição antiga”, o fotógrafo preferido das ilustres famílias campinenses e “realizou trabalho significativo à sua memória visual nos álbuns de família, no registro das obras de diversas administrações municipais, na documentação de campanhas eleitorais e da paisagem urbana campinense de décadas atrás.”¹³⁸

¹³⁶ Disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com.br/2011/03/memoria-fotografica-acude-velho-decada.html> Acesso: 22/08/2012

¹³⁷ José Cacho foi um dos fotógrafos mais solicitados pelos prefeitos campinenses e autoridades políticas de modo geral. Entre os anos 1950 e 1970 foi responsável por documentar a visita de vários administradores públicos de expressão nacional que vieram a Campina Grande, como; Getúlio Vargas, Ademar Barros, Café Filho, Lott, Juscelino Kubitschek, Costa e Silva, Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel dentro outros.

¹³⁸ A União, João Pessoa, 28 de novembro de 2006. p. 02

Este fotógrafo ficou conhecido pela destreza que possuía em produzir retratos instantâneos ao natural, sobretudo aqueles que buscavam retratar tanto os campinenses ilustres como também as pessoas comuns, os populares da cidade, caminhando nas ruas, sozinhos ou acompanhados, ou mesmo inseridos em aglomerações, como é o caso da foto apresentada anteriormente que, segundo o fotógrafo, foi registrada no início da década de 1950, na ocasião comemorativa de um dos aniversários da cidade ¹³⁹.

No entanto, essa imagem foi percebida de modo distinto, a partir de outra *representação*. Segundo sugestão de Cabral Filho¹⁴⁰, a imagem foi capturada durante a realização de uma festividade promovida em comemoração ao “ato inaugural” da obra de construção do cais circular para a bacia do açude, realizada na década anterior, em meados dos anos 1940 na administração do então prefeito, o Dr. Vergniaud Wanderley.

É possível perceber que se trata de um “evento popular”, pela significativa quantidade de pessoas que circundam a borda do manancial, ao longo da extremidade do seu cais. Este evento, provavelmente foi realizado nas últimas horas da manhã, momento em que o sol não é mais tão ameno, fato que é catalisado pelo efeito do espelho d’água, uma vez que podemos identificar a presença de pessoas munidas de sombrinhas e guarda-sóis. Vemos ainda duplas femininas contemplando a festividade, oportunidade ideal para que “moças de boa família”, no horário matutino, pudessem desfrutar da vida pública sem quaisquer impedimentos. Não se trata de uma foto posada, pois alguns passantes são flagrados de costas ou em movimento, e quanto a estes, na imagem, existem consideráveis “desfoques”.

Ao centro da imagem fora inserida ali uma pequena “barraquinha”, provavelmente para a venda de “lanches”, cuidadosamente posicionada de modo a permitir que os espectadores que ali se abastecessem, também pudessem simultaneamente contemplar a festividade a partir de uma visão panorâmica e privilegiada.

¹³⁹ A saber: <http://cgretalhos.blogspot.com.br/2011/03/memoria-fotografica-acude-velho-decada.html>
Acesso: 22/08/2012

¹⁴⁰ CABRAL FILHO, Severino. Capítulo II – Água: Desejo, promessa e espetáculo. In: *A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950)*. Tese de Doutorado defendida junto ao programa de pós-graduação em Sociologia da UFPB em 2007. p. 34

Concordamos com a leitura de Cabral Filho¹⁴¹, à medida que este é perspicaz ao sinalizar a intenção do fotógrafo em produzir um enquadramento no qual as várias construções e edificações ao fundo, no horizonte da fotografia, fossem inseridas. Esse movimento apresenta e sugere a preocupação em retratar aspectos interessados, que demonstrassem uma possível vinculação deste espaço retratado com a antiga aspiração econômica de Campina Grande, a partir de um parque industrial¹⁴² que desenvolvera na cidade em torno do Açude, como também de uma herança prospera de riquezas provenientes da era do algodão, o que poderia sugerir à vinculação desta, a uma ideia de trabalho, progresso e desenvolvimento técnico industrial, aspectos que fazem referência direta as estratégias de propaganda defendidas pelo modelo administrativo de Vergniaud Wanderley, na década de 1940.

Neste sentido, nos questionamos: diante desse indício imagético, quais as motivações que levaram o fotógrafo José Cacho a produzir este outro enunciado? associando a referida imagem ao contexto temporal dos anos 1950?

No plano individual, através de critérios diversos, a memória tem a capacidade de selecionar, organizar e sistematizar lembranças daquilo que já foi vivenciado. A ação subjetiva de lembrar o passado acaba sendo tão rotineira no cotidiano de cada um que se perde a noção da necessidade de aferir a veracidade dessa rememoração. Mas, até onde a iluminação gerada pelo projetor que focaliza certos acontecimentos não acorda imagens, sons e emoções que em realidade não são próprias do armazém de lembranças do indivíduo? Até onde essas lembranças são de fatos lembranças próprias ou até onde elas são *importadas*?¹⁴³

Ao contemplarmos a imagem, um aspecto bastante singular, em especial, nos chama a atenção nesta fotografia: a competição de nado. Esta modalidade esportiva

¹⁴¹ CABRAL FILHO, Severino. Capítulo II – Água: Desejo, promessa e espetáculo. In: *A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950)*. Tese de Doutorado defendida junto ao programa de pós-graduação em Sociologia da UFPB em 2007. p. 34

¹⁴² Local preferido das indústrias de processamento de couro e algodão.

¹⁴³ PADRÓS, Enrique Serra. Usos da memória e do esquecimento na história. In: Revista: Literatura e autoritarismo. O esquecimento da violência. Revista nº 4. Universidade Federal de Santa Maria, 2001. Disponível em: http://w3.ufsm.br/grpesqla/revista/num4/ass02/pag01.html#_ftn1 Acesso em: 22/09/2012

passou a ser praticada amplamente na cidade a partir do início dos anos de 1950, o que poderia figurar como um referencial simbólico que orientaria a memória do José Cacho.

Já nos critérios relativos à leitura imagética, em termos de contextualização das *práticas*, devemos considerar que o nado é um esporte moderno, e para que possamos compreender o significado assumido pelos esportes modernos ao longo do século XX, no contexto das cidades, sobretudo em seus momentos iniciais de modernização e desenvolvimento, é preciso que tenhamos alguma sensibilidade para decifrar aquilo que é um dos aspectos mais caros na composição das sociedades: os símbolos. Promover, normatizada e incentivada uma competição esportiva naquele espaço, consistiria não só em esforços materiais, mas também simbólicos, e sendo esta prática uma atividade refinada e elegante para os padrões da época, nada melhor do que incentivá-lo e estimulá-lo, demarcando assim parâmetros específicos dos usos e consumos pretendidos para aquele espaço.

Quanto a esta questão, um boletim especial emitido pela Sociedade Médica de Campina Grande nos aproxima um pouco mais das aspirações pretendidas pelos órgãos sanitários, no sentido de estimular e incentivar as práticas esportivas na cidade¹⁴⁴, uma vez que,

Não podemos conceber uma vida saudável sem a pratica desportiva. O homem para se manter são e revigorado, deve estar em vistas de uma mente alerta e um corpo austero. Faz se preciso que ele concorra em nome da saúde dos beneficios presentes nos esportes coletivos e individuais como são o football, o hand-ball, a peteca, o tênis, o turfe, a esgrima, o remo, o nado e o cricket¹⁴⁵

¹⁴⁴ Começa a ser publicado nos anos 1950 em Campina Grande um jornal especificamente dedicado aos domínios esportivos. Em suas matérias destaca a importância da prática dos esportes modernos na cidade como sinônimo de bem estar, visando amplificar a jovialidade dos sujeitos e a saúde do corpo, dando ênfase também a atividades atléticas como a prática do nado, do remo e a prática futebolística, sendo esta última o seu foco principal. Chamava-se: "Semanário Esportivo". Na Capital do Estado, ao longo dos anos 1940 fora editado a "Gazeta Esportiva da Paraíba", outro periódico com preocupação semelhante, interessado em estabelecer determinadas vinculações entre a higiene e o cotidiano do "sportsmen".

¹⁴⁵ *Livro de correspondências recebidas – SANESA –*. Doc. Sociedade Médica de Campina Grande – Sobre a importância dos esportes coletivos - N°48/12 AS/Entradas. Campina Grande, 21 de Julho de 1952.

Sobre a importante relação existente entre os esportes modernos e o desenvolvimento das cidades, estudos como o do Ricardo de Figueiredo Lucena nos fornecem um variado cabedal analítico de possibilidades, uma vez que este compreende que,

nesse ambiente [citadino], o esporte se caracteriza com uma ação 'nova' e própria de uma sociedade em transformação. É considerado, pelas elites, como prática 'civilizada', por isso educada e educativa, em contraposição aos jogos tradicionais [como o "cangapé", por exemplo] vistos como parte de uma sociedade colonial e arcaica, fonte de emergência de atitudes rudes e primitivas.¹⁴⁶

A partir dos esforços em redefinir os usos deste espaço hídrico, os outros mananciais da cidade também passariam pelo crivo das observações higiênicas, sobretudo "depois da descoberta na virulência da xistosomose nos sujos rios de Pernambuco e das análises [químicas] reveladoras do dr. Queiroga, tornou-se um perigo tomar banho de mergulho no Açude Velho"¹⁴⁷.

Outros fatores também poderiam estar relacionados ao impedimento para o uso daquele espaço, a exemplo do crescimento da edificação urbana naquela região, e que aos poucos, foi tomando conta das margens do reservatório, afastando ainda mais os banhistas matinais. Sobre esta questão, nos alerta Denise Bernuzzi de Sant'anna que muitas vezes "a justificativa de salubridade tornou-se uma constante em discursos favoráveis ao desenvolvimento comercial e moral da cidade, mas também uma ótima justificativa para a compra e venda de terrenos"¹⁴⁸ orientados pela especulação financeira.¹⁴⁹

¹⁴⁶ LUCENA, Ricardo de Figueiredo. *O Esporte na Cidade: aspectos de um esforço civilizador brasileiro*. Campinas: Autores Associados/CBCE, 2001. p. 43 – Sobre esta questão ver também; GEBARA, Ademir. (Org.); PILATTI, Luiz Alberto (Org.). *Ensaio sobre História e Sociologia nos Esportes*. 1. ed. Jundiaí: Fontoura, 2006. v. 2000. 196p e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania - Uma História Social do Futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000. e FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A dança dos deuses. Futebol, sociedade, cultura*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007. 433 p.

¹⁴⁷ Diário da Borborema, Campina Grande, 20 de novembro de 1957. p. 06

¹⁴⁸ SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *A visibilidade da água*. In: *Cidade das águas: uso de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo*: Senac/SP, 2007. p. 34

¹⁴⁹ Na atualidade, além de um extenso complexo urbanístico, o Açude Velho abriga ao redor de suas margens, alguns "monumentos históricos", a exemplo das estátuas de "Os Pioneiros" (erguida em comemoração ao centenário da cidade no ano de 1964). Posicionada com "as costas" voltadas para o

Com base nestas questões, é interessante citarmos que algo semelhante aos processos descritos anteriormente também se dera no “Açude Novo”. Ao leito deste manancial, estendia-se uma rua que também preferia-se chamar, pelos que ali transitavam e residiam, “carinhosamente” de “Rua do Açude Novo”. Quanto a isso o cronista urbano Cristino Pimentel ao “abrir o livro do passado” e gestar suas memórias da infância, do tempo de meninice, por ocasião de ter residido naquele logradouro, lembrava que aquela rua, assim como outras tantas da cidade “tinha também a sua história”, um passado marcado pelos sedimentos da memória, e que servira ao longo dos anos para as mais diversas finalidades. Para este, aquela rua presenciou além de mudanças simbólicas, um quadro privilegiado de transformações na paisagem material de Campina, esta que outrora conservava características quase rurais, fora convertida lentamente em atmosfera de urbanidade e desenvolvimento.

Segundo Cristino Pimentel esta rua, no passado, concentrava diariamente um grande número de passantes, e por ela faziam-se desfilar grandes comboios de lã vindos do sertão, rivalidades religiosas, mulheres e meninos curiosos e toda uma sorte de eventos que avançavam ao passo da carroça, sob o andar dos animais e ao tempo da natureza, mas além de representar este cenário pastoril e saudoso, o cronista também denunciava o “atraso” ao testemunhar que ali naquelas águas junto à rua, fazia-se sentir a lembrança dos prisioneiros e suas “cubas” infectas, da sujeira, da imundice e da doença iminente. E quanto a isso, ele nos diz:

bom é progresso, boa é a civilização. Estúpida é a ignorância, que não vê a necessidade da mudança das coisas. A mudança das coisas modifica as naturezas e traz melhora para a humanidade. Mudar para melhor deve ser o itinerário de todo homem de espírito. (...) Educar, educar, é a missão do progresso.¹⁵⁰

Açude Velho e “de frente” para a Paróquia do Instituto São Vicente de Paula está a estátua do ex-prefeito Vergniaud Wanderley, (realizador de uma grande reforma urbanística em Campina Grande na década de 1940, responsável por iniciar a urbanização daquele manancial) e o monumento “Jackson do Pandeiro e Luiz Gonzaga” (dois consagrados expoentes da música popular brasileira). Em construção, está o Museu de Arte Popular da Paraíba - MAPP (ou Museu dos Três Pandeiros, pertencente à Universidade Estadual da Paraíba - UEPB), com projeto arquitetônico assinado pelo renomado arquiteto carioca Oscar Niemeyer.

¹⁵⁰ PIMENTEL, Cristino. Rua do Açude Novo. In: *Abrindo o livro do passado*. – 2. ed. – Campina Grande: EDUFPG; 2011. p. 30

Cristino testemunhou a passagem do tempo e começara a acompanhar também a mudança das coisas, à medida que essa nova educação dos gestos e dos sentidos, pretendida e desejada pelas elites, passou a vigorar como ordem do dia nas páginas jornalísticas da cidade. Quanto a isso, inúmeras matérias que foram publicadas no Jornal de Campina a partir de 1952, buscavam redesenhar esta localidade. Exigia-se agora a intervenção também daquele espaço.

Pessoas residentes nas adjacências do Açude Novo estiveram em nossa redação para se queixarem contra a poeira que desprende da barragem daquele açude, no verão e no inverno sobre o lamaçal que ali se verificava. Se a prefeitura não pode fazer um calçamento a paralelepípedos, que ao menos faça um calçamento de lages a título provisório, contanto que os moradores das adjacências do Açude Novo não tenham seus lares invadidos de poeira – o que é ainda um atentado à saúde (sic.) dos habitantes daquela redondeza.¹⁵¹

O plano Burle Marx em seus moldes iniciais buscava estabelecer, com a premissa do embelezamento e da harmonia dos espaços públicos, um conjunto de ações simultâneas. Para o largo do Açude Novo fora pensado a construção de um parque, algo que também não chegou a ser realizado na ocasião.¹⁵² Alguns jornais deste período descrevem as áreas que circundam o manancial como um lugar pouco iluminado e perigoso, principalmente durante a noite, o que causava desconforto e insegurança aos transeuntes, argumentos que também buscavam legitimar a

¹⁵¹ O momento, Campina Grande, Domingo, 29 de Outubro de 1950. p. 02

¹⁵² Na gestão de Plínio Lemos foram iniciadas as primeiras obras de construção do “cais circular” deste manancial, e também a pavimentação da “Rua do Açude Novo” através da implantação de paralelepípedos, embora estas intervenções iniciais tenham sido feitas de modo inconcluso. Cristino Pimentel faz referência a esta problemática, afirmando que a construção do “balde calçado” do açude teria sido construída “pelo prefeito mais pecador e industrial que Campina Grande já teve, o Dr. Plínio Lemos”, a saber; PIMENTEL, Cristino. Major “Fuça”. In: *Abrindo o livro do passado*. – 2. ed. – Campina Grande: EDUFCG; 2011. p.19. Houve ainda a tentativa de revitalização de uma antiga ponte ali existente, originalmente de barro batido e que ganharia feições urbanas separando de um lado as águas do Açude Novo e de outro o espaço chamado de “Coqueiros de Zé Rodrigues”. Entre o fim da década de 1960 e início de 1970 esse local voltaria a ser contemplado pelas ações administrativas através de constantes mediações, mas foi só no ano de 1976 que este espaço seria alvo de nova intervenção efetiva, desta vez por iniciativa do prefeito Evaldo Cruz, ao realizar o aterramento do manancial, e em seu lugar fora construído um parque, o “Parque do Açude Novo”. Após a morte deste administrador em 1985 o espaço fora nomeado “Parque Evaldo Cruz” em sua homenagem, nome que carrega oficialmente até os dias atuais, embora o mesmo continue a ser chamado de “Açude Novo”.

intervenção. Sanear o Açude Novo, para além de sepultar uma herança insalubre, funcionaria como um marco referencial na divisão entre a cidade velha (ruralizada) e a cidade nova (pretendida), construída a partir de novos materiais, não mais com taipa, madeira e barro, mas sim com tijolos, ferro e concreto armado, sob o signo da racionalidade e da ciência.

Embora não concretizadas em sua plenitude, as passagens da expedição Burle Marx por terras campinenses estampavam os noticiários, como vemos em matéria do Jornal de Campina:

Urbanização do Açude Novo

Nesta cidade, encontram-se técnicos do escritório de Burle Marx, de renome internacional, estudando a urbanização do Açude Novo. Campina é uma cidade que precisa ser embelezada. Há possibilidades de magníficos efeitos, em certos ângulos, se devidamente aproveitados. Os açudes, as lagoas, estão pedindo urbanistas, estão oferecendo belezas.¹⁵³

A exemplo do que ocorrera na “Velha Represa”, quanto à prática dos esportes modernos, o mesmo fizera-se perceber também nas águas do Açude Novo, e quanto a isso os registros fotográficos nos sugerem novamente caminhos interessantes. Ao longo da pesquisa, pudemos localizar um interessante registro fotográfico que embora não possua datação precisa, remete-nos a meados de 1950, e que faz referencia à prática do remo naquele manancial público. Este indício consiste de certo em algo bastante curioso, sobretudo por se contrapor à imagem “pejorativa” que fora construída pelo Jornal de Campina em relação àquele manancial.

Seja em nome dos benefícios e virtudes presentes na prática esportiva, fatores de “saúde” e “revigoramento”¹⁵⁴, ou mesmo com base nas iniciativas de um esforço civilizador na cidade, desencadeado pelas elites locais, a prática esportiva do remo flagrada pelo indício imagético possui em seu enredo questões bastante relevantes. O esporte, como prática modernizante, é uma das mais importantes manifestações culturais desenvolvidas ao longo do século vinte, é um fenômeno tipicamente moderno,

¹⁵³ Jornal de Campina, Campina Grande, 17 de agosto de 1952. p. 04

¹⁵⁴ Como pregava a Sociedade Médica campinense neste período.

que tem sua configuração articulada com todas as outras dimensões sociais, culturais, econômicas e políticas, sobretudo no que diz respeito à nova dinâmica das cidades, seus lazeres e sociabilidades¹⁵⁵, uma vez que demonstra a influência que os hábitos e os valores europeus começavam a exercer sobre os costumes, imprimindo ao esporte o *status* da civilização e da modernidade.



Foto 2: Prática do remo no Açude Novo
Fonte – Acervo da professora Soahd Arruda Rached Farias¹⁵⁶

A fotografia registra a prática do remo nas águas do Açude Novo. Vê-se que o fotógrafo em questão captura um cenário no qual não existe um enquadramento preciso, o que sugere ser uma imagem “particular”, que não fora realizada por um

¹⁵⁵ DEL PRIORY, Mary. *História do esporte no Brasil. Do Império aos dias atuais*/Mary Del Priore, Victor Andrade de Melo (Orgs.). – São Paulo: Editora UNESP, 2009. 568p: Il.

¹⁵⁶ Disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com.br/2012/03/memoria-fotografica-remo-no-acude-novo.html> Acesso: 22/08/2012

fotógrafo profissional. Fogem aos olhos da câmera outras paisagens que demonstrem intencionalidades que se pronunciem para além dos itens retratados.

Vemos “esculpido” na extremidade da embarcação uma referência náutica, notadamente um símbolo de ancora, precedido do termo “late Club”, escrito em língua inglesa, signo este que também se faz perceber na indumentária dos atletas fotografados e na boia, o que sugere a vinculação destes a um clube esportivo.¹⁵⁷

Estas práticas esportivas também no Açude Novo, a exemplo do que ocorrera no Açude Velho, visavam demonstrar a intenção de higienizar e embelezar não apenas os ambientes hídricos, mas também promover a higienização dos corpos, das condutas e dos costumes na cidade, uma vez que o remo, tal qual o nado, representava um divertimento salutar e avançado, imprimindo aos seus praticantes uma identidade moderna através do esporte. Estas práticas buscavam sugerir aos campinenses, os modos pelos quais estes pudessem distinguir-se enquanto sujeitos refinados naquele espaço, autônomos e conscientes, distanciando-se assim das formas “antiquadas” e “pouco civilizadas” pelas quais estes mananciais eram apropriados pelos demais populares.

Neste ambiente de transformação e redefinição dos usos e consumos das águas na cidade, o Açude de Bodocongó também ganharia lugar de destaque nas matérias jornalísticas e nos planos dos administradores. Este manancial, ora consumido amplamente pelos populares, também fora convertido em espaço de litígio por intermédio das ações do Plano Burle Marx, e em suas margens, episódios inusitados também foram percebidos, nos quais fizera-se sentir, de modo mais efetivo e explícito, os expedientes autoritários das estratégias de normatização e disciplinarização impostas pelo poder público.

Sobre esta questão, o Jornal de Campina de 1952 nos fornece indícios interessantes para que possamos reconstituir os primeiros passos desta intervenção na fisionomia e na estrutura do manancial.

¹⁵⁷ Em nossa pesquisa não localizamos a existência na cidade de clubes esportivos especificamente destinados à prática do remo. É possível que estes atletas tenham tido algum tipo de vinculação com agremiações do futebol local, uma vez que vários clubes futebolísticos, inicialmente, no país, vincularam originalmente as suas atividades esportivas a várias modalidades atléticas dos esportes modernos, sobretudo os esportes aquáticos, convertendo-se paulatinamente a prática exclusiva do esporte futebolístico, a exemplo de times como o “Clube do Remo” do Estado do Pará e o “Clube do Náutico Capibaribe” de Recife, Pernambuco. A saber; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania - Uma História Social do Futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000.

Lavadeiras de novo no bodocongó.

O Prefeito Plínio Lemos cercou as margens do açude de Bodocongó que servia a mais de 8.000 pessoas, que ficaram a depender exclusivamente da água cômica¹⁵⁸ dos chafarizes. As lavadeiras, em grande número no bairro, ficaram impossibilitadas de ganhar o seu parco sustento. Prejudicada a mesa do pobre. Bento Figueiredo, um dos proprietários anexos ao Bodocongó, agitou o problema na Justiça. Jurandyr Guedes Miranda d’Azevedo, juiz, mandou fossem derrubadas as cercas, devolvido ao povo o Açude de Bodocongó.¹⁵⁹

Com base na matéria podemos considerar que as iniciativas para a intervenção neste manancial possuíam motivações diferentes daquelas que foram estabelecidas nos demais mananciais supracitados. Visavam, para além de uma reconfiguração espacial, estabelecer também uma nova lógica para a disciplina do trabalho ali realizado, sobretudo para aquele desempenhado pelas lavadeiras nas margens do Bodocongó.

O cercamento do Açude de Bodocongó (evitando o acesso dos populares) buscava, por um lado, garantir a intervenção física do espaço, para que assim pudessem transitar os técnicos do saneamento e os representantes do poder público sem impedimento, nas ações que visavam atribuir nova fisionomia ao Açude, e por outro buscava estimular o uso das lavanderias coletivas, espaços especificamente destinados a esta finalidade de trabalho, localizados nas proximidades dos chafarizes.

O uso desses equipamentos, para as lavadeiras, consistiria na adoção de um conjunto de novas formas de se relacionar com a água, que alteravam substancialmente a sua rotina de trabalho, uma vez que estes espaços possuíam horários e normas específicas para o labor, apresentando muitas vezes mal funcionamento, e tendo ainda o fluxo de suas águas reduzido, limitado ou insatisfatório,

¹⁵⁸ O autor ironiza a oferta de água do citado chafariz.

¹⁵⁹ Jornal de Campina, Campina Grande, 17 de agosto de 1952, p.02. *Apud*: SOUZA, Fabiano Badú de. “Boqueirão é longe!”: (des)encantos e (des)venturas sobre o abastecimento de água em Campina Grande nas páginas jornalísticas (1951-1957). Monografia de Graduação em Licenciatura em História da UFCG. Campina Grande, 2010. p.40 e 41.

como vemos neste fragmento de um ofício encaminhado pela Câmara dos Vereadores ao Serviço de Saneamento Municipal.

Pedem providência os moradores do bairro do Bodocongó para conclusão do serviço de instalação de uma bomba d'água (...) anexo de um tanque de lavagens com três conexões iniciais (...), que a (sic.) vinte e dois dias apresenta defeito e baixo fluxo, além da distribuição daquela artéria não apresentar em sua rede outras ligações (...)¹⁶⁰

Apesar das constantes afirmações de insuficiência na vazão das águas e na ineficácia do fluxo de bombeamento, mapeado pelo bom número de denúncias e reivindicações que pudemos identificar neste período, seja "através" dos jornais ou por intermédio dos inúmeros abaixo-assinados endereçados a Câmara Municipal dos Vereadores, o Governo do Estado trata de autorizar neste mesmo ano um "processo de torpedo na adutora [de Vaca Brava], como meio de eliminar suas incrustações"¹⁶¹, e em Nota Oficial, o governo afirma a autorização de "134 novas instalações de água e esgoto, 73 penas d'água (sic.) e mais doze novos chafarizes nos bairros da cidade."¹⁶², o que visava ampliar a quantidade dos "tanques de lavagem", algo bastante inviável, sobretudo do ponto de vista técnico.

¹⁶⁰ *Livro de correspondências recebidas – SANESA –*. Ofício da Câmara de Vereadores municipais - N°72/18 AS/Entradas. Campina Grande, 10 de novembro de 1952.

¹⁶¹ *Jornal de Campina*, Campina Grande 21 de setembro de 1952 – pp. 03 e 04

¹⁶² *Jornal de Campina*, Campina Grande 21 de setembro de 1952 – pp. 03 e 04

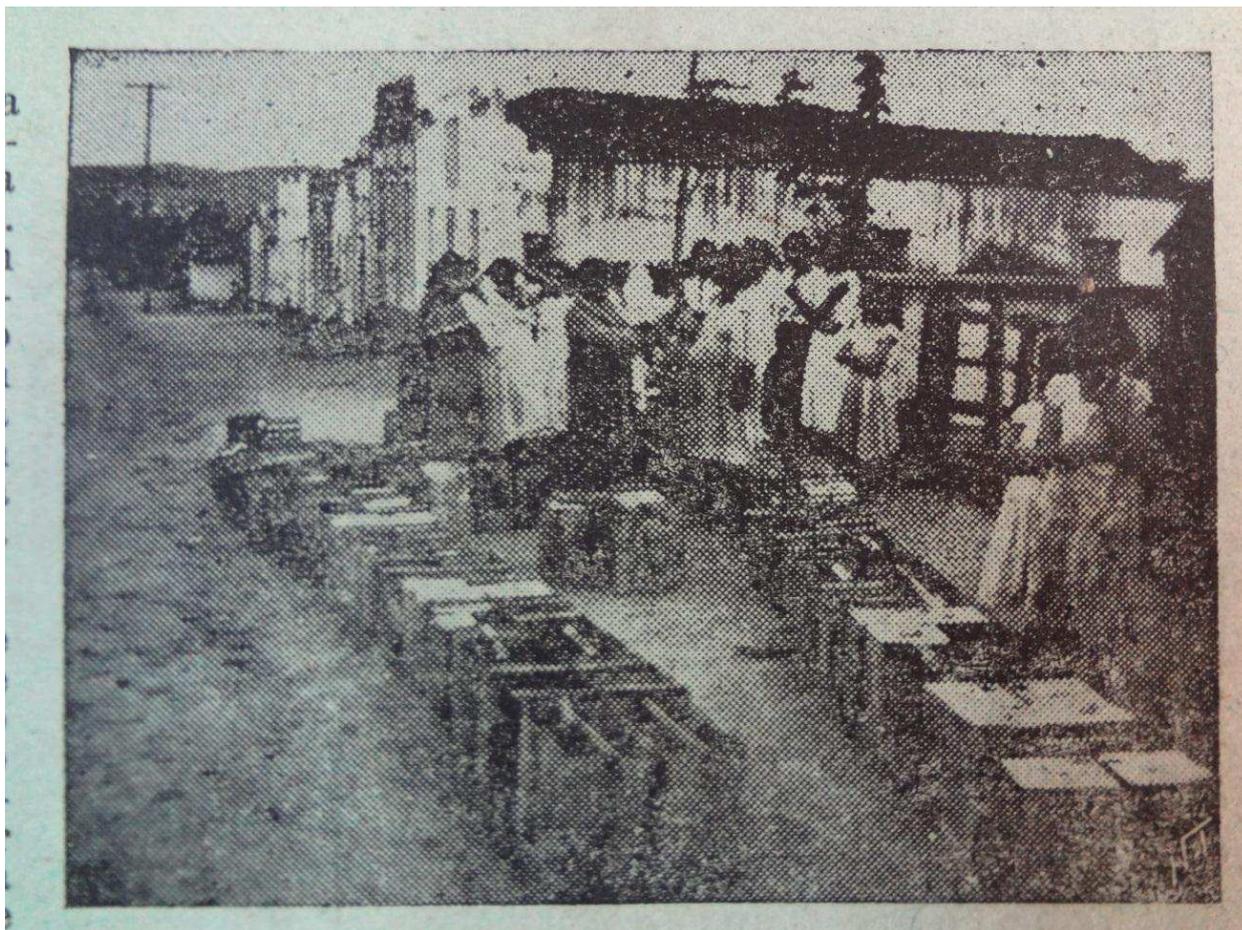


Foto 3: As lavadeiras do Bodocongó
Fonte – Jornal de Campina 21 de setembro de 1952. p. 03

Na imagem acima, veiculada às páginas do Jornal de Campina, podemos contemplar um significativo número de mulheres, lavadeiras, posando em frente à entrada de um “tanque de lavagens”¹⁶³ localizado no Bairro de Bodocongó. Estão em sua maioria trajadas de maneira simples, com suas vestes claras e atitude defensiva, o que orienta o nosso olhar a perceber certa “dignidade” em suas feições. Vemos ainda o enfileiramento de um amontoado de latas emparelhadas, duas a duas, destinadas ao transporte d’água, embora muitas estejam vazias ou emborcadas. Muitas das mulheres ali presentes estão de braços cruzados, aparentando certa insatisfação. Uma delas, no centro da imagem, leva às mãos a cabeça, provavelmente demonstrando preocupação. Vê-se ainda um considerável número de crianças, meninas em sua maioria.

¹⁶³ Termo utilizado pelo discurso jornalístico para designar “Lavanderia”, sinônimo.

A lavanderia também possui historicidade. Para além do lugar do trabalho, da norma e da disciplina, espaço que buscava “ensiná-las a lavar racionalmente”¹⁶⁴ como nos coloca Michelle Perrot ao remeter-se a experiência da mulher popular, parisiense do século XIX, era também o lugar da sociabilidade, onde se estabeleciam relações de solidariedade¹⁶⁵. E embora houvesse as estratégias de normatização dos poderes públicos, as mulheres se apropriavam destes espaços de modo diferenciado e particular.

Era na lavanderia onde se extraía a sujeira presente na roupa das elites campinenses. Local onde o ofício da lavagem era transmitido às gerações mais novas, através da iniciação destas no mundo do trabalho. A lavanderia se converteria neste instante em uma escola, onde os segredos do “sempre mais branco”, a partir dos saberes responsáveis por converter manchas e sujeiras em limpeza satisfatória, muitas vezes mediante a existência de poucos produtos químicos, eram transmitidos secretamente.

Mas em meio ao cantarolar dos dias ensolarados, das conversas descontraídas, da alegria, dos saberes e segredos e das sociabilidades presentes no dia a dia destas mulheres, estes espaços também se convertiam por vezes em locais de disputas, marcada por cenários ora harmoniosos ora conflituosos, seja entre as próprias lavadeiras ou entre estas e os funcionários do saneamento.

Embora não tenhamos encontrado em nossa pesquisa descrições específicas sobre o cotidiano das lavadeiras campinenses, pudemos localizar algumas matérias veiculadas no Jornal Correio da Paraíba¹⁶⁶ entre 1951 a 1954 que buscavam representar e construir um “panorama das condições de vida e trabalho das lavadeiras nordestinas”. Uma destas matérias destaca-se pela riqueza de detalhes, ao construir uma representação bastante “detalhista” do itinerário dessas mulheres, tomando como exemplo a experiência que este ofício representava em terras pernambucanas. Vamos à matéria:

¹⁶⁴ PERROT, Michelle. A dona-de-casa no espaço parisiense. In: *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. SP: Paz e Terra, 1988. p. 230

¹⁶⁵ Guardando-se as devidas proporções, dadas às particularidades e especificidades de cada contexto espaço-temporal.

¹⁶⁶ Órgão da mídia impressa paraibana, bastante consolidado na época, com ampla circulação em todo o Estado.

Sempre que passamos por Apipucos, vemos as lavadeiras que batem roupa o dia inteiro no velho açude. Reparamos que são mulheres esqueléticas, rodeadas, às vezes, por meninos de aparência doentia, esmolambadas, com as pernas enterradas até os joelhos na lama fedorenta.¹⁶⁷

A dinâmica de trabalho e de vida das lavadeiras era marcada por difíceis itinerários; “Irinéia Maria da Conceição [por exemplo] toma uma xicara de café com farinha [de manhã] e vai almoçar [só de] noite. Trabalha o dia todo, batendo a roupa suja do patrão”¹⁶⁸, já “Ester Ferreira da Silva esteve doente do pulmão e ainda está fraca, Ganha Cr\$ 80,00 [ao mês] para lavar a roupa de um casal”¹⁶⁹, qual não era diferente o caso de Adelaide Guedes da Silva, casada e mãe de quatro filhos, cujo “o marido bebe uma cana todos os dias, para esquecer a fome e a doença dos pulmões”¹⁷⁰, recebendo aproximadamente Cr\$ 100,00 por mês por uma lavagem para quatro pessoas, “a patroa não dá sabão, nem anil, nem goma”¹⁷¹ o que de certo comprometia bastante o seu orçamento familiar, uma vez que além de comprar os produtos químicos para o trabalho, tinha que “(...) pagar um quartinho de Cr\$ 65,00 mensais”¹⁷², restando para a alimentação e o sustento, quase nada. Esse também era o caso da “nonagenária Francisca Isidoro da Silva, lavadeira, há setenta anos. Seu marido foi escravo. Mãe de 22 filhos dos quais restam quatro vivos”¹⁷³. Temos ainda o caso de “Georgina Burgo de Araújo ganha Cr\$ 120,00 por mês. Tem quatro filhos, mora em um mocambo que já está caindo, com as estacas podres (...) seu marido, há dois anos, atacado de súbita loucura”¹⁷⁴.

As lavadeiras lavam a roupa e contam as suas (m)águas sob um céu em gotas de um dia chuvoso, que de acordo com o Jornal realizavam o seu ofício praticamente dentro da lama. Todas moram em mocambos ou quartos alugados, sempre com sacrifício, “as vezes, as dores do parto vinham quando estava lavando roupa e mal

¹⁶⁷ Correio da Paraíba, João Pessoa, 19 de maio de 1954. p. 06

¹⁶⁸ Correio da Paraíba, João Pessoa, 19 de maio de 1954. p. 06

¹⁶⁹ *Ibidem*

¹⁷⁰ *Ibidem*

¹⁷¹ *Ib.*

¹⁷² *Ib.*

¹⁷³ *Ib.*

¹⁷⁴ Correio da Paraíba, João Pessoa, 19 de maio de 1954. p. 08

tinha tempo para chegar em [seu] casebre”¹⁷⁵ isso quando não eram acometidas pelo reumatismo, esquistossomose, dores uterinas em decorrência da postura e repetição dos movimentos, ou mesmo vitimadas pela miséria e a fome. Uma delas, “Maria, disse-me que quando adoecem as lavadeiras, o Hospital Pedro I, não as aceita; grita o médico que não há vagas e elas vão apodrecer nos mocambos, rodeadas pelos moleques sujos, pedindo comida a pobre mãe”¹⁷⁶.

Curioso é o caso também de “Juliana [que] apareceu extremamente pálida, com a barriga empinada pelo nono mês de gravidês (sic.) arrastando pela mão uma menina de 2 anos, de olhos grandes chupando o dedo polegar, para enganar a fome.”¹⁷⁷ Sofre também de esquistossomose e como não pode pegar lavagem grande devido ao seu adiantado estado de gestação, vai aceitando as pequenas trouxas de Cr\$ 15,00 e Cr\$ 20,00. “O marido está completamente inútil, pois com a paralisia veio a sífilis cerebral para tirar-lhe completamente o juízo.”¹⁷⁸

Diante destas descrições, questionamos: quais os objetivos deste periódico impresso em produzir tal enunciado? ao sugerir um parâmetro comparativo entre a experiência pernambucana (a partir de uma imagem degradante e degenerativa) e as demais realidades nordestinas? Quais os impactos e as intenções desejadas através da veiculação dessa matéria a compreensão dos leitores campinenses?

Ao realizarmos um cruzamento entre esta matéria e o indício fotográfico anteriormente citado, vemos que as duas representações demonstram enunciados completamente distintos. Queremos crer que analogia entre a experiência campinense e a pernambucana se tratava de um esforço pedagogizante, veiculado através dos jornais com a finalidade construir um lugar e uma conduta ideal para estes sujeitos históricos, elegendo as formas ideais pelas quais estes deveriam proceder. Com essa iniciativa, pensamos que o discurso do jornal Correio da Paraíba¹⁷⁹ buscava contribuir para a formulação de uma nova representação referente ao ofício da lavagem, reforçando alguns estereótipos de insalubridade e “barbárie”, para assim legitimar ainda mais as estratégias de intervenção do poder público.

¹⁷⁵ *Ibidem*

¹⁷⁶ Correio da Paraíba, João Pessoa, 19 de maio de 1954. p. 08

¹⁷⁷ *Ibidem*

¹⁷⁸ *Ibidem*

¹⁷⁹ Jornal particular, embora também recebesse financiamentos do Governo do Estado.

Para além dos planos de urbanização, os olhares atentos dos discursos salutaristas, veiculados aos jornais e direcionados em tom de “denúncia” à Saúde Pública, também passaram a visualizar como “expedientes desviantes” das “classes perigosas” também a atividade desenvolvida por aguadeiros¹⁸⁰ e leiteiros, estes que eram constantemente acusados (pelo discurso veiculado aos jornais) de proliferar os males e doenças ao disseminarem a distribuição de água contaminada e leite adulterado.

No caso da problemática envolvendo a adulteração do leite, o Jornal “O momento” do ano de 1950 nos traz uma matéria bastante curiosa a respeito, vamos a ela:

Mais um atentado à saúde pública

Já se adiciona, em Campina Grande, água com leite. – Um caso curioso relatado por um leitor deste Jornal –

A história é real, embora inacreditável à primeira vista. E vamos transmiti-lá aos nossos leitores, sem nenhum exagero. Compareceu a redação deste Jornal, esta semana, o sr. João Valdevino da Silva, residente à rua Major Belmiro Ribeiro, 108, nesta cidade, que nos prestou as seguintes declarações. – compra 2 litros de leite a um dos leiteiros da cidade. Há muito o leite vinha apresentando sintomas de mistura. Em dias desta semana, no entanto, foi encontrar uma piaba, um peixinho pequeno, no leite que comprara há poucos minutos antes. Disse-nos ainda que nos trará o nome do leiteiro para o conhecimento do público.

São atentados a saúde pública, como este, que os poderes competentes devem reprimir, tomando medidas à altura da gravidade do caso. Por que se continuar este estado de coisas uma conclusão apenas podemos fazer: descaso das autoridades pelo cumprimento das suas obrigações em prejuízo de toda uma população.¹⁸¹

¹⁸⁰ A prática cotidiana dos aguadeiros também esteve na mira das ordens sanitárias, quanto a isso, trataremos da problemática de modo mais aprofundado no último capítulo desse texto, em virtude da intensificação no quadro de disputas e tensões estabelecidas entre estes e o novo sistema de abastecimento da cidade, levado a efeito a partir do início do fornecimento das águas do Açude de Boqueirão de Cabaceiras na cidade, em 1958.

¹⁸¹ O Momento, Campina Grande, 29 de Outubro de 1950. p. 02

A partir de denúncias como estas a Saúde Pública passou a realizar recorrente vigilância na venda do leite durante o dia, desde as primeiras horas da manhã até o fim da tarde, algo que não impediu que os leiteiros desenvolvessem mecanismos de burla contra estas ações oficiais, e a partir de expedientes astuciosos passaram a eleger outras maneiras de distribuição do leite, como vemos na matéria a seguir:

Impuro o leite vendido na cidade – Os leiteiros procuram burlar a fiscalização – Fornecendo leite depois das 10 horas.

Não faz muito que êste jornal denunciou às autoridades competentes o escândalo do leite, vendido em Campina Grande com considerável mistura d'água. Várias famílias estiveram na redação deste jornal, relatando casos interessantes que focalizamos nestas colunas, para o conhecimento público.

A verdade, porem, é que a coisa não tomou outro aspecto. Por que o escândalo continua nas mesmas proporções. E a população não deixou de consumir um leite impuro.

Interessante é a maneira como os leiteiros procuram burlar a vigilância da fiscalização. Passaram a fornecer o leite depois das 10 horas, quando os fiscais já não estão mais em atividade.

É preciso reagir contra esses infratores, aplicando-lhes as devidas penalidades. O que não é tolerável é a falta de honestidade de muitos leiteiros, como já tivemos conhecimento.¹⁸²

Baseando-se nestas condutas atribuídas aos leiteiros¹⁸³ e aguadeiros, os jornais traçaram também as suas estratégias, associando o consumo da “água poluída” e “leite adulterado” aos mais diversos fatores de proliferação das doenças na cidade, sobretudo aquelas que em grande medida acometiam a infância campinense, e quanto a isso o jornal de Campina buscou publicar vários relatos descrevendo os possíveis

¹⁸² O Momento, Campina Grande, 12 de Novembro de 1950. p. 02

¹⁸³ Sobre a produção de uma sensibilidade moderna em Campina Grande nas primeiras décadas do século XX, a partir da pasteurização do leite, em consonância com a elaboração dos discursos higiênicos, consultar; AGRA, Giscard Farias. Modernidade aos goles: a produção de uma sensibilidade moderna em Campina Grande – 1904-1935. Campina Grande, EDUFPG, 2010. 218 p.

resultados de tais expedientes. Um dentre os muitos relatos encontrados chama-nos a atenção por dois motivos curiosos: o primeiro, por apresentar uma tabela que supostamente indicaria os índices de mortalidade de crianças campinenses em decorrência, entre outras questões, do consumo da água e do leite contaminados, o segundo por ter a autoria da denúncia atribuída a um popular, leitor do jornal. Vamos aos dois momentos do texto:

Bebendo água poluída
Vão morrer as criancinhas

Alarmante o índice de mortalidade infantil em nossa cidade –
Dramática carta de um pai desesperado – Não há água nem para
fazer café – E o governo continua de braços cruzados
(...) As crianças pobres de Campina Grande vão morrer aos
magotes.

E para que Vv. Ss. (sic.) não pense que fazemos política e
demagogia barata, a seguir vamos mostrar alguns dados que
provarão o grau de mortalidade infantil em nossa cidade, em reflexo
da falta de tratamento das águas dos barreiros, das águas que o
povo ingenuamente junta dos primeiros aguaceiros do inverno.

Em 1952

Crianças de 0 a 1 ano de idade	Adultos	total	
Janeiro	144	134	278
Fevereiro	118	86	204
Março	95	119	214
Abril	120	110	230
Maio	168	133	301
Junho	122	94	216
Julho	116	104	220
Agosto	100	101	201
Setembro	55	105	160
Outubro	88	102	190
Novembro	94	100	194

Dezembro	98	124	222
----------	----	-----	-----

Em 1953

Crianças de 0 a 1 ano de idade	Adultos	total	
Janeiro	204	167	371
Fevereiro	156	117	273
Março	111	139	250
Abril	153	159	313
Maio	306	245	549
Junho	219	162	481
Julho	96	138	134
Agosto	62	95	157
Setembro	64	89	153
Outubro	99	122	221 ¹⁸⁴

Em termos referenciais o jornal afirma que os dados “foram gentilmente fornecidos pelo escrivão Severino Cavalcanti, do Cartório de Óbitos desta cidade”¹⁸⁵, e sugere também uma interpretação para estas estimativas, conjecturando que o “crescente” e “alarmante” índice de mortalidade infantil, seriam resultado de três hábitos recorrentes das camadas populares: em primeiro lugar seriam fruto do contato estabelecido por estes com a queda das “primeiras águas”, ou seja, aquelas armazenadas precariamente por intermédio da coleta na ocasião de chuvas, ou extraída dos barreiros; em segundo, a aquisição da “água duvidosa” dos aguadeiros, acusadas de serem coletadas em locais inadequados e insalubres, e mal acondicionada em seu transporte, o que resultaria em contaminação; e em terceiro lugar, à “má-fé” dos leiteiros, que em busca de multiplicar os seus ganhos acrescentavam “águas poluídas” a sua mercadoria.

Na segunda parte do documento temos a referida correspondência:

¹⁸⁴ Jornal de Campina, Campina Grande, 18 de novembro de 1953. p. 01

¹⁸⁵ *Ibidem*

A situação é tão angustiante, o desespero da população é tamanho que, a seguir publicaremos uma carta do snr. João Batista de Mélo, residente á rua Vigário Virgínio nº4, bairro de Santo Antonio, desta cidade.

“Snr. Diretor do Jornal de Campina

Venho protestar junto ao seu jornal, contra essa calamitosa falta d'água. Sou casado e pai de 4 filhos menores que vêm sofrendo os horrores desta política de espertalhões e enganadores do povo simples e humilde. Meus filhos há três dias que não tomam banho e por isso estão com uma estranha coceira e um deles está com um mal parecido com urticária. Tudo resultado da falta d'água (sic.) e excesso de calor. Em minha residência não existe um só copo do precioso liquido. Ontem, quando vi uma pessoa com um carro dagua (sic.) passando ás 11 horas da noite, por minha rua, procurei comprar as 6 latas. Ofereci 20 cruzeiros por quatro latas e não fui atendido. Dizia o dono da água que não a venderia por preço algum em vista de na sua casa não haver uma só gota. E me pediu até pelo amor de Deus que não dissesse a ninguem (sic.) que ele obtivera aquela água na casa de um amigo seu. Pela manhã deixei a minha casa com um louco e fui a procura de alguém que me fornecesse água. Dei 20 cruzeiros a uma pessoa para me comprar água e fui trabalhar tranquilo. Quando cheguei em casa para almoçar qual não foi a minha surpresa ao deparar com os meus filhinhos chorando de fome e sede. (sic.) Diante de fatos dessa natureza, resolvi fazer esta carta para o seu jornal, pedindo que informe ao povo e aos homens do poder executivo o que sofremos.

Infelizmente, snr. Diretor, fomos enganados por aqueles que tudo nos prometeram e até agora nada fizeram”.

Cartas dramáticas como estas temos recebido muitas.

O povo está morrendo de sede.

As criancinhas vão morrer ás centenas por que irão beber as águas poluídas dos barreiros.

Enquanto isto o governo continua de braços cruzados...¹⁸⁶

Este estado de coisa contribuiu para a emergência de uma série de ações e discursos dos poderes públicos, através de parcerias estabelecidas entre os governos municipal e estadual, no sentido de demonstrar um crescente investimento em matéria de ampliação dos debates sobre o saneamento urbano na região. Estes esforços que se apresentavam em nome da “Higiene e da Segurança coletiva”, visava sobretudo o estabelecimento de novas diretrizes de atuação, e propor novos horizontes para o Departamento de Saúde no Estado, visando reformular os seus apontamentos.

É neste período que os jornais promovem um verdadeiro bombardeio de matérias que traziam em suas linhas a participação dos gestores públicos e representantes da engenharia sanitária e medicina higienista em vários simpósios acadêmicos de expressão nacional. Dois destes eventos mereceram destaque, sendo estes o “V Convenção Nacional de Engenharia”, realizado na capital pernambucana em 1952, que contou com a presença de figuras de destaque dos meios culturais de todo o país, “tendo sido tratados assuntos de alta importância para a vida administrativa da Nação e dos Estados.”¹⁸⁷ Presentes naquele “importante conclave”¹⁸⁸, o diretor geral do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, teve o ensejo de pronunciar uma palestra sobre as atividades da repartição que dirige. Nesta ocasião foram abordados ainda assuntos atinentes ao Nordeste, debatendo os avanços conquistados e metas a serem atingidas nos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas.

O segundo evento de expressão, trata-se do “IX Congresso Brasileiro de Higiene (sic.)”¹⁸⁹, realizado em Porto Alegre também em 1952, e que contou com a presença do paraibano Dr. Luiz Rodrigues, Secretário de Educação e Saúde do Estado. O jornal A União, órgão de comunicação oficial, noticiou que durante a estadia na capital gaúcha, o “ilustre” representante paraibano teve o ensejo de “entrar em contato com as mais novas diretrizes do serviço sanitário e os métodos mais eficientes na assistência prestada, pelo referido setor, às populações,”¹⁹⁰ trazendo, deste modo, “para o nosso Estado, conhecimento de grande utilidade para a orientação daquele órgão público. (...)”

¹⁸⁶ Jornal de Campina, Campina Grande, 18 de novembro de 1953. p. 04

¹⁸⁷ A União, João Pessoa, 1 de janeiro de 1952. p. 02

¹⁸⁸ *Ibidem*

¹⁸⁹ A União, João Pessoa, 3 de janeiro de 1952 pp. 03 e 05

¹⁹⁰ *Ibidem*

que deseja levar ao povo os maiores benefícios no que concerne à educação e saúde.”¹⁹¹ Conclui ainda o Jornal ao veicular o seguinte relato:

De regresso de sua viagem, que teve os melhores resultados, o dr. Luiz Rodrigues prestou a imprensa local as seguintes declarações:

- O mal, entre nós, tem sido, o da preocupação quase instintiva de praticar a medicina individual. Essa espécie de egoísmo penetrou até na administração pública, imprimindo um caráter de reserva e privilégio. Ora, se um dos fins primordiais do Estado é proporcionar aos cidadãos um relativo bem-estar, saúde e sossego (sic.) e segurança, como se poderia alcançar esses fins, se os administradores tem pautado o sentido de sua administração a uma filosofia particularista, ou a erros de interpretação do fato social?

- Não é concebível, hoje, falar-se em segurança da população, esquecendo a higiene como sua primeira explicação. A medicina coletiva é o esteio da higiene, senão a própria higiene. Os serviços sanitários, na Paraíba, foram encontrados assim dentro daquele tacanho princípio, a medicina individual (individualista?...) superando a medicina coletiva...

- Nossa maior preocupação nestes meses, foi a de organizar o Departamento de Saude (sic.), dentro de novos moldes, a permitir um funcionamento mais amplo e mais profundo de maior rendimento e eficiência... posso adiantar que a nomeação do dr. Lucio Costa, sanitarista de curso e grande malariologista, define muito bem o desejo de sua Excia., o Governador do Estado, de querer em realidade, a reorganização da Saúde Pública estadual. (...) Neste ano, sim, já se fará sentir o espírito de reforma que se processou no setor da saúde.¹⁹²

Ao concluir a matéria, o Jornal adiciona que “serão, também, servidas as cidades do interior. Campina Grande terá a sua rede de ambulatórios, além de seu Centro de Saúde, unidade puramente sanitária”¹⁹³ que no cerne das suas

¹⁹¹ *Ibidem*

¹⁹² A União, João Pessoa, 3 de janeiro de 1952 pp. 03 e 05

¹⁹³ *Ibidem*

preocupações se concentraria em estabelecer novas pertinências para a problemática das águas na cidade, visando otimizar os mecanismos de consumo e distribuição.

Esta atmosfera científica e racional no trato com as águas a partir da higienização e saneamento dos espaços e das práticas, tratou de projetar a elaboração de “novos problemas sanitários” em oposição aos “antigos”, para os quais os campinenses deveriam atentar. Afirmavam os sanitaristas, mediante o discurso jornalístico que “a medida que as campanhas sanitárias vão levando de vencida os grandes males que assoberbam as coletividades, outros problemas se apresentam à concentração de esforços dos nossos higienistas.”¹⁹⁴

Muito já tem sido feito para a redução da malária, da lepra, das verminoses, das intestinais e de muitas outras doenças que em outros tempos flagelavam duramente o povo, causando um grande número de óbitos. Hoje já se pode dizer vitorioso o trabalho dos nossos sanitaristas quanto a esses males. Até mesmo em relação à tuberculose e às doenças da infância os resultados são promissores. Volta-se, agora, a atenção dos higienistas para algumas endemias mui (sic.) graves cuja incidência vem causando apreciável destruição no material humano de nossa terra. Referimo-nos à leishmaniose, ou úlcera de Baurú, a tripanossomíase ou moléstia de Chagas e à esquistossomose, enfermidades altamente incidentes em certas zonas rurais e até nas cidades populosas. Nenhuma delas surgiu recentemente no quadro nosográfico do nosso meio. Ainda não havia, entretanto, uma verificação exata de sua profundidade na massa de nossas populações. O levantamento estatístico-sanitário relativo a essas endemias veio demonstrar que é muito elevado o número de pessoas por elas atingidas. Basta dizer que as estatísticas evidenciaram a existência de mais de três milhões de doentes de esquistossomose em todo o Brasil. E é preciso confessar que a ciência médica ainda não conseguiu recursos terapêuticos eficientes para debelar o terrível mal, depois que ele dominou profundamente o organismo. Todavia, já se tem conhecimento

¹⁹⁴ A UNIÃO, João Pessoa, 7 de fevereiro de 1952. p. 02

completo relativamente à sua causa, a sua evolução e os meios de evita-lo.¹⁹⁵

Esta grande preocupação com os surtos de esquistossomose não era descabida, várias referências a esta doença se multiplicam ano a ano nos jornais campinenses, e esta embora fosse a mais recorrente (e persistente) não viera sozinha. Foram mapeados também referências a um número crescente de casos de hepatite, leptospirose, cólera e diarreia, (todas exclusivamente associadas ao contato com águas contaminadas) cuja única orientação da Saúde Pública, até aquele momento, consistia em “mandar ferver a água” ou gotejá-la com petróleo.

Restou, assim, para os poderes públicos prosseguir na campanha tenaz de combate aos seus “agentes causadores” e aos seus principais focos de transmissão, providenciando medidas sanitárias capazes de impedir que os doentes dessas enfermidades continuassem a proliferar as doenças, evitando os riscos de epidemias.¹⁹⁶

Foi então que no ano de 1953 a Prefeitura Municipal de Campina Grande, no ápice do ponto nevrálgico a respeito dos debates higiênicos, em substituição ao antigo “Código das Posturas Municipais”, e atendendo às orientações dos médicos e engenheiros sanitaristas, promoveu a publicação de um conjunto normativo intitulado: “Lei N.º 362, de 24 de Março de 1953”. Este documento, além de uma série de questões de ordem social, trazia pela primeira vez um capítulo específico dedicado à problemática da água. Nele foram apresentados os parâmetros, especificações técnicas e as orientações sanitárias essenciais para o trato com as águas dos mananciais da cidade. Estas iniciativas visavam amplificar o campo de ação e efeitos, sobretudo no âmbito legal, das determinações higiênicas, que de certa forma já se

¹⁹⁵ A União, João Pessoa, 7 de fevereiro de 1952. p. 02

¹⁹⁶ Sobre esta questão nos diz o pesquisador Giscard Farias Agra que em determinado momento, durante as primeiras décadas do século XX, o Açude Velho também fora o local onde as “angustias” dos campinenses foram depositadas. Para aquele manancial também se dirigiam os populares munidos de cubas repletas de dejetos orgânicos, urina e fezes para que ali fossem despejados, servido simultaneamente de “banheiro” para uns e de “banheira” para outros. Diz ainda que durante os “surtos epidêmicos de Cólera Morbus, por exemplo, alguns doentes chegavam a defecar diretamente na beira do açude”. A saber; AGRA, Giscard Farias. O Açude Velho e seus usos. In: A urbs doente medicada: a higiene na construção de Campina G(g)rande, 1877-1935. 1. ed. Campina Grande: Gráfica Marcone, 2006. p. 37

começava a por em prática na cidade desde o início dos anos 1950. Segue a baixo este documento:

**TÍTULO X
DAS ÁGUAS
CAPITULO I**

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

ART. 119 – Águas potáveis são as destinadas ao uso exclusivo das pessoas; de serventia comum, as destinadas ao abastecimento de animais, lavagens de roupas, etc.; públicas, as de reservatórios públicos, ou consideradas como tais pelo Código de Águas; particulares, as de reservatórios particulares e as de uso exclusivo de determinadas pessoas.

**CAPITULO II
DOS RESERVATÓRIOS D'ÁGUA**

SEÇÃO I

ART.120 – A Prefeitura tomará todas as medidas necessárias para que os reservatórios públicos sejam mantidos de modo a atender cabalmente a seus fins. Para isso, entre outras medidas, poderá determinar:

I – Por sí, ou em cooperação com a União, ou o Estado, trabalhos de irrigação com as possibilidades de reservatório e a necessidade locais.

II – O aproveitamento da orla marginal dos reservatórios públicos para a cultura de verduras ou legumes de primeira necessidade;

III – Rigoroso asseio das águas públicas.

§ 1º - Para o cumprimento do estatuto no inciso II deste artigo a Prefeitura poderá ceder, provisoriamente, os terrenos referidos, a pessoas pobres que se comprometam cultivá-los.

§ 2º - Para o disposto no inciso III, poderão os reservatórios ser protegidos por cercas, de modo, porém, a não se impedir ou tubar o uso das águas.

ART. 121 – E' terminantemente proibido, sob pena de multa de Cr\$ 100,00 a Cr\$200,00:

- a) – Pescar nos açudes e poços públicos de água potável, sem prévia licença da Prefeitura, que somente a concederá em tempo que não prejudique a população nem a criação;
- b) – atirar nas aves, dentro ou nas margens dos açudes públicos;
- c) – entupir ou inutilizar de qualquer modo cacimbas públicas;
- d) – lavar animais ou roupa, próximo aos açudes, fontes ou poços, de modo que as águas provenientes dessa lavagem possam correr para dentro dos mesmos;
- e) – banhar-se dentro ou perto desses reservatórios d'água; e
- f) – derrubada de árvores nas proximidades das fontes, açudes, lagoas e nascentes dos riachos.

Parágrafo Único – A prefeitura designará os locais convenientes para banhos, lavagem de roupas e de animais.¹⁹⁷

Este verdadeiro “estatuto das águas” possui ainda um último “parágrafo único”, presente na “Seção II”. Este espaço é dedicado ao modo como a água dos particulares deveria doravante ser administrada; “Dos Reservatórios d'água particulares – Art. 122 – Os proprietários de águas particulares deverão trata-las com o máximo de higiene”¹⁹⁸.

A publicação deste conjunto normativo sintetiza, em grande medida, os significados atribuídos aos projetos e ações que se fizera pensar e sentir em termos de higienização, saneamento e otimização urbana para o trato com as águas na cidade de Campina Grande, na década de 1950. Para além de definir os parâmetros fundamentais dos usos e consumos da água, estes apontamentos buscavam responder a uma questão fundamental; os campinenses agora já sabem “quais águas devem beber”, e estas seriam as modernas, saneadas, racionais e científicas águas advindas do novíssimo manancial de Boqueirão de Cabaceiras que tivera a sua construção iniciada no ano de 1951, e que prometia acabar de vez com a sede.

¹⁹⁷ Lei N.º 362, de 24 de Março de 1953. Imprensa Industrial – Rua do Apolo, 78-82 e 90 – Recife. pp. 30 e 31

¹⁹⁸ Lei N.º 362, de 24 de Março de 1953. Imprensa Industrial – Rua do Apolo, 78-82 e 90 – Recife. p. 31

A exemplo dos episódios que compõem a narrativa que iniciam este texto, que rememoram uma Campina Grande pastoril no ano de 1912, mais uma vez, na década de 1950, fizera-se sentir a força contida na pena e a verve dos saberes autorizados na cidade, orientando os modos pelos quais o caminho das águas campinenses poderiam ser abertos, irrompendo entre as pedras da insalubridade, para desaguar no leito das encanações modernas.

Mediante a elaboração destes discursos, estaria tudo pronto. O cenário estaria composto. A torneira da modernidade poderia, em breve, ser aberta. Tudo preparado para a chegada da água de Boqueirão, mas contrariando os olhares provenientes de um otimismo superlativo, isso não seria tarefa tão simples. No decurso do seu advento, em termos de execução, a construção do Boqueirão de Cabaceiras encontraria pedras bem maiores em seu caminho do que meros monolíticos minerais. A aquisição deste equipamento traria consigo uma “enxurrada” de tensões sociais, complexas tramas políticas, e um emaranhado contexto, marcado por disputas materiais e simbólicas, processos pelos quais o decurso das águas campinenses passariam a ser vertidas meio que “a conta gotas”, e quanto a estes processos, nos deteremos a seguir nos próximos capítulos.

II CAPITULO

TRAMAS POLÍTICAS E DISPUTAS MATERIAIS E SIMBÓLICAS NO CURSO DAS ÁGUAS

Construindo o Boqueirão de Cabaceiras: uma experiência modernizante

Os processos que levaram a efeito a construção do sistema de abastecimento de água proveniente da barragem do Boqueirão de Cabaceiras, iniciados no ano de 1951, figuraram como dinâmicos e vitoriosos avanços em termos da engenharia sanitária, somados aos mais refinados parâmetros tecnológicos no campo da higienização e da saúde coletiva. Construir o Açude Boqueirão, para além de esforço glorioso, marcado pelos signos da ciência e da racionalidade, buscava atribuir novas feições e novos significados para a experiência dos campinenses nos quesitos relativos à água, haja vista que esta iniciativa visava ampliar consideravelmente o fornecimento e, por conseguinte, o consumo deste líquido para a cidade. Porém, este processo não se deu de modo “gratuito”, e a escrita de mais um interessante capítulo da História das águas campinenses estaria prestes a ser iniciado.

Os idealizadores políticos e os articulistas deste projeto perceberam que trazer a água para Campina Grande demandaria um esforço considerável, algo tido aos moldes da época como um projeto verdadeiramente astucioso¹⁹⁹. Seria preciso, antes de tudo, considerar o estabelecimento de uma batalha entre as ações humanas e as forças da natureza, à medida que seria necessário promover a intervenção no curso das águas de um célebre manancial, rio afamado “historicamente” pelas suas atitudes “ferozes” e “hostis” para com o homem do campo: a saber, o Rio Paraíba do Norte, ou simplesmente Rio Paraíba.²⁰⁰

Etimologicamente, o termo “Boqueirão” remete a “ideia” de uma grande “boca”. Nos domínios geográficos, a etimologia se aplica, em termos hídricos, ao signo referencial responsável por denominar um acidente geográfico caracterizado de uma abertura esculpida pela força da água em encostas marítimas, de rios ou em canais.

¹⁹⁹ Obra que do ponto de vista técnico desperta admiração de higienistas e sanitaristas até os dias atuais.

²⁰⁰ O rio é assim desenhado como “feroz” e “hostil” em alguns jornais da época, e na fala de certa parcela de intelectuais e letrados paraibanos, mas é na literatura de José Lins do Rego que estas referências ganharam um tom mais inflamado e descritivo, por ocasião deste autor rememorar com grande frequência as suas astúcias dos tempos de meninice, na Várzea do Paraíba, em suas obras.

Em linguagem fluvial, é uma abertura tipo garganta, cavada pelo rio entre duas serras; um vale profundo perfurado por um rio, e considerado como um local “feito pela natureza” para uma barragem, algo bastante comum na privilegiada paisagem aquífera do Brasil.²⁰¹

Foi este o cenário visualizado pelos articuladores políticos e engenheiros civis do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – (DNOCS) –, ao debruçarem os seus olhares sobre os limites convergentes entre os municípios paraibanos de Cabaceiras e Boqueirão²⁰², banhados pelas margens do rio Paraíba do Norte, cujo nome do segundo município, Boqueirão, origina-se, justamente, de um grande corte que o rio Paraíba possui na serra de Cornoio. Este local consistia em um espaço privilegiado para o represamento das águas e propício à construção de uma barragem. Mas para que a “Barragem de Boqueirão de Cabaceiras” tomasse corpo, forma e sentido, seria preciso domar o monstro, puxá-lo pela cauda e atá-lo com amarras do progresso e da civilização. O rio precisaria ser subjugado, adestrado, para que logo em seguida pudessem amansar as suas popas, serrar-lhe os chifres e trabalhar e entalhar as suas arestas para só assim metê-lo em canos, controlar o seu fluxo e fazê-lo desaguar em sentidos diversos, estabelecidos pela ótica da engenharia moderna.

Desde o início do século XX, mediante a ampliação dos discursos relativos às “mazelas” sociais proveniente dos quadros das secas²⁰³, que se fez possível perceber constantes intensificações nas posturas que julgavam considerar o aproveitamento dos acidentes geográficos “tipo garganta”, os “boqueirões”, geralmente posicionados entre duas serras, para que ali fossem represadas as águas dos rios e convertidas em açudes públicos. Manifestações favoráveis a esta modalidade intervencionista foram idealizadas por vários intelectuais, cronistas e letrados, oriundos das cercanias ou que enveredaram pelos sertões em expedientes de pesquisa. Dois célebres escritores

²⁰¹ MICHAELIS: moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998- (Dicionários Michaelis). 2259p.

²⁰² Ambos localizados na chamada microrregião do Cariri Oriental, respectivamente a 70 e 45 km de Campina Grande.

²⁰³ Sobre esta questão, consultar; ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez; Recife: Massangana, 2001. e ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino – de problema à solução (1877-1920)*. Campinas: UNICAMP, 1988 (Dissertação de mestrado em História).

brasileiros, o carioca Euclides da Cunha²⁰⁴ (1866-1909) e o paraibano Irineu Ceciliano Pereira Jofilly²⁰⁵ (1843-1902) professaram em suas obras o interesse em defender a importância do aproveitamento dos boqueirões como medida preventiva contra os longos períodos de estiagem, e que tanto “castigavam” os nordestinos.

Em consonância a estas aspirações, pensava-se para Campina Grande, a partir da construção da “progressiva” barragem, manifestar intenções que iam para muito além de meras gotas de sossego e esperança. Buscava-se personificar um sistema complexo, que refletisse o fornecimento de água tratada, saneada e salubre, transladada por intermédio de um potente sistema adutor, somado a implantação de um moderno e eficiente sistema de esgotamento sanitário, acrescido de uma usina para a depuração dos dejetos e processamento dos produtos de descarte. Pensava-se também, pela via das forças das águas o aproveitamento hidrelétrico, com potência prevista aproximadamente para a casa de 10.000 CV, servindo Campina e alguns municípios circunvizinhos,²⁰⁶ além de proporcionar finalidades de irrigação, piscicultura, embelezamento e a reconfiguração estética e higiênica para toda a região.²⁰⁷

Iniciada em 1951 e com prazo para o seu término previsto inicialmente em cerca de dois anos, a construção da barragem chamou a atenção das mais variadas parcelas da sociedade, uma vez que prometia sanar todos os eventuais surtos, doenças e epidemias relativas à água, afugentando também, além da sede, qualquer sinônimo de “atraso” ao bom andamento do projeto civilizador na cidade.²⁰⁸

Os jornalistas campinenses também estavam atentos a estes expedientes, e no dia 09 de novembro de 1952 o Jornal de Campina publica em suas páginas um relato bastante curioso. Vem à tona neste dia uma matéria escrita pelo jornalista Noaldo Dantas²⁰⁹, registro que deu muito o que falar entre os círculos políticos e intelectuais da

²⁰⁴ Notadamente em face aos singulares episódios vivenciados pelo povo sertanejo, no contexto da chamada “Guerra de Canudos” (1893-1897). A saber, CUNHA, Euclides da. Os Sertões. São Paulo: Três, 1984.

²⁰⁵ JOFFILY, Irineu. Notas sobre a Parahyba. Brasília: Thesaurus, 1977.

²⁰⁶ Embora existam registros de compra, recebimento e instalação, pelo DNOCS, de duas turbinas capazes de gerar energia elétrica a uma capacidade total de 3.000 CV, este aspecto não foi aproveitado, sobretudo em virtude da chegada da energia elétrica de Paulo Afonso a cidade, em 1952.

²⁰⁷ COELHO, Roberto. Relatório sobre o Açude Boqueirão de Cabaceiras. Arquivo- D.N.O.C.S.- S.n.t. p.4

²⁰⁸ Sobre esta questão, ver o primeiro capítulo deste texto.

²⁰⁹ Noaldo Dantas foi um intelectual, cronista e jornalista campinense. Nasceu em 29 de Agosto de 1930 e formou-se em Direito na capital do estado. No campo da política, foi vereador e vice-prefeito em Campina, mas destacou-se principalmente ao assumir cargos burocráticos nos governos estaduais paraibanos, foi secretário de interior, Chefe de gabinete de vários governadores nas décadas de 1950 e 1960. Possui livros publicados.

época, e buscava produzir um relato (de experiência?) na ocasião da primeira visita realizada por este cronista ao local onde estava sendo construída a barragem de Boqueirão de Cabaceiras. Vamos à primeira parte da matéria:

A Miragem de Boqueirão

Domingo passado, aceitando gentil convite de um amigo, fui visitar o AÇUDE DE BOQUEIRÃO. Há muito que pretendia contemplar tão decantada obra pública. Tomamos um automóvel e nos dirigimos ao local.

Na saída da cidade o nosso chofer, repentinamente, começou a buzinar, diminuindo a marcha do carro, como se alguma coisa estivesse a impedir a estrada. Procurei averiguar o que se passava e deparei-me com um espetáculo que muito me entristeceu. Centenas de campinenses, carregando latas, se dirigiam para um barreiro próximo. Paramos. Constatei, então, que ali se vendia água por Cr\$ 1,00 a lata. Fiz ver a alguns daqueles miseráveis que o governo estava empenhado em resolver tão grave problema.²¹⁰

Nesta primeira parte da matéria podemos identificar já algumas questões relevantes. Não podemos precisar se a referida “visita” ao citado manancial de fato aconteceu, ou mesmo, caso tenha vindo a ocorrer, seria precipitado pensar que a mesma fora descrita nos termos específicos deste “episódio”.

A escolha dos vocábulos que compõem o título do artigo “A Miragem de Boqueirão” já sugere um estranhamento, uma vez que, o significado atribuído à expressão “miragem”, presente em um dos mais populares dicionários da época²¹¹, remetia a ideia de uma “visão nebulosa” cujos principais sinônimos seriam o “engano” e a “ilusão”. Ainda segundo a definição do dicionário, a “miragem” remete a um “s.f. fenômeno óptico próprio dos países quentes. Em algumas ocasiões, quando se dirige [um automóvel] no verão, vê-se algo, à frente na estrada, parecendo uma poça distante

²¹⁰ Jorna de Campina, Campina Grande, 09 de Novembro de 1952. P. 02

²¹¹ COSTA, Agenor. Dicionário de Sinônimos e Locuções da Língua Portuguesa, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1950. p. 464

d'água.”²¹² Os viajantes “no deserto frequentemente pensam ver à sua frente um lago, e descobrem apenas areia quando chegam mais perto. As miragens também são vistas no mar.”²¹³

Outro aspecto interessante identificado neste recorte da matéria, é que apenas o nome da obra “AÇUDE DE BOQUEIRÃO” aparece grafado em letras maiúsculas, garrafais, denotando certo “jogo de cena”. O cronista brinca com as palavras ao “fazer a cômte” aos discursos oficiais, pronunciando os termos de modo “superlativo” e “cerimonial”, assim como julgava que o fizera os poderes públicos em relação à obra.

Vê-se ainda a oportunidade de reforçar as descrições referentes ao quadro de “atraso” em relação à falta d'água vivenciado na cidade a partir da construção e composição de metáforas, à medida que o chofer se vê obrigado a “repentinamente”, buzinar e diminuir “a marcha do carro, como se alguma coisa estivesse a impedir a estrada” do progresso e da civilização, que levaria, ao fim da jornada, ao grande açude, sinônimo do moderno, do requinte e da sofisticação técnica em termos dos mais refinados padrões da engenharia sanitaria. Aborda ainda as condições de “penúria” vivenciadas pelos campinenses para a obtenção deste líquido, e especula sobre os “valores” pagos por estes expedientes.

Dito isto, pegamos carona com cronista e seguimos juntos, rumo a sua “viagem”, ao conhecermos o segundo momento do texto:

Reiniciamos a viagem. O chofer, que tinha ares de intelectual, me perguntou se naquele livro que eu levava – era a “BAGACEIRA” do escritor José Américo de Almeida – o povo sofria tanto como o de Campina Grande. Não respondi. Meu amigo começou a discutir com o chofer a candidatura de Etelvino Lins. Concentrado em meus pensamentos, comecei a imaginar nos sofrimentos do povo. Pensava. Pensava. Quando me lembrei formula salvadora: Boqueirão está ai. E realmente tínhamos chegado. Boqueirão estava ali. Sentia o coração apressado só em imaginar que iria contemplar a famosa obra. Limpei meus óculos “ray-band” e saltei do carro. Olhei para todos os lados e vi somente algumas escavações. Pensei que

²¹² *Ibidem.*

²¹³ COSTA, Agenor. Dicionário de Sinônimos e Locuções da Língua Portuguesa, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1950. p. 464

fosse brincadeira. Não! Não era possível que aquilo que eu via fosse o BOQUEIRÃO dos discursos oficiais. O Boqueirão de Saturnino de Brito. Dos monstros de Aço. Das plataformas governamentais. Limpei novamente os óculos. Não podia acreditar que aquilo fosse o BOQUEIRÃO que prometia salvar no presente a Campina do futuro. Voltei desanimado. Triste. Desconsolado. O chofer queria a todo custo me convencer que o que tínhamos visto era apenas o esboço. Teimava em repetir que o rio Paraíba seria domado e quando o mesmo estivesse a correr “pelos canos de ferro do saneamento de Campina Grande”, tudo estaria resolvido. Calei-me. Não queria discutir com tão otimista campinense. O homem do barreiro continuava vendendo água... Sentia uma vontade danada de gritar a todo mundo que passava: O açude de Boqueirão é um sonho! Um sonho de uma noite de verão. Dominei-me e me absorvi na leitura da Bagaceira. E assim foi a minha primeira viagem a BOQUEIRÃO.²¹⁴

Novamente a matéria nos fornece indícios valiosos para a composição do mosaico. A fim de dar vasão a sua “licença poética” o cronista cria um personagem, o chofer intelectual, que acreditamos ser, nada mais nada menos do que o seu “eu lírico”, a esperança contida dentro de si à medida que este, campinense de berço, também desejava o progresso da cidade, ansiando por também ver sanada a escassez no fornecimento de água para a progressiva urbe. Digladiam-se em sua escrita duas posturas: o crivo jornalístico, denunciador e sagaz para com o a “lentidão” na execução da obra e o desejo de mudança, esperança por dias melhores.

Ainda segundo o texto de Noaldo Dantas, outra referência importante é encontrada no fragmento da “crônica” supracitada, trata-se da alusão feita à obra “[A] BAGACEIRA”, também escrita em letras garrafais, de autoria do “escritor José Américo de Almeida”, e esse elemento nos sugerem outras possíveis reflexões.

O momento de publicação do texto de Noaldo confunde-se com uma série de eventos e mudança de grande efervescência no quadro político paraibano, tanto na esfera municipal quanto na administração estadual. No início de 1951 havia assumido o

²¹⁴ Jornal de Campina, Campina Grande, 09 de Novembro de 1952. p. 02

Governo do Estado o político José Américo de Almeida²¹⁵, com o lema: "vamos fazer a política dos pobres, pois a dos ricos já está feita"²¹⁶. Nesta ocasião, uma de suas principais promessas de campanha consistia na resolução do problema de falta d'água em Campina Grande, algo a ser feito no prazo de dois anos a contar a partir do momento de sua posse, o que despertou bastante admiração das várias camadas populares.

Antes mesmo de ser um "político escritor" José Américo de Almeida fora também um "escritor político", e a sua trajetória de vida fora marcada não só pela sua extensa atuação a frente dos inúmeros cargos eletivos pelos quais transitou, mas também pela escritura de várias obras literárias de valor cultural e estético amplamente reconhecido no cenário nacional. Duas delas merecem aqui um destaque, por remeterem diretamente a nossa discussão, a saber: *A Bagaceira* (1928) e *O Boqueirão* (1935).

O José Américo (literato) está localizado no seletor hall das produções escritas referentes à grande literatura ficcional brasileira, e a sua produção remete aos movimentos que desencadeariam o chamado "Romance de 30", "Romance Regionalista" ou ainda "Neorrealismo", marcado por características como a verossimilhança, a representação direta da "realidade" (considerando as particularidades dos elementos históricos e sociais), e a linearidade narrativa, pautando-se na tipificação social (ou seja, busca retratar indivíduos que representassem classes sociais). Neste contexto a sua obra "*A bagaceira*" (1928) seria o marco fundador. Esta vertente literária possuía características muito semelhantes àquelas presentes no Realismo machadiano, com o acréscimo do regionalismo e das características modernistas.

²¹⁵ José Américo de Almeida (1887 a 1980) foi um influente escritor, romancista, cronista, professor, advogado e político brasileiro. Formado pela Faculdade de Direito do Recife, atuou como promotor na comarca daquele município, ocupando posteriormente este cargo também na comarca de Sousa – PB. Foi procurador geral do estado da Paraíba, secretário de Segurança Pública do Estado em 1930 (durante os episódios que buscaram reprimir os "rebeldes" comandados pelo então coronel "Zé Pereira", um dos líderes da Revolta de Princesa, movimento que antecedeu a revolução de 1930). Foi deputado federal e interventor da Paraíba durante o Estado Novo, sendo ainda fundador da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, governador do Estado da Paraíba entre 1951 e 1956, senador pela UDN e ministro da Viação e Obras Públicas em duas ocasiões 1930 a 1934 e 1952 a 1954 (atuou junto a Vargas durante os dois governos deste presidente). Por fim, foi ministro do tribunal de Contas da União, além de ter Integrado também a cadeira 38 na Academia Brasileira de Letras. A saber; ALMEIDA, José Américo. Dados biobibliográficos do autor. In: *A bagaceira*. – 31. Ed. – Rio de Janeiro: José Olympio, 1997. p.09

²¹⁶ ALMEIDA, José Américo. Dados biobibliográficos do autor. In: *A bagaceira*. – 31. Ed. – Rio de Janeiro: José Olympio, 1997. p.9

Desde a escrita de “A Paraíba e os seus problemas” (1923), obra que flerta com aspectos caros aos domínios da sociologia, demonstrando também inclinações para o estudo da economia e geografia humana, que José Américo encontraria um “ponto de partida básico para o conhecimento e interpretação dos grandes temas do Nordeste”²¹⁷.

Segundo Alfredo Bosi, ao refletir sobre a contribuição literária de José Américo, este autor afirma que “(o) romance de estreia de José Américo, *A Bagaceira* (1928) passou a marco da literatura social nordestina.”²¹⁸ Com esta obra, é inaugurada uma literatura realista de temática social, abordando temas como a seca, os retirantes, a vida nos engenhos e canaviais, o jagunço, o cangaço, entre outros aspectos, o que exerce grande influência sobre outros escritores²¹⁹, figurando como uma nova corrente dentro do modernismo.²²⁰ O escritor, neste sentido, pensava a sua escrita enquanto “arma”, um artefato de resistência, usando a ficção, a descrição e o romance como forma de denunciar as desigualdades e injustiças sociais.

Esses aspectos de “denúncia”, próprios de uma literatura engajada, em relação às desigualdades sociais, se fazem presentes tanto em “*A Bagaceira*” (1928), que busca representar os difíceis itinerários dos retirantes nordestinos em fins do século XIX, em virtude do agravamento no quadro das secas, quanto em “*O Boqueirão*” (1935), que remete aos episódios referentes às tensões e conflitos sociais presente nos episódios que competem à construção de uma barragem homônima, curiosamente um “boqueirão”, em uma cidade fictícia presente em uma Paraíba onírica.

É a respeito destes aspectos que o cronista urbano Noaldo Dantas faz referência em seu “relato jornalístico”, ao evocar a produção literária de José Américo. Noaldo apela para que a sensibilidade literária do “escritor político”, fundador da literatura realista de temática social não se perca junto à atuação do “político escritor”, dos discursos oficiais e das plataformas governamentais. Trazendo para o debate os filtros da ficção literária, em tom de metáforas, Noaldo manifesta o desejo de que o José Américo (literato), um autor de aura modernista e de grande sensibilidade, não permita

²¹⁷ ALMEIDA, José Américo. Dados biobibliográficos do autor. In: *A bagaceira*. – 31. Ed. – Rio de Janeiro: José Olympio, 1997. p.09

²¹⁸ BOSI, Alfredo. José Américo. In: *História Concisa da Literatura Brasileira*. 43 ed. – São Paulo: Cultrix, 2006. p. 395

²¹⁹ A exemplo de Graciliano Ramos, José Lins do Rego e Rachel de Queiroz.

²²⁰ BOSI, Alfredo. José Américo. In: *História Concisa da Literatura Brasileira*. 43 ed. – São Paulo: Cultrix, 2006. p. 395

que o José Américo (político) se afaste das promessas de campanha, uma vez que, este conhecia e também “inventara” o cotidiano nordestino, seja por intermédio da política, seja por intermédio da literatura.

Por fim, ainda segundo a crônica supracitada, ao afirmar que “(n)ão! (n)ão era possível que aquilo que eu via fosse o BOQUEIRÃO dos discursos oficiais. O Boqueirão de Saturnino de Brito. Dos monstros de Aço.” Noaldo faz menção a uma série de questões interessantes, e quanto a isso, recorreremos também aos registros fotográficos como forma de desembrulhar a problemática.



Foto 04: Início das escavações para a construção da barragem – 1951/52
Acervo do D.N.O.C.S

A imagem fotográfica acima retratada, embora não possua uma datação precisa, deve ter sido tomada entre aos anos de 1951/52, e foi produzida pelo D.N.O.C.S com o intuito de documentar o andamento das obras. Nela podemos ver algumas escavações sendo realizadas em um dos acessos principais, geralmente construídos para dar

passagem aos trabalhadores que buscavam se deslocar até a base do futuro manancial, o interior da barragem do Boqueirão de Cabaceiras, cenário que reflete aspectos desta obra, ainda em sua fase inicial. Vemos a presença de poucos trabalhadores e um número reduzido de ferramentas, alguns “cavaletes” e alguns filamentos que se assemelham a cabos elétricos.

Caso a “visita” do cronista Noaldo Dantas ao espaço onde era construída a barragem realmente tenha ocorrido, é provável que ele tenha contemplado uma paisagem semelhante a que é retratada no registro acima, o que leva a crer que as motivações que lhe causaram tamanho estranhamento não seriam de todo descabidas, sobretudo, em virtude do “prazo” inicial para a conclusão da obra não ter sido atingido; questões que oferecem alguma procedência a certos aspectos presentes no “relato” do cronista.

No início do ano de 1952, o Jornal A União, órgão oficial do Governo do Estado, traz em suas páginas por ocasião do aniversário do primeiro ano de mandato, uma “mensagem aos paraibanos” endereçada pelo governador José Américo, e que visava reafirmar a realização de muitas das questões de melhoramento administrativo propostas no período de campanha, dentre elas destaca-se a referência à problemática da água na Rainha da Borborema. Nas palavras do Governador:

O boqueirão de cabaceiras era uma velha aspiração, como solução fundamental dos problemas de abastecimento de água e energia de Campina Grande e como aproveitamento agrícola da zona do cariri e regularização do leito do Rio, evitando as danosas inundações do vale do Paraíba. Como ministro da viação, encarei esse empreendimento que ficou depois, olvidado. Agora podemos asseverar que, no prazo de dois anos, se concluirá essa grande barragem, como forma também, de uma industrialização dependente apenas desse novo recurso²²¹

As palavras de esperança e de continuidade na execução de melhoramentos nos serviços estaduais, apresentavam-se como uma brisa agradável, uma sensível garoa a refrescar o desértico horizonte de preocupações dos campinenses, uma vez que a escassez do fornecimento de água na cidade de Campina Grande começava a

²²¹ A União, João Pessoa, 31 de janeiro de 1952. p.6

atingir níveis alarmantes, principalmente por que neste ano, o montante populacional da cidade, chegaria a somar, contando com a “zona suburbana [um número que] já ultrapassava [os] 86 mil habitantes.”²²²

Eis que algo que não estivera nos planos dos campinenses aconteceu. Na esfera estadual, o então governador José Américo de Almeida, seria convocado pelo governo Vargas para assumir novamente as rédeas do Ministério da Viação e Obras Públicas (posição que já tivera assumido durante o Estado Novo²²³), algo que o obrigou a se licenciar do cargo estadual justamente quando completara o seu segundo ano de governo, entre o fim do ano de 1952 e o início de 1953, período que confundia-se também com o fim do “prazo” previsto inicialmente para a conclusão das obras de construção da barragem de Boqueirão, a qual, naquele momento, caminhava ainda a passos lentos.

A saída de José Américo para o ministério, somado à inconclusão das obras do Boqueirão no prazo inicialmente determinado, despertou a fúria da oposição política, o que motivou determinada parcela dos jornais campinenses a se converterem em verdadeiras trincheiras de batalha, disparando as suas ásperas e inusitadas palavras através de críticas direcionadas a figura do “governador/ministro” e de outras lideranças, como vemos em matéria publicada no Jornal de Campina em 1 de janeiro de 1953:

Sem água e Sem Luz

Sem água e sem luz, eis o trágico fim que aguarda a mais bela, a mais rica, a maior cidade do interior nordestino se mãos hábeis e sadias de um futuro administrador, em tempo, não salvá-la do despenhadeiro a que foi jogada pela cúria e inércia dos que atualmente governam o nosso Estado e município. O velho e batido problema da água – que a esta hora deveria estar solucionado – continua no mundo das promessas, nesse reino cujo rei absoluto é o atual ministro governador José Américo. Prometer e prometer foi e é o seu fraco. Quando da campanha de 50 (sic.) os seus belos discursos, as suas mirabolantes promessas da instauração de uma

²²² Jornal de Campina, Campina Grande, 21 de setembro de 1952. P. 03

²²³ José Américo foi ministro da Viação e Obras Públicas até de 1954, ano no qual Vargas “deixa a vida para entrar na história”.

nova Canaã na Paraíba, deixaram o povo crente que um novo Messias de óculos havia descido do além para salvar o nosso Estado. Felizmente, para ventura de todos, esse falso profeta depois de desgovernar a pequenina Paraíba por dois anos, depois de estourar o Tesouro do Estado com o louco emprego de verbas em loucas obras públicas, arranhou um meio prático de se descartar do “abacaxi” e foi para o Rio com o fim de ajudar a Vargas nessa triste faina de desgraçar o Brasil.²²⁴

Mas enganam-se aqueles que imaginam que José Américo (político), havia ficado de braços cruzados durante os anos iniciais do seu mandato a frente do Governo do Estado, como afirmam os seus ferrenhos e afinados opositores. Pelo menos, é isso que outra parcela da imprensa nos diz ao descrever em suas páginas as principais iniciativas políticas do “ministro/governador”, para a resolução da falta d’água em Campina Grande e região.

Ainda em 1950, nos momentos que antecederam a posse de José Américo ao comando das rédeas dos poderes concernentes à liderança de Estado, o mesmo já discursava de modo eloquente e arrebatador, tendo como foco primordial a problemática sensível da escassez de água em Campina Grande. Seja nas ondas das rádios da capital, ou mesmo nos “pronunciamentos oficiais” realizados em pequenos bairros e vilarejos afastados, localizados em povoados distantes, a problemática da água de Campina Grande sempre era referenciada, à medida que este melhoramento também poderia, em tese, ser repetido nestas outras localidades (guardando as suas devidas proporções). Evocar os possíveis benefícios dessa conquista representou uma forte estratégia de “marketing” político deste governo que se iniciaria.

Esta “verdadeira Campinophilia”²²⁵ presente no discurso do Governador do Estado não se dera por mero acaso. Pelo menos é o que afirma alguns segmentos da imprensa campinense. Neste período, além de destacar-se em aspectos importantes nos domínios políticos e industriais, a cidade de Campina Grande demonstrava também possuir grande fôlego e relevância no que diz respeito a sua parcela de

²²⁴ Jornal de Campina, Campina Grande 1 de janeiro de 1953. p. 3

²²⁵ Termo utilizado em algumas matérias oposicionistas do Jornal de Campina, referente às promessas do José Américo, relativas à resolução da escassez da água em Campina Grande.

contribuição na carga tributária do Estado. Afirmava-se que a Rainha da Borborema sempre abastecera com vultosos tributos os cofres públicos, fatias verdadeiramente generosas que somariam algo orçado em torno de 40% da receita estadual, o que garantia o prestígio da cidade diante as camadas administrativas do Estado.²²⁶

Ao contemplarmos este quadro, devemos visualizar uma interessante iniciativa política, deste período, que merece destaque. Trata-se do lançamento do “Serviço de Açudagem do Estado”, projeto idealizado pelo então “ministro/governador”²²⁷ em 1951, e que visava estabelecer novos olhares acerca desta problemática. Quanto a esta questão, o Órgão Oficial do Estado, o Jornal “A União” do ano de 1952, nos trás indícios interessantes.

Serviço de Açudagem do Estado

O governador José Américo lançou, em 1951, os fundamentos de um Serviço de Açudagem do Estado, sob a direção de técnicos, utilizando-se de auxílios que recebeu para socorro aos flagelados. Essa iniciativa produziu resultados que vão contentando, sobretudo, as zonas servidas. Dos 10 açudes e 12 cacimbas, iniciadas de outubro a dezembro, destinados ao abastecimento de núcleos de população, já foram concluídas todas as cacimbas, dois tanques e oito açudes, devendo os restantes terminar nestes dias.

²²⁶ Segundo o Jornal de Campina a cidade de Campina Grande no ano de 1953 contribui com um terço de toda a arrecadação estadual. No ano anterior essa contribuição somou o equivalente a mais 70 milhões de cruzeiros. A saber; Jornal de Campina, Campina Grande, 08 de novembro de 1953 p. 2.

²²⁷ A trajetória política de José Américo a frente do Ministério da Viação e Obras Públicas durante o governo Vargas merece destaque, pois, possui uma vasta área de atuação, o que em grande medida, demonstra que este administrador possuía certa experiência frente à realização de empreendimentos de grande expressão e elevado grau de complexidade. Ao lado de nomes como o do engenheiro Hildebrando Góes e Saturnino de Brito Filho, José Américo foi responsável pela fusão dos serviços dos Correios e Telégrafos, construção do aeroporto Santos Dumont no Rio de Janeiro, elaboração da estrutura administrativa do DNER (Departamento Nacional de Estradas e Rodagens), eletrificação da Central do Brasil, construção de grandes barragens no Nordeste que juntas chegam a totalizar uma capacidade equivalente a mais de 404.948.000 m³ d'água, criação do D.A.C - Departamento de Aeronáutica Civil, sem falar na elaboração do projeto e início das obras de Saneamento da Baixada Fluminense, empreendimento que é referenciado como uma das maiores obras da engenharia hidráulica do mundo, totalizando mais de 17.000 quilômetros quadrados de tubulações e galerias (projeto de Hildebrando Góes), dentre outras inúmeras realizações. A saber; ALMEIDA, José Américo. Dados biobibliográficos do autor. In: A bagaceira. – 31. Ed. – Rio de Janeiro: José Olympio, 1997. p.14.

Beneficiaram-se com esses melhoramentos os municípios de Soledade, Monteiro, Patos, Bananeiras, Campina Grande, Areia, Picuí e Taperoá, tendo sido empregado cerca de 200 operários. Deu, ainda início, o Governador José Américo, ao açude “Tamanduá” em cooperação com o Ministério da Viação, situado no município de Monteiro e foram projetados vários outros reservatórios nas zonas do Cariri e do Sertão. O serviço de Açudagem será brevemente aparelhado de conjuntos mecânicos que lhe darão maior celebridade e eficiência.²²⁸

Ainda segundo o Jornal A União, as notícias referentes a estas iniciativas obtiveram excelente aceitação e repercussão entre as mais diversas camadas sociais e administrativas de grande parte da região Nordeste. A positividade e a possibilidade do estabelecimento de um projeto racional e científico, direcionado ao fornecimento de água saneada e em escala satisfatória, especificamente gerida e elaborada pelas mais atualizadas tendências e diretrizes da engenharia civil e sanitária, a exemplo das propostas inovadoras elaboradas pelo escritório de Saturnino de Brito Filho, faziam saltar os olhos dos entusiastas, e bem como, acalorar a argumentação e o debate também entre os céticos. Ainda segundo o jornal:

Oito Estados [pediram] as leis de organização do Serviço Especial de Abastecimento

O governador José Américo, recebeu de oito Estados, incluindo Alagoas e Rio Grande do Norte, pedidos de remessa das leis que instituíram, na Paraíba, o Serviço Especial de Abastecimento.

Daquelas duas unidades da Federação, já se organizam as bases para criação duma repartição similar, adotando-se o ensinamento de nossos regulamentos.²²⁹

²²⁸ A União, João Pessoa, 6 de Fevereiro de 1952. p.01

²²⁹ A União, João Pessoa, 6 de Fevereiro de 1952. p.01

Vale salientar que apesar destas iniciativas, e enquanto “o doce sonho de Boqueirão”²³⁰ não vinha, o “ministro/governador” continuava a figurar como alvo das mais variadas visões oposicionistas, uma vez que, segundo uma parcela da imprensa, a concretude das obras do saneamento caminhava a “passos de carroça”. Sobre esse “entrave ao progresso de Campina”, visualizamos uma matéria bastante curiosa, e que trata da divulgação de dois projetos de autoria de Saturnino de Brito Filho para a resolução da crise de água na cidade.

Em princípios deste ano, estive em João Pessoa o engenheiro Saturnino Filho trazendo dois importantes projetos sobre o caso do abastecimento d'água de Campina Grande. O primeiro, mandado estudar pelo então governador José Américo, mencionava a solução total do caso da água. Consiste no aproveitamento da barragem de Boqueirão, com uma nova adutora, novos reservatórios d'água, nova estação de tratamento. O dr. Saturnino, na época, orçou a despesa da obra em cerca de 60 milhões de cruzeiros. Como o vulto do empreendimento sobrecarregaria demasiadamente o Estado, o dr. Saturnino trouxe, também, um plano de emergência que consiste na ampliação do atual serviço d'água [de Vaca Brava]. A despesa foi orçada em 12 milhões de cruzeiros e, embora essa solução não viesse resolver definitivamente o problema, teria o mérito de aliviar, de triplicar o volume d'água atualmente consumido pela população da cidade.²³¹

Além destas iniciativas faz-se possível localizar, noticiadas na imprensa do período, outras ações do governador que tinham o objetivo de minimizar os danos causados pela escassez dos recursos hídricos em Campina. Em caráter emergencial ainda em 1952, José Américo realiza uma série de visitas a Campina Grande e a outras cidades do interior do Estado acompanhado do engenheiro Saturnino de Brito Filho.²³²

²³⁰ Jornal de Campina, Campina Grande, 08 de novembro de 1953 p. 2

²³¹ Jornal de Campina, Campina Grande, 08 de novembro de 1953 p. 2

²³² A União, João Pessoa, 12 de fevereiro de 1952 p. 1

Após a realização de algumas pesquisas em outras localidades, que apresentavam condições climáticas e características geográficas semelhantes, a exemplo de estudos na região do Açude “Boqueirão de Caraibeira” localizado no estado do Piauí, Saturnino de Brito Filho trouxe consigo algumas outras sugestões emergenciais para a Rainha da Borborema, uma vez que, como diziam os cronistas, “Campina Grande era uma mulher bonita, amada e desejada...”²³³ e não poderia padecer diante ao abandono e a sede. Fez-se então, em uma dessas empreitadas a inspeção na antiga barragem de Puxinanã que em momentos anteriores, havia abastecido a cidade. Plínio Lemos, José Américo e os saberes técnicos e racionais da engenharia sanitária representados pelo engenheiro Saturnino de Brito, estiveram presentes na barragem construída no governo de João Suassuna, examinando a possibilidade de fazer esse serviço voltar a funcionar.²³⁴ Foi pensado também o aproveitamento dos afluentes “Mazagão” e “Vaca Brava de Baixo”, além de um processo de torpedeamento em Areia, a fim de liberar as incrustações e ampliar o fornecimento da adutora de Vaca Brava, algo que também, assim como o projeto anterior, não chegou de fato a ser iniciado.

Ao lado da escassez no fornecimento de água na cidade, outras reivindicações faziam-se presentes no clamor dos discursos oposicionistas, a exemplo da insuficiência também no fornecimento de energia elétrica, o que ampliava significativamente os argumentos quanto ao quadro de incertezas e inquietudes para o bom andamento do “progresso” e desenvolvimento industrial da cidade.

A falta da água entrava o progresso de nossa terra. Sem água não podemos mover a nossa indústria. E a mais bela cidade do interior do nordeste vive condenada a desaparecer, vítima do descaso, da incúria e da má fé dos homens que dominam a Paraíba. Infelizmente o destino do nosso município é contribuir muito para as burras do Estado. Em troca recebemos um mundo de promessas.²³⁵

²³³ Correio da Paraíba, João Pessoa, 12 de outubro de 1953 p. 5

²³⁴ A União, João Pessoa, 20 de janeiro de 1952. p. 3

²³⁵ Jornal de Campina, Campina Grande, 08 de novembro de 1953 p. 2

Em outra matéria datada do ano de 1953, o Jornal de Campina, ao comentar a problemática, é bastante enfático ao assumir um posicionamento político em defesa dos preceitos idealizados e defendidos por Argemiro de Figueiredo, os quais deveriam “servir de exemplo” e serem tidos como parâmetros comparativos para a continuidade e bom andamento do projeto de desenvolvimento político e social do município, segundo o periódico.

Voltemos, porem, ao caso da água. Campina Grande possuía em 1939 o mais perfeito serviço de saneamento do país. Atualmente possui o mais encarecido e deficiente. De bom passou em tão pouco tempo a pior, isso, resultado exclusivo da má orientação dos governadores que sucederam ao governo do dr. Argemiro. Nenhum, durante esse período, procurou fazer qualquer coisa que salvasse o nosso saneamento. E, chegamos tristemente a esse ponto: vamos morrer de sede. O Estado que arrecada do nosso município 40% da receita, não emprega um único centavo em nosso serviço. Será a solução parcial desse angustiante problema. Mas, como uma desgraça nunca vem só, paralelamente a falta da água outro mal tão grande é a falta de luz e força para as indústrias. Os motores comprados pelo ex-prefeito Elpídio de Almeida, estão em vias de estourar, resultado do excesso de ligações.

Sem água e sem luz a cidade vai sucumbir.

Que fazer? Por enquanto nada. Resta esperar pacientemente pelas eleições de 1955. Esperar com um título na mão e uma vassoura na outra. E chegando o momento, não devemos perder a oportunidade.

Vamos limpar a Paraíba.²³⁶

²³⁶ Jornal de Campina, Campina Grande 1 de janeiro de 1953. p. 3

Paralelamente a estes debates políticos, a busca pela aquisição destes equipamentos modernos (Açude e Adutora), amparada nas narrativas e discursos orientados pelos signos da modernidade, apontavam para um caminho que proporcionasse um sentimento de aventura; uma nova experiência de tempo e espaço que ia, aos poucos, estabelecendo uma nova cultura, uma nova forma de ver e ler o mundo, rompendo com as tradições; transformando a materialidade e instituindo novos laços de sociabilidade em Campina Grande.

Neste novo contexto de transformações das estruturas mentais e da materialidade, outra problemática se desenrolaria e se propagaria de modo inicialmente sorrateiro, presente nos debates provenientes dos círculos intelectuais, e que também passaria a integrar os horizontes das preocupações cotidianas dos homens ordinários, e que aos poucos fora tomando corpo e ganhando proporções antes não imaginadas. Essa nova sensibilidade passaria a assumir tamanha visibilidade que estamparia as páginas jornalísticas de modo intensivo, e trataria de elaborar uma representação curiosa e bastante peculiar a respeito do novo contexto das águas campinenses: a representação do medo.

A modernidade e os seus equipamentos trazem a novidade, o encantamento, o esplendor e a esperança, mas ao mesmo tempo impõem a insegurança e as incertezas, a crise dos parâmetros e a desarmonia. Como escreveu Berman, o homem moderno vive sob o “redemoinho de permanente mudança e renovação, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia”²³⁷, a força da tradição é direcionada a perceber um mundo que se reorganiza, muitas vezes pondo-se ao avesso. Nesse contexto de renovação, o “medo do novo” é inevitável.

É justamente nesse contexto que podemos identificar a emergência de um significativo número de matérias jornalísticas, que buscavam traduzir algumas destas inquietações. A representação dos medos (individuais e coletivos) presentes nos discursos jornalísticos, buscavam expressar desde o temor pela “possível” não conclusão das obras do Açude e Adutora, até os custos materiais, políticos, sociais e culturais para a sua efetiva execução e conclusão.

Um desses medos que se desencadeara no imaginário social do período, e que fora amplamente difundido pelos periódicos jornalísticos era a “possibilidade” de que o

²³⁷ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras. 1986. p. 15

município de Cabaceiras fosse parar em baixo d'água. Acreditava-se que por intermédio do alagamento das encostas do grande “Boqueirão”, o município viesse a ser completamente engolido pelas forças das águas. O alagamento se daria no momento imediato após o represamento do rio, e o município não resistiria à voracidade da “grande boca”, sucumbindo rapidamente.

Quanto a esta questão, novamente o cronista Noaldo Dantas nos fornece mais alguns indícios através de suas crônicas a fim de pensar esta problemática, e no ano de 1953 faz emergir o seguinte texto:

Cabaceiras vai morrer afogada!

Inicialmente direi que Cabaceiras é uma cidade pequena da Paraíba. Legítima cidadezinha do interior, onde a filha do prefeito é a moça mais bonita e o farmacêutico o homem mais instruído. Sim, Cabaceiras é igual a todas as pequenas cidades espalhadas por esse Brasil afora. E nas nossas imaginações adultas há sempre lugar para essas povoações, perdidas no passado distante, e, onde, pequenos, aprendemos a cantar o Hino Nacional. A vida por lá parece que anda de férias e tem raiva das horas. E o padre, o juiz, a professora, o guarda-fiscal e o dono do Cartório fazem parte de uma galeria de vultos padronizados. Tudo mais é parecido e não deve nem mesmo faltar a figura antipática da solteirona que fala da vida alheia.²³⁸

Na primeira parte da crônica, Noaldo lança mão de uma descrição detalhadamente bucólica, romântica e provincial, ao produzir uma imagem literária da cidade retratada. Não falamos ainda, aqui neste fragmento, na “submersão” e destruição de uma cidade coberta pelas águas do novo manancial, de uma “Atlântida” nordestina, mas sim na possível ameaça ao desmantelamento de um conjunto de metáforas que buscavam representar a desfragmentação de algo que ia para além da materialidade, ao flertar com elementos de uma “tradição regionalista”. Diante a verve do cronista, “punha-se em risco” além da materialidade um modo de vida, presente em um cotidiano marcado por um cenário quase pastoril.

²³⁸ Jornal de Campina, Campina Grande, 30 de setembro de 1953 p.4

Ainda segundo o cronista:

Muitos são os homens ilustres que ali nasceram. Há fartura de inteligências saída daquela terra flagelada do Cariri, onde constantemente a “macambira morre, o xique-xique seca, juriti se muda”.

E quando eu pensava que aquele recanto da Paraíba viveria a eternidade do tempo, um meu amigo transmitiu-me a notícia: CABACEIRAS VAI DESAPARECER! As águas do açude Boqueirão vão submergir as suas ruas humildes, as casas matutas, os lugares ingênuos, onde Felix plasmou seu integro caráter e viveu sua “lua de mel” com a doce TAMAR. A terra que sempre padeceu as agruras da seca vai morrer afogada. Que estranha coincidência do destino!

E o mais grave de tudo: os cabaceirenses não serão indenizados. A vontade flagelada do sr. Ministro da Viação, vê, apenas, a construção do açude, numa louca tentativa – verdadeira providencia de ULTIMA HORA – para salvar as suas promessas fracassadas. É UMA LEGITIMA “BAGACEIRA”!

O povo abandonado. Os lares destruídos. A igrejinha de Cabeceiras invadida pelas águas. Recordações lavadas. Lembranças tomando banho pela primeira vez. E tanta alma suja por ai merecendo de uma boa lavagem com “buxa” e sabão. Salvem Cabaceiras, senhores! A terra do poeta não pode e não deve morrer assim tão facilmente.²³⁹

Além do medo e da “ameaça” futura de alagamento, de que ocorresse uma verdadeira “bagaceira” no município de Cabaceiras, existiam ainda os casos daqueles que, de fato, padeciam diante a um perigo real e imediato, a exemplo das comunidades ribeirinhas, residentes nas proximidades da sede do município vizinho de Boqueirão, que possuíam as suas habitações localizadas às margens da “grande boca”, e que necessitariam ser desapropriadas e demolidas, por estarem localizadas no “curso do progresso”, e quanto a essa questão várias matérias jornalísticas vieram à tona mais uma vez.

Ameaçados os habitantes da bacia do Boqueirão –

²³⁹ Jornal de Campina, Campina Grande, 30 de setembro de 1953 p.4

Comissão de Apelo

Como é do conhecimento público, cerca de 4.000 pessoas, localizadas na futura Bacia do Boqueirão de Cabaceiras, terão os seus bens imóveis invadidos pelas águas quando concluída a referida construção.

Apesar da gravidade desse deslocamento em massa, com inteiro transtorno em suas vidas, o Governo, inexplicavelmente, nada providenciou nesse sentido, inclusive quanto as indenizações. Para evidenciar a comoção pública que o Boqueirão fará no município vizinho, basta dizer que a cidade, sede do município ficará inteiramente submersa.

Os habitantes ameaçados e os proprietários de terras decidiram reclamar os seus direitos e nesse sentido, após várias reuniões prévias, organizaram a seguinte COMISSÃO DE APELO EM PROL DOS HABITANTES DA BACIA HIDRÁULICA DE BOQUEIRÃO DE CABACEIRAS: Presidente, Padre Inácio Cavalcanti; Secretário, José Aurélio Arruda; Tesoureiro, Severino Ricardo de Araújo; São ainda membros da referida comissão – Ceciliano Braz, Manoel Cavalcanti de Farias, Joaquim Gomes Henriques, Deusdedit Gomes Pereira, Esmeraldino Gomes Henriques, Fausto Eufrasio da Costa e Antonio Aires de Queiroz.²⁴⁰

O texto jornalístico nos sugere uma série de questões interessantes, uma vez que os itinerários destas populações são retratados em meio a uma série de disputas, conflitos e tensões que punham em risco o seu modo de existir, o seu trabalho e a sua habitação. O “medo” reproduzido por estas representações repercutia em outros segmentos sociais, uma vez que, muitos desses ribeirinhos, também trabalhavam direta, ou indiretamente na construção da obra do Açude; e o “fruto” do seu trabalho, muitas vezes, produzia um sentimento ambivalente e contraditório de construção e desconstrução do futuro.

Eis que no ano de 1952 a comissão de moradores ganha à adesão de vários outros membros, e busca fortalecer-se no intuito de sensibilizar os poderes públicos em relação a esta problemática, elevando as suas reivindicações a esferas superiores. Esses “Narradores de Javé” buscaram elaborar um conjunto de petições e ofícios, e endereça-los aos gabinetes do governador do Estado e do então presidente da

²⁴⁰ Jornal de Campina, Campina Grande, 21 de novembro de 1952. p.4

república, Getúlio Vargas, solicitando providências, como vemos na matéria do Jornal de Campina.

Cabaceiras Submergirá

Sabe-se que concluída a barragem do Boqueirão de Cabaceiras cerca de 4.000 pessoas serão atingidas, em seus bens e moradias, pelo volume das águas ali represadas e que se espalharão em grande área. A cidade de Cabaceiras, sede do município, submergirá totalmente.

Os habitantes ameaçados da bacia hidráulica do Boqueirão, organizaram uma comissão de apelo em defesa dos seus direitos, pois até agora não receberam nenhuma indenização.

Iniciando suas atividades a Comissão endereçou ao Presidente Getúlio Vargas, o seguinte despacho telegráfico:

Presidente Getúlio Vargas – RIO

Qualidade representantes maioria que vivem nas zonas ribeirinhas dos rios Taperoá e Paraíba cujos terrenos irão formar a bacia hidráulica do açude Boqueirão de Cabaceiras tomamos iniciativa lembrar honrado governo Vossa Exelencia que a despeito do vertiginoso progresso das obras da construção ainda não fomos procurados pelos poderes competentes para estabelecermos bases indenização nossos bens onde se localizam mais de quatro mil habitantes pt Aproveitamos ensejo para lembrar poder publico grave problema sera criado quando tivermos de desocupar bacia hidráulica visto que dificilmente encontramos nova localização onde possamos com tantos milhares de prejudicados exercer atividades que correspondam aos nossos costumes seculares pt Confiamos que Governo da República sentindo a importância dos nossos sacrifícios que se avizinham tomará em consideração este nosso apelo e determinará para as indenizações não só dos bens rurais como dos imobiliários situados nesta cidade que irá desaparecer submersa um critério excepcional sob pena de ficarmos irremediavelmente perdidos pt.

COMISSÃO DE APELO EM PROL DOS HABITANTES DA BACIA HIDRAULICA DE BOQUEIRÃO DE CABACEIRAS – Presidente, Padre Inácio Cavalcanti; Secretário, José Aurelio Arruda; Tesoureiro, Severino Ricardo de Araújo – São ainda membros da referida Comissão – Ceciliano Braz, Manoel Cavalcanti de Farias, Joaquim Gomes Henriques. Deusdedit Gomes Pereira, Esmeraldino Gomes Henriques, Fausto Eufrazio da Costa e Antonio Aires de Queiroz”

Copias desse despacho foram endereçadas também ao Governador José Américo e a Comissão do Polígono das Secas na Câmara Federal.²⁴¹

O “medo” estava presente também nos itinerários daqueles que “faziam” a obra. E quanto a isso, os periódicos jornalísticos trataram de representar e delinear contornos bastante curiosos. Diziam algumas parcelas da mídia impressa que “os trabalhadores sentiam medo daqueles monstros de aço”²⁴². Tal referência faz alusão direta ao convívio que estes tinham com as máquinas de grande porte, utilizadas em certa medida para a preparação das valas, terrenos, estradas, transporte de peças, ferramentas, material humano, etc. Quanto a estes indícios, localizamos um registro fotográfico que retrata a temática abordada de modo privilegiado.



Foto 05: Máquinas e trabalhadores na construção da barragem – 1951
Acervo do D.N.O.C.S

²⁴¹ Jornal de Campina, Campina Grande, 28 de setembro de 1952. p.2

²⁴² Jornal de Campina, Campina Grande, 12 de novembro de 1952. p.4

A imagem fotográfica retrata a produção de uma paisagem, e foi realizada pelo D.N.O.C.S.²⁴³ com o objetivo de documentar o andamento da obra.²⁴⁴ A referida paisagem produzida pelos “monstros de aço” na encosta do barranco, demonstra a imposição das “forças” da racionalidade técnica em oposição às “forças” da natureza, uma vez que, o grande guindaste retira da encosta numerosos fragmentos de rocha a fim de “dar passagem ao progresso”. Veem-se ainda alguns trabalhadores nas proximidades do grande equipamento e ao entorno dos caminhões (Trash-trucks EUCLID GM)²⁴⁵. Percebe-se que não usam quaisquer equipamentos de segurança e vestem-se de modo simples, com indumentárias modestas.

Outros olhares atentos se apresentam como “testemunhas” destes conjuntos de acontecimentos, e por intermédio das memórias de um contemporâneo da construção do açude, o senhor Severino Amaro Guimarães, visualizamos uma descrição bastante curiosa sobre aqueles que seriam alguns dos primeiros cenários das obras, observando alguns quadros referentes os anos iniciais de construção do manancial, ao afirmar que:

Um complexo de homens e máquinas se movia diuturnamente num vai-e-vem impressionante durante 5 anos. Muitas coisas aconteceram gerando lágrimas, suor e sangue, o que é peculiar às grandes obras; finalmente (...) chegavam a Boqueirão a primeira turma de topografia, vinda do Recife, a mando do Engenheiro Paulo Barrocas, chefe do Serviço de Estudos do D.N.O.C.S. e comandada pelo engenheiro Itiel, um moço de procedência Européia, comandante e comandados instalaram-se como puderam ali na vila, enquanto toda a população

²⁴³ Criado em 21 de outubro de 1909 sob a denominação IOCS – Inspetoria de Obras Contra as Secas, o D.N.O.C.S. recebeu ainda em 1919 o nome de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas – I.F.O.C.S. – antes de assumir a sua denominação atual, que lhe foi conferida em 1945. Suas atividades variaram bastante ao longo dos tempos, embora tenha como uma de suas principais preocupações a realização de estudos, levantamentos, reconhecimento de áreas e a construção de obras que potencializem a utilização dos recursos naturais, a exemplo da utilização racional e higiênica dos recursos hídricos, e da construção de grandes barragens no Nordeste, contexto no qual se insere o manancial de Boqueirão de Cabaceiras.

²⁴⁴ Uma cópia dessa imagem foi publicada no corpo de uma matéria do Jornal de Campina, entre os anos de 1951/52, edição que pode ser encontrada no acervo do IHGP – (Instituto Histórico Geográfico Paraibano) –, embora a mesma esteja bastante danificada, o que faz com que a referência de datação precisa do mês de publicação encontre-se ilegível.

²⁴⁵ *Livro de correspondências recebidas – SANESA* –. Relatório Técnico de Material - Nº53/02 AS/Entradas. Campina Grande, 25 de junho de 1952.

tomava conhecimento da novidade através de meninos desocupados que festejavam o acontecimento.²⁴⁶

Em nossas pesquisas não localizamos fontes documentais que indiquem a existência de algum tipo de projeto, visando à capacitação da mão de obra voltada a orientar os trabalhadores, para com o manejo e o trabalho com essas máquinas, mas identificamos a existência de vilas habitacionais destinadas a abrigar as famílias dos trabalhadores, a exemplo da “vila do morro, vila operária e vila mecânica)²⁴⁷.

Outros “medos” eram representados pelos jornais campinenses, a exemplo da “fome” e do “desemprego”, aspectos presentes no cotidiano dessa categoria social, e mesmo existindo “uma poderosa concentração de máquinas, fornecidas pelo governo federal, e sob a orientação de técnicos de renome e conceito”²⁴⁸, as camadas operárias, de acordo com a imprensa da época, não recebiam as devidas provisões para o seu sustento e subsistência, “a situação [era] angustiante e [poderia] se tornar calamitosa se o Governo em tempo não [tomasse] providencia”²⁴⁹, como também coloca o Jornal de Campina do ano de 1952, a medida que:

Há fome entre os operários da estrada de Queimadas a Boqueirão

Reduzido o salário de 16 para 13 cruzeiros com o D.N.O.C.S

Os salários dos operários da estrada que segue de Queimadas a Boqueirão de Cabaceiras, de 16 cruzeiros diários foram reduzidos para 13 cruzeiros. Tudo sobe, os gêneros de primeira necessidade, casa e roupa. E pratica-se esse supremo absurdo reduzir um salário que já de nada valia. O Estado não pode explorar os trabalhadores, não pode desvalorizar assim o preço de uma vida. Morrem de fome os trabalhadores de Boqueirão de Cabaceiras... o D.N.O.C.S. precisa ponderar que não adianta a estrada construída sobre as vidas de tantas famílias sacrificadas... Parem a estrada, mas não matem o povo de fome...²⁵⁰

²⁴⁶ GUIMARÃES, Severino Amaro. *Um pouco de tudo*. 1ª Edição - Gráfica Boa Impressão. 2003. p. 51.

²⁴⁷ *Livro de correspondências enviadas – SANESA –*. Pessoal - N°033 AS/Cotas. Campina Grande, 12 de maio de 1953.

²⁴⁸ Jornal de Campina, Campina Grande 31 de agosto de 1952 p.3

²⁴⁹ *Idem*

²⁵⁰ Jornal de Campina, Campina Grande, 14 de setembro de 1952. p. 14

Ainda de acordo com a mídia impressa, essas tensões sociais passariam a se ampliar gradativamente, trazendo consigo um sentimento de insegurança ao atingir um significativo número de operários, como afirma o Jornal de Campina:

2.000 operários ameaçados de fome

Foram suspensos os serviços da estrada Queimadas – Barragem de Boqueirão. Dois mil operários ficaram sem trabalho e estão ameaçados de morrer de fome. O motivo, segundo o dr. Saboia, decorre em face do atraso de oito meses de pagamento aos fornecedores, por falta de verba. Isso quer dizer que o DNOCS além de pagar salário-fome (treze cruzeiros por dia) ainda deixa que a verba fique em atraso durante 240 dias.²⁵¹

Após a morte de Vargas em 1954 e a saída de José Américo do Ministério no mesmo ano, identificou-se uma acentuada crise financeira no Estado paraibano, algo que desencadeou a necessidade de se contrair empréstimos vultosos ao Banco do Nordeste para a conclusão da obra.²⁵²

Nesta atmosfera de tensões sociais, somadas a uma quadro de crise financeira e descontinuidade no repasse dos investimentos para a obra por parte do Governo Federal, essa espera se prolongaria por mais alguns anos, e o atraso na conclusão da barragem parecia inevitável.

Apesar da existência de forças dissonantes, críticas, queixas, descontinuidades financeiras e denúncias realizadas por determinada parcela da imprensa quanto a sua organização e execução, e que nos permitem pensar uma história social do trabalho e dos trabalhadores, desde o início da obra²⁵³, em 1º de abril de 1951, do ponto de vista técnico, o expressivo manancial demonstrava possuir grande fôlego em termos de capacidade de armazenamento e sofisticação técnica, à medida que contava com um volume previsto para a barragem, após represamento, em torno dos 535.680.000m³, possuindo uma altura máxima de 44 metros a partir do leito do rio²⁵⁴. A geologia do solo era representada fundamentalmente por xistos, e apresentava características

²⁵¹ Jornal de Campina, Campina Grande, 05 de outubro de 1952. p.1

²⁵² *Idem*.

²⁵³ Destacam-se neste período os engenheiros Anastácio Honório Maia, Idel Woies, José Alves Braga, Anatole Mirnsky, Raimunda Aurino Chagas e o escritório de Saturnino de Brito Filho.

²⁵⁴ COELHO, Roberto. Relatório sobre o Açude Boqueirão de Cabaceiras. Arquivo- D.N.O.C.S.- S.n.t. p.4

bastante atrativas para a realização do represamento, o que se fez possível através da concepção de um projeto que compreendeu um conjunto de segmentos de terra e concreto que tinha a função de promover uma adaptação econômica do solo, conservando as características topográficas e geológicas do local da obra.²⁵⁵

O complexo foi idealizado de modo a comportar duas barragens: uma principal e uma auxiliar; sendo a principal com altura de 55,70m tendo ainda a largura do coroamento por volta de 8m de extensão e assentada à rocha. A auxiliar, por sua vez, possuía a extensão de 275 m, com altura em 7,50 m possuindo ainda 4m de largura para o seu coroamento.²⁵⁶

Em virtude dessas discontinuidades administrativas e financeiras, a obra foi realizada em duas etapas distintas. A primeira, entre 1951 a 1954, remeteu aos processos de fundação e elevação do aterro a uma altura de cerca de 32m. Já a segunda etapa que corresponde aos trabalhos finais da obra, esses consistiram no fortalecimento e na complementação do “maciço”, e que compreenderam os períodos entre meados de 1955 ao fim de 1956, momento de conclusão dos trabalhos.²⁵⁷

A partir de 1955 a cidade de Campina Grande já somava mais de 100 mil habitantes. Este período caracterizou-se pela existência e permanência de longos períodos de estiagem, e constantes ausências no fornecimento de água que se dava ainda proveniente do Sistema Adutor de Vaca Brava e de formas alternativas de obtenção do líquido. “Tremendo e infundável foi o verão de 1955, prolongado até maio de 1956, durante o qual cerca de um quinto da população de Campina Grande teve de mudar-se para o litoral ou para outras cidades da região, fugindo ao suplicio da sede.”²⁵⁸

No quadro político que se seguira nestes novos tempos, desde o suicídio de Getúlio Vargas no plano nacional, e o fim do mandato de João Fernandes de Lima na Paraíba, (governador que assumira as rédeas do Estado quando da saída de José

²⁵⁵ *Idem.*

²⁵⁶ *Idem.*

²⁵⁷ *Idem.*

²⁵⁸ Diário da Borborema, Campina Grande, 16 de Novembro de 1958. p.1. Essa atmosfera de êxodo, em relação ao período descrito, também é referenciada em outros jornais. Afirmavam esses periódicos que, entre o verão de 1955-56, se quebraram de uma só vez dois motores de recalque da adutora de Vaca Brava, restando apenas um terceiro que não estava em condições de funcionar, o que provocou na população certo pânico, a ponto de muitas famílias se mudarem da cidade em decorrência da falta de água. A saber; Diário da Borborema, Campina Grande, 26 de Outubro de 1957. p.01.

Américo para o Ministério da Viação e Obras Públicas), as experiências sociais e administrativas, tanto na federação quanto no Estado, experimentavam certa atmosfera de crise dos poderes públicos.

Eis que o quadro administrativo do País e do Estado ganha novo folego, respectivamente, com a ascensão do Presidente Juscelino Kubistchek e do Governador Flávio Ribeiro (e seu vice, Pedro Moreno Gondim). A administração campinense também passa a ter novo representante, o médico e intelectual Elpídio de Almeida.

Em meio a estas mudanças administrativas nas esferas oficiais, e a incoerência no cumprimento dos prazos para a conclusão das obras do manancial, algumas lideranças políticas do município resolveram estabelecer a elaboração de uma Comissão a fim de pleitear a obtenção de recursos financeiros junto ao Governo Federal, com o objetivo de concluir os serviços relativos ao abastecimento de água de Campina Grande, e assim sanar de uma vez todas as intempéries causadores dessa problemática.

A iniciativa partiu de uma união de forças entre o Diretório Municipal do Partido Social Democrático – PSD – e de representantes da cúpula administrativa do Estado, que tiveram a iniciativa de convocar, em sua sede (PSD), com o fim de debater a situação, todos os elementos interessados na solução do abastecimento d'água, sob a presidência do então Vice-Governador do Estado, Deputado Pedro Moreno Gondim, em nome do Governo de Flávio Ribeiro, e com a presença de Secretário das Finanças sr. Francisco de Paula Porto, Comandante do 8º Batalhão Ferroviário Cel. Onofre de Brito, representantes da Prefeitura e de outras entidades públicas e privadas.²⁵⁹

Nesta referida ocasião, foi definido que seria enviado ao Rio de Janeiro uma Comissão de Campina Grande, com o objetivo de apresentar ao Presidente da República, o Drº Juscelino Kubistchek, as dificuldades financeiras enfrentadas pela administração pública para a conclusão das obras, algo que poderia fazer cair por terra as virtudes desenvolvimentistas existentes naquela que seria a terceira cidade do Nordeste.

Na pauta estabelecida para as principais reivindicações, estaria incumbida a Comissão de esclarecer à autoridade presidencial, a impossibilidade de o Tesouro

²⁵⁹ Diário da Borborema, Campina Grande, 16 de Novembro de 1958. p.1

Estadual custear os trabalhos de conclusão da Barragem e da construção de uma Adutora entre o reservatório do Boqueirão e Campina Grande, sobretudo, com o caráter de urgência que o empreendimento requeria.

[A Comissão] constituída, alguns dias depois, pelo Presidente do Diretório Municipal do PSD, sr. Alvino Pimentel, pelo representante da Associação Comercial de Campina Grande, sr. Nestor Leal de Couto, e pelo Assessor Técnico da Prefeitura Municipal, sr. Lopes de Andrade, que embarcaram de avião, imediatamente, para a Capital da República, à Comissão se incorporaram no Rio de Janeiro o sr. Milton Cabral, representando a Federação das Indústrias da Paraíba, Deputado José Janduhy Carneiro, representando a Sociedade Médica de Campina Grande, que ali já se encontrava, aguardando a oportunidade de assumir o Governo Episcopal nesta cidade.²⁶⁰

Ao desembarcarem na então Capital da república, a Comissão de Campina Grande teve as suas trincheiras fortalecidas pela presença de outras autoridades, mediante o apoio que encontrou da parte dos Senadores Ruy Carneiro e Assis Chateaubriand; Deputados José Joffily, Drault Ernany e Janduhy Carneiro, Ministro Vergniaud Wanderley e sr. Cleante de Paiva Leire, jovem engenheiro paraibano, então na Chefia do Gabinete do Ministro da Viação e Obras Públicas.²⁶¹

Desta feita, três importantes encontros foram realizados pela Comissão Campinense das Águas no Rio de Janeiro. Dois deles no Ministério da Viação e Obras Públicas, e uma no Palácio do Catete, nas quais o problema do Abastecimento D'água de Campina Grande foi completamente esquadrihado e amplamente debatido, sob os olhares atentos do Diretor Geral do DNOCS, o eng. José Cândido Pessoa, e do Chefe do Escritório Saturnino de Brito Filho, tendo o Presidente da República, Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, participado ativamente da reunião final, realizada no Palácio do Catete. Ao tomar conhecimento do resultado das reuniões anteriores, declarou o Presidente aos membros presentes da Comissão: "Para resolver o problema da vossa

²⁶⁰ Diário da Borborema, Campina Grande, 16 de Novembro de 1958. p.1

²⁶¹ Diário da Borborema, Campina Grande, 16 de Novembro de 1958. p.1

cidade estou informado que se torna necessário abrir um precedente na política geral do combate as secas do Nordeste”, e concluiu enfático: “mas, mesmo que esse precedente tenha de ser aberto, os senhores podem regressar tranquilos o meu Governo resolverá o problema de Campina Grande²⁶²



Foto 06: O Presidente Juscelino Kubitschek e a Comissão de Campina Grande – 1956²⁶³
Acervo do Diário da Borborema

O acontecimento foi comemorado com grande regozijo, no mesmo dia, em almoço oferecido nas dependências do Restaurante do Aeroporto Santos Dumont. Compareceram a este encontro comensal todos os participantes da reunião, excetuando-se o Ministro Lucio Meira, que se fez representar pelo Chefe de seu

²⁶² Diário da Borborema, Campina Grande, 16 de Novembro de 1958. p.1

²⁶³ Presentes na imagem estão Alvino Pimentel (Presidente do PSD), Nestor Leal (Assessor Téc. da PMCG), Milton Cabral (FIEP), representantes da Sociedade Médica de Campina Grande, além de Ruy Carneiro (Senador), Janduhy Carneiro, José Joffily, Abelardo Jurema e Humberto Lucena (Deputados), ladeando o Presidente Kubitschek.

Gabinete. Este processo significava um grande avanço da Comissão de Campina Grande: era uma mudança radical da política do Governo Federal em relação às Secas do Nordeste, aceitando o DNOCS, pela primeira vez, o encargo de realizar o abastecimento d'água de uma cidade nordestina, com o aproveitamento de uma das grandes barragens construídas pelos seus engenheiros.

Em continuidade a estes conjuntos de acontecimentos, ocorria em Campina Grande, em maio de 1956, o "I Encontro de Bispos do Nordeste" e que tinha como pauta, os debates referentes à problemática do crescente êxodo rural, identificado na região (o que muito se atribuía a insuficiência do acesso à água) e de "outros" problemas nordestinos.

Deste conclave fez-se surgir a seguinte resolução:

RESOLUÇÃO N.1

O Encontro de Bispos do Nordeste inscreveu com sua "Resolução n.1", lida perante o Presidente da República por D. Helder Câmara e, logo em seguida, aprovada pelo sr. Juscelino Kubitschek, em discurso que foi aplaudido de pé por toda a numerosa assistência, decisivo apelo do Episcopado Nordestino em prol do Abastecimento D'água de Campina Grande, redigido nos seguintes termos:

"Constituindo a solução do abastecimento d'água de Campina Grande verdadeira barreira de contenção das correntes migratórias de nordestinos para o sul, não dispõem, entretanto, o Estado e o Município de recursos para a realização das obras em curto prazo, como o exigem as necessidades dos cem mil habitantes dessa cidade, o maior núcleo populacional urbano do interior do Nordeste e Norte do Brasil. E recomendado, por isso, ao Governo Federal que, considerando o Abastecimento D'água de Campina Grande complementar da Barragem do Boqueirão de Cabaceiras, do Sistema do Rio Paraíba, de alta prioridade a execução das referidas obras. Neste sentido sugere-se sejam determinadas urgentes providências para que, além dos Cr\$ 40.000.000,00 já consignados na Proposta Orçamentária do Ministério da Viação e Obras Públicas para 1957, seja autorizado o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas a utilizar imediatamente a quantia de Cr\$ 50.000.000,00 do montante do

Fundo de Emergência do corrente exercício, a fim de garantir, com a prioridade já assegurada pela Usina de Volta Redonda, a fabricação das chapas e os serviços indispensáveis a tubulação e bem assim a montagem do sistema elétrico que acionará o conjunto de bombas para recalque das águas”²⁶⁴

Com base nestes termos específicos da “Resolução n°1”, buscou-se estabelecer um conjunto de estratégias de cooperação financeira. Ou seja, o texto desta Resolução resultou de um entendimento entre a Presidente da Comissão de Campina Grande, do qual participaram os Sr. Cleanto de Paiva Leite, em nome do Ministério da Viação, eng. Saturnino de Brito Filho, em nome do Governo da Paraíba, D. Otavio Aguiar, Bispo de Campina Grande, Aluisio Afonso Campos, Diretor do Banco do Nordeste, Lopes de Andrade, Assessor Técnico da Prefeitura e outras pessoas interessadas, a fim de que o montante a ser gasto na execução das obras fosse dividido entre as esferas municipais, estaduais e federais.

Depois de submetido à aprovação de D. Helder Câmara, foi o texto em referência incluído no corpo geral das recomendações do conclave, tendo se incumbido de sua redação o sr. Lopes de Andrade, estudioso dos problemas do Nordeste e que se destacara no movimento, em favor da solução do caso da água.

Por ocasião do mesmo entendimento ficaram estabelecidas as bases de cooperação, entre os Governos da União, do Estado da Paraíba e do Município de Campina Grande, para o financiamento das obras, conforme o esquema abaixo:

	Gov. Federal	103.000.000,00
	Gov. Estadual	50.000.000,00
	+ Gov. Municipal	4.000.00,00
	<hr/>	
	Total	157.000.000,00

²⁶⁴ Diário da Borborema, Campina Grande, 16 de Novembro de 1958. p.1

O Presidente Juscelino Kubitschek, o Governador Flávio Ribeiro e o Prefeito Elpídio de Almeida, previamente consultados sobre os quantitativos acima, deram aos mesmos a sua aprovação.²⁶⁵

Através da realização deste acordo fez-se possível a retomada dos processos de construção da barragem do açude, algo que se arrastaria até os últimos meses do ano de 1956, período de sua conclusão. Em janeiro de 1957, o então Presidente da República Juscelino Kubitschek, em visita ao Estado, trata de realizar uma série de inaugurações de obras públicas de uso coletivo, melhoramentos realizados pelos esforços conjuntos entre o Ministério da Viação e Obras Públicas, em parceria com o DNOCS, dentre elas o lançamento das tão esperadas gotas do progresso campinense, a partir da inauguração do grande Açude de Boqueirão de Cabaceiras.

A partir da inauguração do grande manancial, uma significativa etapa dos processos de melhoramento e conforto para a população campinense estaria vencida. As promessas de que a bela e progressiva cidade não mais pereceria diante a sede, tornavam-se cada vez mais cristalinas. As forças da natureza haviam sido, enfim, domadas à medida que o Rio Paraíba estaria, agora, manso e adestrado. O homem ribeirinho, a partir daquele momento, não deveria mais temer as forças incontroláveis da natureza, e quanto a esta representação racional, acerca da vitória da engenharia moderna sobre a valentia do rio, fez-se conhecer uma curiosa publicação comemorativa, uma “circular”, elaborada pelo escritor José Lins do Rego.

Este documento comemorativo escrito em tom poético e recheado de lirismo, foi distribuído no ato da inauguração da obra, em forma de gratidão, aos engenheiros e funcionários que uniram as suas trajetórias de vida, aos caminhos das águas do Boqueirão.

M. V. O. P. 2º. DISTRITO – PB. D.N.O.C.S.
AÇUDE PÚBLICO “BOQUEIRÃO” DE CABACEIRAS
INAUGURAÇÃO – 16 DE JANEIRO DE 1957
Presidente da República – Dr. JUSCELINO KUBITSCHEK
Ministro da Viação e Obras Públicas – COMANDANTE LUCIO MEIRA
Diretor Geral do D.N.O.C.S. – ENGº. JOSÉ CANDIDO PARENTE PESSÔA

²⁶⁵ Diário da Borborema, Campina Grande, 16 de Novembro de 1958. p.1

Os engenheiros das Obras contra as Sêcas (sic.) acabam de realizar um feito sensacional: transformaram um bicho de sete cabeças em manso carneiro criado para montaria de menino. O rio Paraíba, o terrível, o que nunca respeitou o homem ribeirinho, o que devorava lavouras e afogava rebanhos, não faz mais medo a ninguém. É, hoje em dia, um rio como os outros, a correr tranquilamente em leito menor, sem aquelas arrogâncias de mata-mouros.

O Paraíba fez misérias pelas várzeas, arrasando partidos de cana, invadindo casas como cangaceiro que tivesse vindo de terras sertanejas para implantar o terror. Lembro-me de suas façanhas como de fato decisivos de minha infância. Era o rio que em certos momentos passava a ser uma calamidade pública. Terras comidas, engenhos arrastados como brinquedos, pontes arrancadas de suas fundações de pedra e cal.

Enfim, a avalanche que passava para as destruições totais. Não havia meio termo para o Paraíba. Era absoluto, indomável, sem respeito pelos grandes e pequenos. Quando os búzios soavam nas noites de cheia, o melhor era correr para os altos e dá logo tudo por perdido. O Paraíba vinha solto de canga e corda, e o grande caudal amarelo tomava todos os baixios, enfiava-se pelos riachos, subia as barreiras e depois começava a gemer, tal como gibóias (sic.) de barriga cheia.

Pois, bem, este monstro acaba de ser domado pela engenharia brasileira. Os técnicos das Obras contra as Sêcas (sic.) amarra argolas nas ventas do urso feroz e ele agora dança ao compasso das máquinas que taparam o boqueirão de Cabaceiras.

...Do automóvel olho para a cobra que corre coleante pelas minhas varzeas rodas. O bicho papão não passava de um magnífico criado com as bondades de um servo que fora caçado no mato ...

As). José Lins do Rêgo²⁶⁶

O discurso do “medo”, que outrora fora tomado como bandeira política pelos opositores do projeto, agora é aqui apropriado como fórmula salvadora das populações ribeirinhas. O “Paraíba”, “cangaceiro” terrível e invasor, não seria mais um “problema”. A cauda da grande “gibóia” fora, por fim, atada sob as amarras da engenharia moderna.

²⁶⁶ Acervo pessoal da Engenheira Raimunda Aurino Chagas. Disponível em: <http://www.facebook.com/photo.php?fbid=464338746929562&set=a.316975301665908.91594.100000603229851&type=3&theater> Acesso em: 30 de outubro de 2012.

Mas, em meio ao festejo da população, aos entusiasmos desencadeados pela esperança contida no espelho das águas do novo manancial, na alegria diante a evaporação dos medos individuais e coletivos, e nas lembranças e amarguras banhadas pela reluzente novidade, uma pergunta, (um tanto óbvia) ainda pairava no universo de preocupações: como transportar as águas do recém-construído açude até as torneiras campinenses? Faltava agora a conclusão do projeto. A construção de uma adutora com potência satisfatória, a fim de dar vazão ao fluxo do “progresso”, e mais uma vez, em gotas, a história das águas campinenses escoaria de modo suprimido, aos pingos, e um novo momento estaria prestes a se descortinar.

III CAPITULO

MODERNIDADE À CONTA GOTAS: (DES)ENCANTOS E (DES)VENTURAS DO ABASTECIMENTO D'ÁGUA NA RAINHA DA BORBOREMA

O caso da construção da Adutora de Boqueirão de Cabaceiras.

As notícias sobre a conclusão das obras de construção do grande e moderno manancial, o famoso e imponente “Boqueirão de Cabaceiras” foram recebidas com bastante entusiasmo e a alegria na cidade. Finalmente a ameaça da sede e das epidemias chegaria ao seu desfecho derradeiro. Quanto a este importante evento, os jornais campinenses trataram de promover elaboradas e criativas representações, que ora enalteciam as virtudes deste audacioso projeto, ora questionavam o fato de ainda não haver, na cidade, uma adutora de grande porte, responsável pelo bombeamento da água do manancial até as torneiras de Campina Grande. Mediante a este novo quadro de incertezas e inquietudes, estaria o grande e primoroso projeto de abastecimento de água prestes a chafurdar na lama? O “sonho” da água saneada, salubre e higiênica estaria prestes a “evaporar” diante os olhares sedentos dos campinenses? Quanto tempo mais os habitantes da “Rainha da Borborema” teriam que esperar por estas preciosas gotas salvadoras do progresso e da civilização?

Neste capítulo buscaremos problematizar um conjunto variado de representações jornalísticas e “documentos oficiais” do Saneamento, que cartografaram os procedimentos técnicos e os debates políticos que envolveram esta nova etapa do projeto: a construção de um “potente” sistema adutor.

Cinco anos se passaram desde o início do projeto modernizador que visava promover uma reconfiguração estética e higiênica do fornecimento e dos usos da água na cidade, e até aquele momento identificara-se, unicamente, a construção do reservatório do Boqueirão de Cabaceiras, que, embora imponente, motivo de orgulho e satisfação para muitas posturas, convertia-se também em ornamento de frustração, uma vez que as suas águas não podiam ser “alcançadas”.

O problema é que ele ficava a aproximadamente 38 quilômetros de distancia da cidade, e durante esse período Campina Grande viu-se novamente sedenta e prestes a experimentar um novo colapso em seu fornecimento, uma vez que, durante várias semanas entre os meses de fevereiro e abril de 1957, o Sistema Adutor de Vaca Brava

demonstrava produzir alguns dos seus últimos suspiros. Fala-nos a imprensa, através da construção de cenários, que nas ruas da cidade transitavam um grande número de meninos, homens e mulheres com latas vazias as mãos, pedindo desesperadamente que lhes arranjassem água para beber.

Algumas ações emergenciais foram tomadas, a fim de apaziguar a sede e os ânimos citadinos:

A prefeitura municipal, o Batalhão do Exército aqui aquartelado, o Governo Estadual, as Residências do DNOCS e do DNER, o Serviço Social da Indústria, mobilizados pelas rádios locais, pelas entidades privadas, que se alarmavam ante a extensão do clamor público, e pelo Vigário Geral da Diocese, que passou a utilizar o púlpito da Catedral e outros meios de difusão religiosa a fim de advertir a gravidade da situação, organizaram um abastecimento d'água de emergência, mediante a aquisição de caminhões pipa, que formaram verdadeira ponte entre esta cidade e os reservatórios de Boqueirão e do Engenho São João, do Distrito de Lagoa Seca, salvando-a da calamidade.²⁶⁷

Quanto às iniciativas para a realização das obras de construção de um Sistema Adutor robusto, moderno e potente, responsável por dar cabo às necessidades campinenses, pudemos localizar um interessante indício que aborda de modo bastante detalhado essa problemática. Trata-se de um relatório que compunha uma série de orientações elaboradas pela Comissão que foi ter com o Presidente Kubistchek, ainda na ocasião da obtenção de verbas para a continuidade das obras de abastecimento e saneamento da cidade.

O citado relatório foi solicitado pelo Ministro Lucio Meira, do Ministério da Viação e Obras Públicas à Comissão, e visava compreender as especificações técnicas dos processos de saneamento da cidade de uma forma mais ampla, considerando os seus detalhamentos e as suas particularidades.

A Comissão, ao elaborar esse minucioso relatório, submeteu as suas diretrizes aos saberes autorizados, contando com o apoio técnico do Escritório

²⁶⁷ Diário da Borborema, Campina Grande, 16 de Novembro de 1958. p.1

Saturnino de Brito e com a consultoria financeira do Escritório Central do Banco do Nordeste no Rio de Janeiro para a sua formulação, salientando:

A)que o [antigo] Serviço de Abastecimento D'água de Campina Grande, [fora] projetado para um consumo máximo de 6.000m³, por deficiência de operação e aumento da população local, estava superado por uma necessidade mínima de 10.000m³, por dia, o que dava origem à situação de calamidade pública ali verificada;

B)que o Açude Boqueirão em via de ser inaugurado, estava destinado a ficar, como os demais grandes Açudes do Nordeste, sem nenhuma função econômica e social, caso não fosse aproveitado para o Abastecimento D'água de Campina Grande;²⁶⁸

Os dois pontos iniciais do documento nos remetem aspectos bastante interessantes, uma vez que estes revelam em termos estatísticos e numéricos a “real” oferta de recursos hídricos e a sua respectiva demanda necessária para a cidade naquele momento.

O relatório afirma ainda que a Comissão, naquele momento, já possuía uma estimativa orçamentária para a construção do Sistema Adutor, uma vez:

C)que já existia ante-projeto; de autoria do Escritório Saturnino de Brito, para aquele aproveitamento, com uma estimativa de orçamento de Cr\$... 103.000.000,00 e estando consignado no Orçamento da República o auxílio de Cr\$ 10.000.000,00 para o ataque das obras;²⁶⁹

Afirmava ainda o relatório “que a população de Campina Grande estava disposta a colaborar com o Poder Público, participando da organização de uma Sociedade de Economia Mista para dividir os encargos da manutenção e

²⁶⁸ Diário da Borborema, Campina Grande, 16 de Novembro de 1958. p.1

²⁶⁹ Diário da Borborema, Campina Grande, 16 de Novembro de 1958. p.1

administração do Serviço de Abastecimento D'água"²⁷⁰, o que nos leva a refletir sobre algo bastante interessante: a criação da SANESA.

A SANESA (SANEAMENTO DE CAMPINA GRANDE S/A) tratou-se de um órgão criado em 26 de dezembro de 1955 pela força do decreto - Lei Nº 1.415 -, e que tinha o objetivo de estabelecer, organizar e centralizar as ações administrativas referentes ao saneamento da cidade, buscando atribuir a este, feições otimizadas e eficazes. Embora no início, período de sua criação e implantação, a SANESA tenha atraído "poucos holofotes", a importância desse segmento administrativo far-se-ia sentir de modo mais eloquente após a conclusão da barragem.

Diziam os periódicos jornalísticos que após a inauguração do serviço de saneamento de Vaca Brava em 1939 a cidade havia tido um grande surto de progresso, e que um dos possíveis fatores pelos quais este quadro de vitórias não havia se perpetuado, seria em virtude da ausência de um órgão administrativo forte e sagaz na cidade, comprometido em representar de modo satisfatório os interesses dos habitantes, capaz de multiplicar os ganhos obtidos pela aquisição daquela benfeitoria, uma vez que, na ocasião, o serviço de administração das águas havia sido centralizado na capital do Estado.

Com a criação da SANESA, não só haveria a promessa de otimizar o combate à sede, mas os campinenses poderiam a partir daquele momento contar com a presença de uma estrutura administrativa física, no novo contexto das águas, na própria cidade, e não mais na capital João Pessoa.

Uma das principais atribuições desse novo segmento administrativo, o primeiro no Nordeste, era "dar um sentido comercial a prestação de serviços, e a população do município de Campina Grande [seria] a primeira do Brasil a pagar as tarifas do serviço pelo preço de custo."²⁷¹ Esse pioneirismo se deu em virtude das iniciativas dos administradores Fleury Gomes, Veneziano Vital do Rego, Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque e Edvaldo de Sousa do Ó, que na qualidade de diretoria, convocaram à Campina o renomado especialista em medição e fornecimento de água, o engenheiro Osmar de Paula Assis, que "passando

²⁷⁰ Diário da Borborema, Campina Grande, 16 de Novembro de 1958. p.1

²⁷¹ DO Ó, Edvaldo de Souza. *Sanesa: história de um bem comum*. Campina Grande: Editora Campina Grande, 1982. p.10

apenas 10 dias na cidade (...) conseguiu montar uma estrutura muito bem aparelhada de medidores de água – hidrômetros – e preparar todo o pessoal técnico”²⁷² para a execução das obras.

Por fim, o relatório apresentado ao Ministro Lucio Meira - Ministério da Viação e Obras Públicas – passava a instituir plenos poderes ao SANEAMENTO DE CAMPINA GRANDE S/A, para a continuidade e administração também da conclusão do novo Sistema Adutor, estabelecendo-se através da nomeação de uma Comissão Incorporadora:

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA

Como etapa final, o Governo da Paraíba constituiu uma Comissão Incorporadora, de acordo com a Lei n. 1.507, de 4 de novembro de 1956 e integrada pelos srs. João Rique Ferreira, industrial e Vice-Presidente da Federação das Indústrias da Paraíba e da Confederação Nacional da Indústria, Severino Bezerra Cabral, Deputado da Assembleia Legislativa do Estado, Fleury Gomes Soares, Presidente da Associação Comercial de Campina Grande, Isaias de Souza do O, industrial e alto comerciante de algodão, e José Lopes de Andrade, Secretário Geral do Conselho Estadual do Desenvolvimento, com a incumbência de organizar a Sociedade de Economia Mista “Sociedade de Economia Mista - Saneamento de Campina Grande S. A. - (SANESA), que terá por finalidade a manutenção e administração do Serviço de Abastecimento Dagua e Saneamento de Campina Grande – Assegurando, por este meio, a comunidade beneficiada pelos investimentos governamentais do Boqueirão, uma participação indispensável a garantia da continuidade e rentabilidade dos capitais investidos segundo os dinâmicos processos da iniciativa privada.”²⁷³

²⁷² DO Ó, Edvaldo de Souza. *Sanesa: história de um bem comum*. Campina Grande: editora Campina Grande, 1982. p.10

²⁷³ Diário da Borborema, Campina Grande, 16 de Novembro de 1958. p.3

Uma parcela dos serviços também permaneceria delegada ao DNOCS, algo que representou verdadeiramente ruptura em relação ao posicionamento político realizado pelo Governo Federal, até aquele momento, em relação aos dissonantes quadros pintados pelo “combate” à seca nordestina, o que em certa medida nos confirma a abertura do certo “precedente governamental”, anteriormente citado, uma vez que o DNOCS estaria incumbido, por definição, à realização de grandes obras coletivas, não atendendo até aquele momento os interesses específicos de um único município. Nesse contexto, construir um Sistema Adutor para Campina Grande (além da barragem) pelas mãos também do DNOCS tratou-se de um significativo avanço na política de combate às secas nordestinas. Sobre essa questão:

DNOCS ASSUME A EXECUÇÃO DA ADUTORA

Este relatório, entregue ao sr. Juscelino Kubitschek pelo Senador Ruy Carneiro, foi encaminhado, por despacho do Presidente, ao Ministro da Viação e ao Diretor Geral do DNOCS, tendo, em consequência, o Governo Federal, por intermédio do DNOCS, chamado a si a responsabilidade da execução da Adutora, o que realmente se deu com a designação do engenheiro José Rabelo Mariotti para dirigir as obras em princípios de 1958.

Desde então foram acelerados os trabalhos, em ritmo de campanha, visando a inauguração da Adutora em Maio de 1958, segundo aniversário do Encontro de Bispos do Nordeste. Verificada a impossibilidade da inauguração nesta data, foi a mesma transferida para julho do mesmo ano. Ainda então, porém, não foi possível, sendo marcada a inauguração definitiva para 7 de novembro de 1958, por determinação do Presidente da República.²⁷⁴

Em termos técnicos, visando à concretude dos trabalhos de personificação do novo Sistema Adutor do Boqueirão de Cabaceiras, as autoridades políticas e

²⁷⁴ Diário da Borborema, Campina Grande, 16 de Novembro de 1958. p.2

os representantes da engenharia sanitária passaram a estabelecer constantes ciclos de diálogo, orientados pelas diretrizes administrativas dessa Comissão supracitada. Tinham em mente os números aproximados e demandas pretendidas.

Os debates resultantes da reunião desses esforços concluíram que, através de estudos preliminares, a adutora deveria ser constituída de dois materiais: “1) em tubos de aço; 2) e em tubos de concreto armado, com duas alternativas: concreto centrifugado e concreto protendido, com a capacidade para 21 milhões de litros em 24 horas”²⁷⁵, algo que, após iniciado o bombeamento da vasão, dinamizaria o fornecimento a fim de sanar a instabilidade do recurso, reestabelecendo rapidamente as necessidades cidadinas.

O plano, em tese, mostrava-se bastante eficaz:

construir uma Usina de Recalque n.1 e tomada D'água as margens do Rio Paraíba, [seguido de outra] Usina de Recalque n.2 no Sítio Gravatá, [além de] dois reservatórios, um para 2 mil e outro para 4 mil metros cúbicos, valetamento para tubulações, tanques de filtração e decantação, etc.²⁷⁶

Quanto ao início destas etapas de canalização das águas do manancial, marcadas pela extensão dos canos, perfuração de valas e implantação das tubulações, pudemos localizar um interessante registro fotográfico que representa a produção de um olhar sobre o cotidiano dos trabalhadores que “faziam” a obra.

²⁷⁵ Diário da Borborema, Campina Grande, 16 de Novembro de 1958. p.3

²⁷⁶ *Idem.*

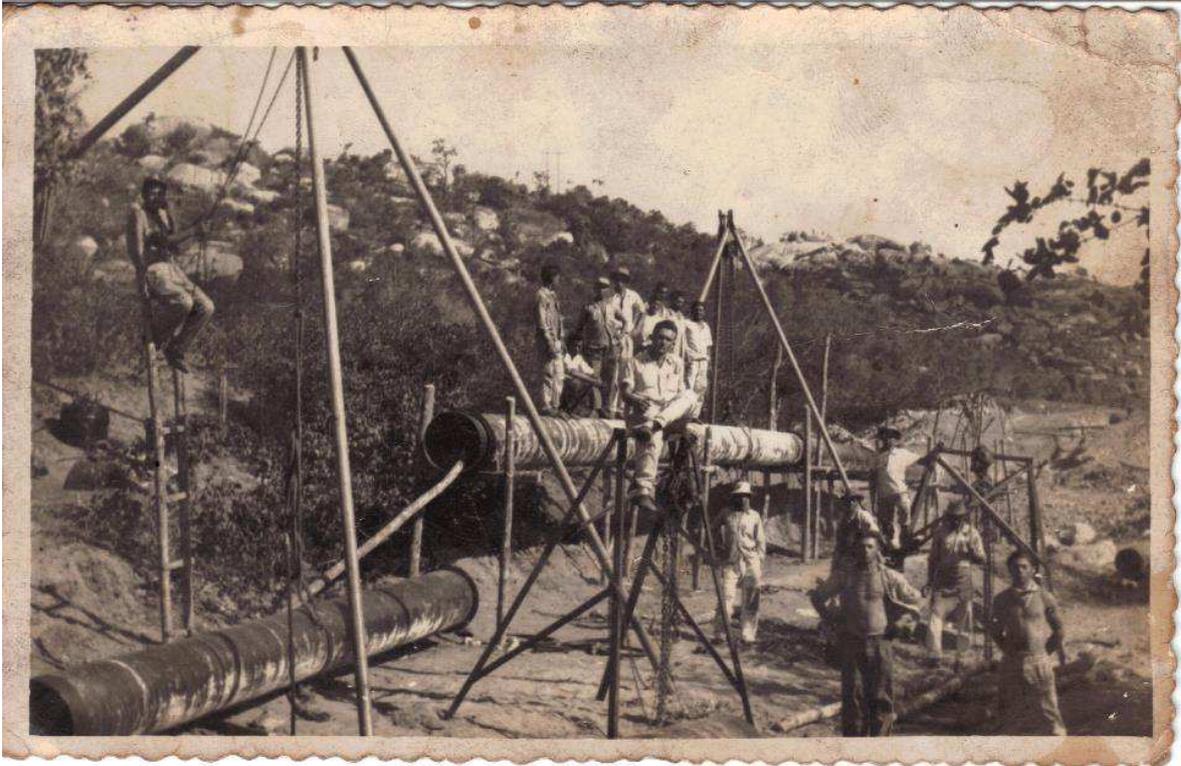


Foto 08: Trabalhadores e tubulações na construção do Sistema Adutor – Sítio Gravatá – 1958
Acervo do D.N.O.C.S

O registro fotográfico acima retratado foi realizado pelo DNOCS, e tinha o objetivo de mapear o andamento de implantação das tubulações referentes ao serviço de construção do novo Sistema Adutor. Percebe-se na imagem, novamente, a ausência de quaisquer materiais de segurança e proteção para os trabalhadores. Vê-se na fotografia um emaranhado de escoras e cavaletes posicionados junto às tubulações de modo “desordenado”, à medida que estes não indicam responder a um padrão específico de planejamento do ponto de vista técnico e racional. No canto superior esquerdo da imagem, vemos um trabalhador apoiado sobre uma escada rudimentar e suspenso por cordas, postura que, em determinada medida, assemelha-se e faz rememorar um trapezista voador em um cenário circense. Um operário, em especial, realiza uma em pose solitária, reservada e defensiva ao cruzar as pernas no centro da imagem, enquanto os outros demais trabalhadores “equilibram-se” sobre os canos do progresso e da civilização.

Os periódicos jornalísticos do período, mais especificamente o Jornal Diário da Borborema, afirmavam que a parcela financeira referente à aquisição destes materiais anteriormente listados, estaria a cargo dos recursos “prometidos” pelo Governo do Estado, em acordo firmado anteriormente²⁷⁷, porém o ritmo dos trabalhos logo se vira em nova e vertiginosa diminuição de contingente, em virtude da falta de numerário, visto encontrar-se praticamente esgotado o empréstimo de 24 milhões de cruzeiros, tomado ao Banco do Nordeste, do qual o Estado havia desviado de finalidade cerca de 3 milhões de cruzeiros.²⁷⁸

Cogitavam-se rumores nos círculos intelectuais e no cotidiano dos transeuntes afirmando a intensão do Governo do Estado em tomar por novo empréstimo a quantia de 26 milhões de cruzeiros, a fim de dar cabo à obra. Outros diálogos afirmavam que fontes extremamente seguras haviam informado que o Banco do Nordeste se negava a realizar a operação em virtude da falta de garantias reais oferecidas pelo tomador. Essa “batalha” financeira de Campina Grande pela conquista das verbas para a adutora se estenderia por mais de um ano a fio, e seria “revivida” por esse periódico jornalístico (Diário da Borborema) ao longo de várias matérias.²⁷⁹

Em meio a esse novo quadro de espera, ânimos se exaltavam. A efervescente atmosfera política e social representada nos discursos das mídias campinenses via-se imersa em novos contextos de disputas, e a demora na finalização dos trabalhos alimentava a fornalha das especulações, gerando, mais uma vez, uma nova série de conflitos e tensões materiais e simbólicas no caminho sinuoso das águas campinenses.

O lirismo crítico e sagaz dos cronistas urbanos se destaca mais uma vez neste contexto, e é através das posturas de Cristino Pimentel que tomamos parte em um novo contexto, à medida que através das suas palavras escritas, a escassez de água é pensada enquanto dispositivo que regula a relação entre os vivos e os mortos. Ao refletir e apropriar-se do dia de finados, o cronista denuncia a inexistência de água não só para matar a sede dos vivos, mas também para

²⁷⁷ Cujas despesas foram divididas entre a Prefeitura Municipal, o Governo do Estado e o Governo Federal. Sobre essa questão, consultar o capítulo anterior desse texto.

²⁷⁸ Diário da Borborema, Campina Grande, 16 de Novembro de 1958. p.3

²⁷⁹ Diário da Borborema, Campina Grande, 26 de Outubro de 1957. p.01.

regar as flores da memória dos mortos. Segundo o cronista, faltava água também nos cemitérios campinenses.

Pode-se dizer meu amigo que o dia 2 de novembro é um dia alegre, pois nesse dia realiza-se a festa da Lágrima e da Saudade. Dia em que as flores são mais procuradas e mostram-se mais belas, e são conduzidas em todos os colos as braçadas. Umas mostrando-se viçosas com a beleza exaltada, como Frinéa diante dos juízes; outras já murchas colhidas na véspera da visita ao cemitério para adornarem a cova rasa dos humildes.

Um cemitério é lugar de que se deve amar. Pede caricias mil, mil cuidados. O cemitério de uma cidade revela o caráter de um administrador. Não somente nas obras para os vivos que dizem bem de um prefeito. O cemitério fala do quilate da sua formação. Se é uma caridade cuidar dos vivos miseráveis, é uma benemerência zelar a casa dos mortos.²⁸⁰

Ainda sobre essa questão, localizamos outro relato veiculado as páginas do Diário da Borborema, e que buscava denunciar e combater o “comércio irregular” de latas d’água que se estabelecia no interior dos cemitérios campinenses.

Exploração no cemitério durante o dia dos mortos

Água a dez cruzeiros a lata – Fato inédito em nossa cidade – Falta de respeito aos que se foram deste mundo.

Como acontece todos os anos, no Dia de Finados, a população da cidade, acorre aos cemitérios do Monte Santo, levando flores, para prestar mais uma homenagem aos seus mortos.

Este ano, foi grande o número de pessoas, que foi até aquela necrópole, usando os mais variados meios de transporte, para render o seu preito de saudade, aos mortos queridos, ora depositando coroas de flores, ora rezando suas orações, ao pé dos túmulos.

²⁸⁰ A união, João Pessoa. 01 de janeiro de 1957. p.1

Pessoas de todas as camadas sociais, lotaram as dependências do cemitério de Monte Santo, emprestando ao Dia dos Mortos, um movimento desusado?

Comércio

Um fato até então desconhecido, inédito em nossa cidade, foi a venda, de água, feita ao pé dos túmulos, ao preço de Cr\$ 10,00 a lata.

O cemitério encheu-se com o comércio das latas d'água, concorrendo por sua vez, para ao lado dos mendigos²⁸¹, roubar todo o respeito consagrado ao dia de Finados.

E de se esperar, que para o ano vindouro, um policiamento mais efetivo, impeça a repetição de tais fatos, assegurando ao povo campinense uma melhor oportunidade de prestar o seu culto de veneração ao Dia dos Mortos.²⁸²

Em termos de combate às “práticas alternativas” de obtenção de água em Campina, a exemplo daquelas realizadas no interior dos cemitérios e nas outras inúmeras esferas da cidade²⁸³, não apenas os populares “aguadeiros” estariam na mira vigilante das ordens sanitárias, mas os próprios funcionários do saneamento passaram a figurar como objeto de investigação.

Desde o início dos anos 1950 os periódicos jornalísticos já mapeavam a atuação irregular dos chamados “tubarões da água doce”, termo pelo qual eram referenciados os funcionários do saneamento responsáveis por realizar outra modalidade do “comércio alternativo” das águas (originalmente “gratuitas”²⁸⁴) em Campina Grande, a exemplo do que nos diz a denúncia do Jornal de Campina.

E por incrível que pareça existem até os tubarões da água. Esses tubarões vivem de vender água das torneiras ao povo. Isso nas

²⁸¹ A mendicância é aqui interpretada como prática inestética e “criminosa”, e que deveria ser escondida, investigada e submetida aos olhares vigilantes e punitivos da força policial.

²⁸² Diário da Borborema, Campina Grande, 05 de novembro de 1957. p.1

²⁸³ Sobre essa questão, consultar o primeiro capítulo desse texto.

²⁸⁴ Em nossas pesquisas a partir de levantamento feito nos documentos técnicos da SANESA, percebemos a existência de alguns chafarizes que possuíam a venda formal de água potável, localizados em sua maioria no atual centro da cidade, e outros, localizados em áreas menos abastadas, a exemplo do bairro do José Pinheiro, que serviam a comunidade sem que se fosse necessário fazer qualquer tipo de pagamento ou cobrança formal.

barbas do diretor do saneamento que não toma nenhuma medida. Temos em nosso poder uma lista desses exploradores.

Este, infelizmente é o destino do povo campinense: contribuir muito e nada receber; comprar água aos tubarões e beber água com gosto de remédio. E como nada pode fazer, o remédio é mesmo esperar.²⁸⁵

Ainda segundo o Jornal, as formas de obtenção dessa água, vendida de “modo irregular” por alguns funcionários do saneamento se dava junto aos tanques de lavagens e em alguns chafarizes da cidade, e possuíam interessantes dinâmicas.

Com base em um dos relatórios do SANEAMENTO DE CAMPINA GRANDE, podemos visualizar algumas das atribuições referentes ao perfil profissional do “Auxiliar Técnico de Serviços Sanitários”²⁸⁶, as quais consistiam na: “Abertura da válvula central” do chafariz, algo que se dava nas primeiras horas da manhã, seguindo-se do “regulamento, fornecimento e ordenamento da vazão”, mediado ainda pelo “controle e distribuição do recurso”, procedimentos que de certo modo lhe rendiam alguns poderes e privilégios.

Os funcionários do saneamento (dentre os quais os “tubarões”) iniciavam a suas atividades por volta das “cinco horas da manhã”²⁸⁷, momento onde uma certa concentração de povo já se aglomerava nas imediações dos chafarizes, prontamente munidos com as suas latas, baldes e bacias a fim de coletar o precioso líquido, instante onde uma curiosa e diversificada paisagem de feições e gestos se avolumava, memórias e anedotas eram revividas pelos populares, espaço onde muitas vezes a dinâmica referente ao mundo do trabalho se iniciava na cidade.

Desde as primeiras horas do dia, dali saía muitas das demandas hídricas responsáveis pelo sustento das lavadeiras, da lida doméstica das donas de casa e da organização e provisão das necessidades cotidianas dos homens ordinários

²⁸⁵ Jornal de Campina, Campina Grande, 08 de novembro de 1953 p.2

²⁸⁶ *Livro de correspondências recebidas – SANESA –. Pessoal - Nº049 AS/Cotas. Campina Grande, 25 de junho de 1955.*

²⁸⁷ *Idem.*

e das elites, atividade que se estendiam até as “sete horas da noite”²⁸⁸, período que marcava o fim dos trabalhos do Auxiliar Técnico, e a suspensão do fornecimento aquífero daquela artéria até a manhã seguinte.

Acontece que em alguns casos, esses citados “tubarões”, sorrateiramente, voltavam a fornecer água aos “interessados” após as “sete horas da noite”, fora do horário habitual do expediente de trabalho, e sem o prévio conhecimento das autoridades sanitárias, algo que se dava em troca de alguma soma em dinheiro e/ou outros benefícios.

Em nossa pesquisa localizamos um curioso documento que relata o caso de demissão de um funcionário do saneamento em virtude deste ter realizado algumas práticas muito semelhantes às aquelas descritas acima, vamos ao texto:

João Pessoa, 30 de junho de 1956

Prezado Amigo João Honório,

Preliminarmente, faço votos pela sua felicidade pessoal e dos seus.

Retornando dessa cidade, depois de ter empregado todos os esforços no sentido de falar-lhe pessoalmente e tenho sido frustrado nesse objetivo, recorro à correspondência para tratar de dois assuntos distintos, objeto da minha ida até ai.

O primeiro deles diz respeito ao sr. Antônio dos Santos, antigo funcionário da Repartição de Saneamento que a doença inutilizou, obrigando-o a recorrer a aposentadoria.

Acabo de receber dele uma carta pela qual expõe a angustia por que vem passando, em decorrência de um ato seu que o dispensou da modesta função de Auxiliar Técnico de Serviços Sanitários em um dos chafarizes do bairro de José Pinheiro.

Segundo relato seu (dele), o caso se passou da seguinte maneira: aposentado já há alguns anos e com o irrisório salário de Cr\$ 1.700,00, obteve de administrações anteriores a permissão de trabalhar no citado chafariz de onde ganhava Cr\$ 2.400,00 mensais que o ajudavam a manter a sua “nova” família (o velho a

²⁸⁸ *Idem.*

exemplo de outros homens mal formados, é também desquitado, tendo por isso formado outro lar a esta altura composto de mulher e 7 filhos...) Ultimamente, devido a doença no seio de sua (dele) “família” viu-se obrigado a utilizar da importância de Cr\$ 250,00 (Duzentos e cinquenta cruzeiros) para a obtenção de remédio para um dos seus, o que o levou a permanecer em horários posteriores ao expediente no citado chafariz, obtendo através de venda “autônoma” a noite a importância de Cr\$ 190,00 (Cento e noventa cruzeiros) segundo o seu (dele) relato. Acresce, entretanto, que o Supervisor daquela localidade era seu (dele) desafeto e aproveitou a oportunidade para fazer “cavalo de batalha” com a intenção de prejudicar, tendo o Dr. Afonso Benevides sem maiores explicações demitido o pobre pai de família por esse motivo, deixando-o ao desespero e submetido a tortura de uma angústia que a sua própria consciência repugna, o qual hodiernamente encontra-se muito arrependido da referida ação.²⁸⁹

O documento supracitado trata-se de uma correspondência de autoria de um dos assessores da “Secção Técnica do Serviço de Saneamento” da capital, Sergio Goulart, destinado ao Dr. João Honório Cavalcante, engenheiro civil a serviço do Saneamento de Campina Grande. Elaborado em tom respeitoso, e com alguns “grifos” de orientação moralizante, buscava interceder pelo reingresso do Sr. Antônio dos Santos, Auxiliar Técnico de Serviços Sanitários, ao antigo cargo que ocupara no saneamento da cidade. Esse relato em certa medida, atribui alguma legitimidade às denúncias identificadas em determinadas parcelas da imprensa campinense sobre a problemática anteriormente referida.

Além das “astúcias” dos “tubarões”, outras disputas também permeavam o cotidiano dos campinenses, à medida que a espera pela conclusão das obras de construção da adutora fazia sentir certa insegurança, uma vez que não se tinha previsões “confiáveis” e “consistentes” para a finalização e entrega dos trabalhos.

²⁸⁹ *Livro de correspondências recebidas – SANESA –. Pessoal - Nº212 AS/Cotas. Campina Grande, 14 de julho de 1956.*

Mais eis que uma nova onda de esperança começa a ressurgir no desértico horizonte de expectativas da cidade, à medida que novos avanços nas negociações entre a esfera administrativa estadual e o Banco do Nordeste começam a verter frutos positivos.

É nesse momento que a SANESA (em parceria com o Escritório de Saturnino de Brito) passa a fazer uso mais efetivo dos recursos da União destinados ao financiamento das obras, garantindo a aquisição de alguns dos materiais necessários para a realização dos trabalhos, fato que passaria a figurar como realização cada vez mais próxima e possível, como nos fala o Jornal Diário da Borborema:

A chuva cai e reverde os compôs e faz germinarem as sementes que o lavrador plantou com a esperança na alma. O sol surge e faz crescerem as plantas. O homem recebe esses favores de Deus e nem sabe por que os recebeu. Colhe os frutos e não se recorda de como os obteve.

Cremos que um dia, não será distante, os campinenses abrirão as torneiras de suas casas e a água generosa jorrará. Eles não se lembrarão talvez de como conseguiram essa água dadivosa.

Vale a pena repassar, como ontem vínhamos tentando fazer, a conjugação de esforços que está sendo empreendida com o fim de abastecer de água esta cidade.

O Governo Federal, ao qual tantas culpas atribuímos, dará 130 milhões de cruzeiros para as obras da adutora do Boqueirão. Não apenas dará: já está dando esse dinheiro, já está quase terminando o seu compromisso.

Oitenta milhões foi uma das quotas ainda recentemente entregues a empresa construtora.²⁹⁰

De posse desses “novos recursos” o ritmo dos trabalhos passou a ter novo fôlego. Do Rio de Janeiro, foram adquiridos os transformadores e as pontes rolantes. Os canos que dependiam da ARMCO também não tardariam a

²⁹⁰ Diário da Borborema, Campina Grande, 27 de outubro de 1957 p. 7

chegar.²⁹¹ Mas um novo incidente anunciado pelo mesmo jornal dois dias depois, trataria de promover um verdadeiro “banho de água fria” nas expectativas dos campinenses, uma vez que os materiais recém-adquiridos, ironicamente, seriam tragados pelo fogo, à medida que ocorreria um:

Misterioso incêndio no Depósito do DNOCS

Material para a adutora foi totalmente destruído – Bombeiros chegaram atrasados

Depois de 11: 30 horas de ontem o vigia do Depósito do DNOCS nesta cidade, sr. Vicente Ferreira, ao fazer serviço de ronda, notou fumaça num dos pátios do edifício. Indo verificar, descobriu que pegavam fogo quatro caixas contendo material elétrico de recalque que acionará as bombas impulsoras da água de Boqueirão para esta cidade.

Por que não estavam assentadas

O referido material, juntamente com os grandes transformadores de 1.000 KVA, haviam chegado recentemente do Rio de Janeiro a fim de ser entregue ao Escritório Saturnino de Brito e instalado nas obras da adutora.

Em vista da falta de recursos, com que vem lutando aquele escritório, houve um atraso nas aludidas obras, não podendo o material elétrico ser imediatamente assentado logo depois que chegou.²⁹²

Novamente perdia-se de vista o fim da jornada. Especular um prazo para a conclusão das obras do novo Sistema Adutor parecia ser algo quase impossível, mediante tantos imprevistos e subtrações. De imediato, logo após a instauração de um inquérito investigativo, cogitou-se a possibilidade de sabotagem, algo que

²⁹¹ Diário da Borborema, Campina Grande, 27 de outubro de 1957 p. 7

²⁹² Diário da Borborema, Campina Grande, 29 de outubro de 1957. p. 1 e 4

nunca seria de fato averiguado. Ainda segundo o incidente, o periódico traz ainda algumas questões.

Também atrasados os bombeiros

Constatado o incêndio pelo vigia Vicente Ferreira, foi chamado urgente pelo telefone o Corpo de Bombeiros que, entretanto, não chegou a tempo em virtude de faltar bateria no seu carro principal.

Já estavam praticamente destruídas as caixas de isoladores quando os bravos soldados do fogo ali apareceram, tendo providenciado as medidas mais urgentes que se faziam necessárias.²⁹³

A “sorte” parecia não caminhar ao lado do Saneamento de Campina Grande. Várias das esferas sociais da cidade começavam a pronunciar certos (e novos) indicativos de desilusão e descontentamento. A cidade, novamente, parecia “descalça” à medida que aquele melhoramento tão sonhado e desejado pelos discursos oficiais e aguardado pelas expectativas populacionais mostrava-se turvo em seu desfecho.

Alguns órgãos públicos, a exemplo da Maternidade, Matadouro e Pronto Socorro Municipal chegaram a formalizar inúmeras solicitações endereçadas aos dirigentes do Saneamento de Campina Grande, a fim de que este viesse a garantir o fornecimento de água para aqueles espaços.²⁹⁴ Além das preocupações sobre a ameaça de escassez do recurso hídrico nos hospitais da cidade, recebiam também os representantes do Saneamento queixas sobre o crescente número de “muriçocas” e “pernilongos” que se fizera perceber em praticamente todos os bairros campinenses.²⁹⁵ A existência dessas solicitações formais, elaboradas através de mecanismos legais (ofícios), sugere-nos que

²⁹³ Diário da Borborema, Campina Grande, 29 de outubro de 1957. p. 1 e 4

²⁹⁴ *Livro de ofícios recebidos – SANESA – N°/12 AS/Entradas.* Campina Grande, 18 de março de 1957.

²⁹⁵ *Idem.*

proliferação da insalubridade batia com força a porta do projeto modernizador, ora interrogado e posto sob crivo, por alguns olhares.

Nos meses que se seguiram, novos equipamentos foram adquiridos, e o projeto de canalização das águas voltava a demonstrar certo alinhamento. Os recursos advindos do Governo Federal foram decisivos nestes eventos, compreendendo a predominância do montante de investimentos realizados na obra.

À medida que as obras de construção da Adutora iam caminhando. A partir dos momentos pelos quais os seus longos braços, canos e tubulações começavam a invadir as ruas e artérias em direção ao seio da urbe, perfurando o solo da cidade e perscrutando os espaços citadinos, os olhares vigilantes do Saneamento voltavam-se novamente para os populares, à medida que a estes eram atribuídas outras práticas “alternativas” para a obtenção do recurso, e que deveriam ser combatidas, à medida que essas “transgressões” não deveriam ser reproduzidas também durante a execução do novo serviço de abastecimento.

Quanto a estas “práticas” podemos destacar o caso do senhor “Pedro Bezerra Alves”²⁹⁶, formalmente contatado pelo Saneamento a fim de que prestasse esclarecimentos por ter realizado uma ligação de água “clandestina” na artéria onde residia, e sem o prévio conhecimento da SANESA. Outro caso semelhante era o do senhor “Antônio Guimarães Pereira”²⁹⁷, que além de incorrer em prática equivalente, realizava também o comércio indevido do recurso, captado a partir de “ligações extraoficiais” e sem a mediação de hidrômetro, repassado aos “interessados” de forma “indiscriminada”. Tendo ainda o caso de “José Antônio de Souza”²⁹⁸, que também infringiu “clandestinamente o art. 16 do decreto de nº 1428 de 24 de Abril de 1926”, em vista de ter mando executar por “instaladores particulares” um novo “ramal externo” em sua residência.

Em meio a esse quadro de mudanças e transformações nos quesitos relativos à água na cidade, a estrutura física e as feições urbanísticas também se

²⁹⁶ *Livro de ofícios expedidos – SANESA – Nº/28 AS/caixa. Campina Grande, 11 de janeiro de 1958.*

²⁹⁷ *Livro de ofícios expedidos – SANESA – Nº/31 AS/caixa. Campina Grande, 19 de janeiro de 1958.*

²⁹⁸ *Livro de ofícios expedidos – SANESA – Nº/33 AS/caixa. Campina Grande, 19 de janeiro de 1958.*

alteravam. A materialidade passava por um processo de reordenação. O solo urbano, aos poucos, ganharia a intervenção incessante dos maquinários e picaretas, que rasgavam grandes sulcos em sua “pele” a fim de dar repouso derradeiro aos vastos canos do saneamento.

Grande parcela dos articuladores políticos e entusiastas do projeto (além de grande parcela populacional) tinha pressa para que fossem instaladas as formulas salvadoras do fornecimento hídrico, para que assim pudessem desaguar os medos, dando vasão ao fluxo da tranquilidade e da esperança.

A expansão dos caminhos percorridos pelos canos do saneamento causavam impressões otimistas aos transeuntes, mas além de alegria do entusiasmo e da esperança, a modernidade também trazia transtorno, conflito e certa dose de “confusão”, à medida que a dinâmica das ruas e do fluxo de pessoas e automóveis passaria a ser alterado.

A inconclusão e o atraso dos serviços realizados em algumas artérias principais do centro da cidade, e por vezes a inexistência da sinalização ou advertência aos pedestres e aos motoristas, “onde foram abertas verdadeiras crateras, [convertiam-se em] sérios e reais perigos para veículos e para o próprio povo”²⁹⁹. “Em alguns desses locais os veículos [eram] obrigados a transitar por sobre as calçadas e praças, devido a completa interdição, por dias e até meses, dos leitos de muitas ruas, avenidas e logradouros”, causando grandes desconfortos.

Em outros casos, em lugares onde existiam também intervenções do saneamento, por sua vez devidamente sinalizadas e identificadas, esses passariam a ser muitas vezes “acometidos” pela força de “maus elementos”, responsáveis por depredar e avariar esses recursos de orientação, contribuindo para a complicação do problema.

Sobre essa questão localizamos um ofício elaborado por um dos chefes do Saneamento, o assessor Lynaldo Cavalcante, endereçado em resposta a um contato prévio, estabelecido pelas autoridades policiais, na figura do “Ilmo. Sr. capitão Francisco Pequeno de Souza” M.D. Chefe da 3º C.R.T. de Campina

²⁹⁹ *Livro de ofícios recebidos – SANESA – N°/144. AS/saídas. Campina Grande, 22 de março de 1958.*

Grande, e que buscava averiguar a veracidade de denúncias anteriormente recebidas contra as irregularidades da sinalização do saneamento.

Senhor Chefe,

Sobre o ofício nº 177, dessa Circunscrição, tenho a informar o seguinte: a) nossa sinalização tem sido feita através de cavaletes de madeira pintados de amarelo, com o letreiro S.C.G. ou SANESA, durante o dia.

Quando tentamos deixar sinalização à noite, a experiência tem sido amarga, pois maus elementos tem provocado a quebra, ou desaparecimento do equipamento.

Estamos porém dispostos a colaborar com V.S. e solicitamos fornecer-nos detalhes de tipos mais adequados de sinalização, a fim de providenciarmos.

Cordiais Saudações.³⁰⁰

O auxílio da força policial figurou como matéria também para os clamores do Saneamento. Garantir a integridade dos funcionários, das máquinas e das obras também fez parte das preocupações da SANESA, à medida que as ações dos “maus elementos” eram identificadas em grande número, antes mesmo da conclusão da adutora.

Ao longo dos meses finais de construção da obra, os casos de “transgressões” e “sabotagens” uma vez atribuídos a estes “maus elementos”³⁰¹ passariam a atingir números preocupantes e expressivos, a exemplo da “invasão a propriedade pública através da violação das cercas”, das “ameaças sofridas pelos funcionários do saneamento”, “destruição das caixas protetoras das descargas da linha adutora”, do “roubo de equipamentos, tubulações e de

³⁰⁰ *Livro de ofícios expedidos – SANESA – Nº/177 AS/caixa. Campina Grande, 19 de janeiro de 1958.*

³⁰¹ Alguns ofícios emitidos pelo saneamento e endereçados às autoridades policiais, bem como alguns periódicos da mídia impressa do período, atribuíam essas transgressões aos chamados “aguadeiros”. As representações elaboradas por esses segmentos dão a ler que tais “transgressões” seriam na verdade uma forma de “resposta”, ou seja, de “resistência” dos populares em oposição a esse projeto modernizador, uma vez que o mesmo poderia, em tese, “ameaçar” o seu sustento e o seu “modo de vida”.

ferramentas”, do “roubo de fios da linha telefônica”, entre muitas outras transgressões.³⁰²

Nesse sentido, localizamos um interessante ofício elaborado pela SANESA, na figura de Fleury Gomes Soares, e endereçado ao Governador do Estado, e que tinha com o objetivo contatar as autoridades policiais a fim de que tomassem providências a respeito dessas questões.

Pedimos vênias para encarecer a Vossa Excelência que se digne autorizar ao Exmo Senhor Secretário do Interior e Segurança Pública providências para que seja instaurada urgente e rigorosa sindicância a fim de apurar e punir os responsáveis pelas sucessivas invasões e danos que vêm sendo causados à Adutora do Rio Paraíba (Boqueirão), propriedade pública federal, ora sob a guarda da SANESA, no trecho compreendido entre as Usinas de recaladoras de “Gravatá” e “Vereda Grande” e situado em território dos municípios de Boqueirão e de Campina Grande, deste Estado, restabelecendo-se a necessária garantia e proteção policial aquele bem coletivo e preservando-o de novos ataques.³⁰³

À medida que as autoridades policiais tomaram conhecimento dos fatos, passaram a estabelecer constante vigilância nos espaços referidos, uma vez que priorizar a integridade dos funcionários e a segurança dos equipamentos virou bandeira de ordem para as autoridades públicas, algo que, ao término dos trabalhos, seria referido como um dos pontos determinantes, responsáveis pelo sucesso do projeto.

Muitas questões ainda foram apontadas também pela imprensa campinense a respeito dessas problemáticas acima referidas, o que nos faz refletir sobre os modos distintos de apropriação e subjetivação desse projeto

³⁰² *Livro de ofícios expedidos – SANESA – N°33/58 AS/Presidência.* Campina Grande, 19 de janeiro de 1958.

³⁰³ *Livro de ofícios expedidos – SANESA – N°33/58 AS/Presidência.* Campina Grande, 19 de janeiro de 1958.

modernizador, experienciado pelas mais diversas camadas populacionais da cidade. A conquista da água em Campina Grande, apensar de representar um significativo avanço em termos de salubridade e saneamento, (sem falar nos claros e consolidados motivos de combate à sede), também figurou como um processo de exclusão, marcado por inúmeros quadros de disputas e conflitos, e que também ajudaram a constituir alguns dos inúmeros cenários, por vezes subjetivos e dissonantes, produzidos e permeados ao curso da aquisição dessa benfeitoria.

Mas eis que no dia 6 de novembro de 1958 “a cidade” amanhece bastante em polvorosa. Estampada na capa dos principais veículos de comunicação, a notícia “salvadora” sobre a visita de um ilustre forasteiro, o Presidente Juscelino Kubitschek, se fazia perceber e trazia novo ânimo a um cenário outrora desolado.

A novidade, apesar de aguardada e desejada com entusiasmo por inúmeros campinenses, causava ao mesmo tempo certo ar estranhamento. Uma brisa suave se abatia sobre as esperanças de grande parcela dos habitantes, mas havia aqueles temerosos, e que ao debruçarem as suas expectativas sobre a inauguração do novo equipamento, novamente se questionavam: será que finalmente o sonho seria realizado? Ou as expectativas se converteriam em novo pesadelo? A cidade poderia (enfim) abrir as suas torneiras, e fazer desaguar a esperança, a fim de realizar o uso satisfatório do recurso pretendido?

Nesse dia, os jornais campinenses trataram de anunciar a boa nova, a exemplo do que ocorrera nas páginas do Diário da Borborema, que nos traz em sua matéria de capa a seguinte manchete: “Amanhã, um grande dia na história de Campina Grande – Inauguração das obras do abastecimento d’água”.³⁰⁴

Desde as primeiras horas da manhã corriam de lá para cá os últimos preparativos. Embora a cidade estivesse “aguardando visita” já há alguns dias, até aquele minuto “não se sabia ainda quantas e quais as individualidades que constituiriam a comitiva presidencial”³⁰⁵. Muita água foi usada nesse dia. A cidade precisava estar “limpa e perfumada” para a presença de um visitante ilustre, o Presidente Juscelino Kubitschek que viria em pessoa acompanhar o acionamento dos motores do novo e potente sistema adutor.

³⁰⁴ Diário da Borborema, Campina Grande, 6 de Novembro de 1958. p.1

³⁰⁵ Diário da Borborema, Campina Grande, 6 de Novembro de 1958. p.1

De acordo com algumas orientações e procedimentos técnicos de segurança, optou-se pela utilização do campo de pouso do Recife, seguindo dali os ilustres membros da comitiva em outra aeronave, de menor porte, com destino a Paraíba.

Senadores, deputados federais e demais personalidades do mundo político e social, a exemplo do “Embaixador Assis Chateaubriand e o Superintendente Geral dos Diários, Rádios e Televisão Associados”³⁰⁶ trataram de aprontar uma suntuosa recepção, ornamentos que abrilhantariam ainda mais as festividades de inauguração da Adutora de Boqueirão de Cabaceiras.

As ruas e praças centrais da cidade foram enfeitadas. Os arcos, as faixas, as flâmulas e as cercaduras dos retratos do Presidente podiam ser visualizados em todos os lugares.

Da capital João Pessoa, assinalou presença o então Governador Pedro Moreno Gondim, que junto a uma numerosa comissão aguardaria o Presidente da República no aeroporto João Suassuna. Estava tudo pronto, o cenário político e social estava montado e aguardava ansiosamente os acontecimentos do dia seguinte.

O itinerário do Presidente J.K. em Campina Grande traduzia-se no cumprimento de um extenso cronograma, do qual os principais eventos consistiam nas seguintes realizações: às 15h30min se daria a recepção no Aeroporto Municipal, seguido da inauguração do trecho da pavimentação que inclui o trajeto entre o próprio Aeroporto e a Cidade. Visita ao Grupo Cariri e a Exposição de Produtos FORD, além do comparecimento à Rua Maciel Pinheiro a fim de assistir e contemplar os festejos e a alegria dos populares em virtude da ocasião de sua visita. Ao fim do dia, estava a autoridade comprometida em fazer-se presente a um banquete que seria realizado no “Campinense Club”, e reunião com o Governador da Paraíba, Bispos e algumas outras autoridades da Região. Mas sem dúvida, duas ações em particular despertavam a admiração e a expectativa das várias camadas sociais da cidade: a inauguração da nova adutora

³⁰⁶ Diário da Borborema, Campina Grande, 6 de Novembro de 1958. p.1

e a inauguração da estátua em sua homenagem, localizada na Praça da Bandeira.³⁰⁷

No dia 7 de novembro de 1958 chega à cidade a comitiva presidencial, e o cronograma inicialmente pensado foi seguido à risca. Após a inauguração de algumas obras e a realização de debates, pronunciamentos e homenagens políticas e populares àquela autoridade, deslocou-se o Presidente Juscelino Kubitschek ao Reservatório da Prata, a fim de realizar um dos momentos mais aguardados pelos campinenses ao longo dos anos 1950: a inauguração e abertura das válvulas de bombeamento da Adutora de Boqueirão de Cabaceiras. Sobre esse evento, localizamos a representação de um registro fotográfico produzido pelo fotógrafo José Cacho.



Foto 08: Juscelino Kubitschek no Reservatório da Prata - Inauguração e abertura das válvulas de bombeamento da Adutora de Boqueirão de Cabaceiras – 1958
Acervo do Museu Histórico de Campina Grande

³⁰⁷ Diário da Borborema, Campina Grande, 7 de Novembro de 1958. p.1

Segundo relatam alguns jornais campinenses do período, a festa e a alegria tomaram conta da cidade. O início do fornecimento hídrico, sonhado e desejado agora não seria mais interpretado como mera especulação política, mas sim como um bem material e indissolúvel responsável por acalantar o “mau” causado pelas feridas históricas da sede na cidade.

Após a realização da abertura das válvulas, o Presidente e a sua comitiva dirigiram-se até a Praça da Bandeira, a fim de que fosse realizado novo conjunto de homenagens e agradecimentos. Nesse espaço, também seria inaugurada uma estátua em tamanho real do Presidente Kubitschek, erguida em bronze, a fim de imortaliza-lo, representando-o perpetuamente no coração da cidade, em forma de reconhecimento pelo bem adquirido.³⁰⁸

O início do fornecimento hídrico desse novo Sistema Adutor para a cidade foi marcado ainda por alguns “novos imprevistos”. Como os idealizadores do projeto tinham pressa na conclusão das obras, as mesmas foram inauguradas de modo inconcluso. Faltavam ainda alguns detalhes importantes a serem incorporados.

Como se sabe, para conclusão das obras do abastecimento d'água de Campina Grande, impõe-se ainda a necessidade da instalação da estação de Gravatá dos filtros de suavização d'água, com que teria o Estado de arcar com as despesas da ordem de mais de trinta milhões de cruzeiros.³⁰⁹

Ciente deste “novo” aspecto complicador, o Presidente Juscelino Kubitschek comprometeu-se novamente pelo repasse de novos recursos, verbas importantíssimas a fim de que o serviço de conclusão do Sistema Adutor pudesse vir a ser realizado rapidamente.

Aproximadamente uma semana após a inauguração dos serviços de bombeamento, o Sistema Adutor, ao contrário daquilo que era esperado, demonstrava um fornecimento escasso e muito irregular. Dizia o Jornal Diário da Borborema que a deficiência dos motores que acionam o recalque, sob a

³⁰⁸ Diário da Borborema, Campina Grande, 7 de Novembro de 1958. p.3

³⁰⁹ Diário da Borborema, Campina Grande, 9 de Novembro de 1958. p.1

administração da empresa “Ortil”, seria uma das possíveis causas responsáveis pelo mau funcionamento do serviço.

Depois da inauguração a nova Adutora do Boqueirão, fato que atraiu a Campina Grande o próprio Presidente da República acompanhado de Ministros de Estado, além de sua excelentíssima esposa e filhas, esperava toda a cidade a rápida normalização do serviço de abastecimento d'água.

Tal, entretanto, não está acontecendo, não sabemos por culpa de quem. As notícias ainda são muito desencontradas e a reportagem do “Diário” não tem conseguido obter informações categóricas para fornecer aos seus leitores.

Faltando água

Em várias ruas o precioso líquido desapareceu completamente, segundo se dizia ontem, porque um dos três motores do Sistema do Boqueirão de repente resolveu parar enquanto a “Ortil” se limitava a mandar providenciar reparos de emergência.

E claro que não esperamos que a distribuição de água a cidade funcione logo nos primeiros dias com toda regularidade, sem apresentar qualquer defeito, Mas, a imprensa tem o dever de inquirir se está havendo falta de cuidado na execução dos serviços, impingindo-se à Campina Grande motores que não oferecem a necessária garantia técnica.³¹⁰

Os problemas, novamente, pareciam se multiplicar como gotas de chuva. Após mais alguns dias passados desde os últimos eventos, o mesmo jornal noticia a quebra de dois motores do serviço recém-inaugurado, na altura da sub-estação de Gravatá³¹¹, algo bastante complicado para uma cidade que enfrentava, além da escassez do recurso, um longo, “ensolarado” e intenso verão.

³¹⁰ Diário da Borborema, Campina Grande, 14 de Novembro de 1958. p.1

³¹¹ Diário da Borborema, Campina Grande, 27 de Novembro de 1958. p.1

Mas é as vésperas do aniversário de um mês de inauguração que uma nova crise no abastecimento passaria a se descortinar, à medida que a Adutora de Boqueirão entraria em grave colapso, identificado pela total paralização dos motores das estações elevatórias de Vereda Grande e Gravatá. Somando-se a isso, é identificado o surgimento de um grande vazamento na já sucateada adutora de Vaca Brava, o que faz com que a cidade de Campina Grande ficasse sem água por mais de uma semana.³¹²

O novo serviço de fornecimento hídrico contemplou inicialmente apenas algumas localidades centrais da cidade, e poucos bairros aproximados. De acordo com algumas matérias presentes nos periódicos jornalísticos, os populares não foram beneficiados imediatamente com esse melhoramento, e aqueles que podiam obter e usufruir do recurso queixavam-se da inconsistente disponibilidade, coloração diferenciada e sabor desagradável da água, algo que causava certo estranhamento e desconfiança. Esses fatores, segundo os técnicos e especialistas do saneamento, estariam associados à ausência de uma estação de suavização e filtragem.³¹³

Após esses percalços iniciais, aos poucos o fornecimento vai sendo estabilizado na cidade, mas o sistema Adutor do Boqueirão de Cabaceiras ainda levaria alguns anos até que os seus serviços fossem normalizados.

Após tantos anos de espera estava pronto o saneamento de Campina Grande. As águas do Rio Paraíba, “o terrível”, agora corriam soltas nos canos da modernidade. O novo Sistema Adutor, embora apresentasse um funcionamento deficitário em seus primeiros anos de vida, convertia-se na mais nova panaceia da progressiva urbe.

A partir de agora outras etapas do projeto modernizador começavam a ser pensadas. Os recursos hídricos agora precisariam ser desviados a fim de encontrarem as torneiras de uma quantidade cada vez maior de habitantes, e no interior das habitações gestarem uma nova cultura da água. Nesse sentido, a partir do ano de 1959 a SANESA - Sociedade de Economia Mista de Campina Grande -, a fim de expandir as ligações e ampliar o consumo d'água na cidade, contrata o escritório de engenharia Hildalius Catanhede. Essas iniciativas

³¹² Diário da Borborema, Campina Grande, 3 de Dezembro de 1958. p.1

³¹³ Diário da Borborema, Campina Grande, 20 de Novembro de 1958. p.1

consistiram em grande esforço material e simbólico na busca pelo combate a sede na cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O “sentimento moderno”, essa sensibilidade marcada por uma forma totalmente particular de ver, sentir e experimentar o mundo e as suas transformações, se apresenta originalmente com um bálsamo agradável à medida que a promessa de uma vida melhor, mais segura e promissora, salta aos olhos dos seus expectadores.

Contemplar esses cenários de transformação material e simbólica nos faz pensar a respeito dos limites e possibilidades dos projetos de reinvenção e reordenação da vida, sobretudo nos contextos da urbanidade.

A ideia de que as intervenções racionais e científicas trariam o desenvolvimento da cidade, e a expectativa de que a vida citadina se tornasse algo mais prazerosa e completa, pondo-nos em contato com o novo, não exclui as contradições e as ambiguidades do vivido, das escolhas e das experiências humanas.

Neste sentido, no primeiro capítulo, buscamos realizar um breve histórico sobre os usos das águas de Campina Grande, analisando nesse contexto as representações elaboradas pelo discurso de higienistas, no intuito de legitimar as intervenções almejadas diante das novas ameaças de insalubridade, à medida que essas figuraram como temas recorrentes na fala dos jornalistas, pensadores e cronistas campinenses, que buscavam inventar uma cidade pretendida, desejada e imaginada a partir do mundo das representações e dos enunciados.

No segundo capítulo, nos preocupamos em problematizar as tramas políticas, materiais e simbólicas que se processaram no seio da construção do Açude de Boqueirão, bem como analisar algumas das tensões sociais e procedimentos técnicos que caracterizaram as experiências de grupos sociais elaboradas em torno da aquisição deste equipamento moderno, tomando como base os discursos midiáticos dos periódicos impressos, os documentos técnicos e os indícios fotográficos.

Já no terceiro e último capítulo, buscamos analisar como foram representados os enfrentamentos e as disputas políticas e sociais estabelecidas

frente às expectativas de distribuição e consumo da água na cidade, amparadas a partir de novas diretrizes técnicas da engenharia moderna, levados a efeito por intermédio da conclusão e inauguração de um grande e imponente sistema adutor e as polêmicas suscitadas pelo início (e crise) do seu fornecimento.

Os jornais campinenses e as imagens fotográficas trataram de produzir representações bastante elaboradas sobre esses procedimentos, à medida que esses olhares contemplaram essas problemáticas sob os mais diferentes ângulos, figurando como testemunhos privilegiados destas transformações.

Perceber a construção e a aquisição desse equipamento moderno na cidade de Campina Grande dos anos 1950, desde o esboço inicial do seu projeto modernizador que visava reconfigurar os hábitos e posturas dos homens ordinários, até a constituição de uma “materialidade líquida”, convertida em panacéia através da personificação de um grande manancial e de um moderno sistema adutor, é considerar a diversidade de propostas e leituras sobre aquilo que é pensado enquanto postura civilizadora.

Acompanhar os episódios nos quais as águas campinenses fizeram-se protagonistas, trata-se de um exercício de compreensão de algo que vai para além dos debates políticos e dos planos sanitários. É viajar por entre os meandros dos baixios secos e dos barreiros enlameados e insalubres. É um perambular desenfreado por entre as bicas, poços e chafarizes, nadando com os “tubarões da água doce” ou furando a fila das nascentes e enchendo de esperança (ou agonia) as latas e moringas de uma cidade que não existe mais, e perceber que essa cidade das letras e das metáforas, uma cidade desenhada, sonhada e pretendida através da pena e da verve de uma elite letrada e científica, em muito difere da cidade das águas, material e palpável, na qual se fizera ouvir os clamores populares, as dinâmicas e as sociabilidades presentes no cotidiano dos aguadeiros, no labor das lavadeiras e na marcha dos operários do saneamento em sua lida diária na companhia dos “monstros de aço” e do “medo”.

A crise no abastecimento de água de Campina Grande e as suas estratégias de resolução ao longo dos anos de 1950, foram orientadas pela racionalidade humana, que é o lugar da certeza e da segurança. A partir desses postulados, os campinenses teriam a promessa de uma vida organizada e

civilizada, mas a vida, assim como a história e a natureza, é imprevisível e implacável.

Essa tão sonhada “modernidade líquida” em Campina Grande, embora tenha ocorrido à conta gotas, tratou de estabelecer sentido e ordenamento para o curso das águas, orientando este recurso a desenhar os contornos pretendidos e planejados pela ótica do saneamento e da engenharia de ponta. A racionalidade técnica da engenharia moderna do Departamento das Obras contra as Secas, de fato transformou as forças da natureza. O rio, agora “manso carneiro criado para montaria de menino”, não mais visto como “um bicho de sete cabeças” fora subjugado e passaria a atender as demandas e as necessidades de uma crescente urbe. E a água, doravante, passaria a ser pensada racionalmente em novos formatos, a fim de desaguar por outros caminhos planejados, gestando novas sensibilidades e estabelecendo novas práticas cotidianas e higiênicas.

MATERIAIS IMPRESSOS CONSULTADOS

Jornal de Campina. Campina Grande, 1952,1953,1954,1955,1956,1957.

Jornal A União. João Pessoa, 1950,1951,1952,1954,1956,1957,1958.

Jornal Correio da Paraíba. João Pessoa, 1952,1953,1956.

Jornal Diário da Borborema. Campina Grande, 1957,1958.

DOCUMENTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

CÂMARA, Epaminondas. Os alicerces de Campina Grande, Edições Caravelas, Campina Grande, 1999.

DO Ó, Edvaldo de Souza. *Sanesa: história de um bem comum*. Campina Grande: editora Campina Grande, 1982.

SILVA FILHO, Lino Gomes da. Síntese Histórica de Campina Grande, (1670 – 1963). João Pessoa – PB – Editora - Grafset, 2005.

JOFFILY, José. Relatório de Christiano Lauritzen – Paço Municipal de Campina Grande em 7 de Outubro de 1890. In: Entre a monarquia e a república. Livraria Kosmos Editora: 1982. p. 179

JOFFILY, Irineu. Notas sobre a Parahyba. Brasília: Thesaurus, 1977.

PIMENTEL, Cristino. Cristino. *Abrindo o livro do passado*. – 2. ed. – Campina Grande: EDUFCEG; 2011.

PINTO, Irineu Ferreira. Datas e notas para a História da Parahyba. Vol. 2, Editora Universitária, 1977.

SETTE, Mário. *Arruar: história pitoresca do Recife antigo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria Casa do Estudante, s/d., pp. 211 a 221.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, William Howard. *Roberto Burle Marx: A Arte Unnatural do Jardim*. Museu de Arte Moderna de Nova York, 1991.
- ADVÍNCULA, Chyara Charlotte Bezerra. *Entre miasmas e micróbios: a instalação de redes de esgoto nas cidades da Parahyba do Norte (PB) e outras medidas de salubridade – 1910/1926*. Mestrado, UFPE-CFCH, Recife, 2009.
- AGRA do Ó, Alarcon. *Da cidade de pedra à cidade de papel: projetos de educação, projetos de cidades. – Campina Grande (1959)*. – Campina Grande: EDUFPG, 2006. p.22.
- AGRA, Giscard Farias. *Modernidade aos goles: a produção de uma sensibilidade moderna em Campina Grande – 1904-1935*. Campina Grande, EDUFPG, 2010. 218 p.
- AGRA, Giscard Farias. *A urbs doente medicada: a higiene na construção de Campina Grande, 1877-1935*. 1. ed. Campina Grande: Gráfica Marcone, 2006. p. 37
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez; Recife: Massangana, 2001.
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino – de problema à solução (1877-1920)*. Campinas: UNICAMP, 1988 (Dissertação de mestrado em História).
- ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro. *A peste e o plano: o urbanismo sanitário do engenheiro Saturnino de Brito*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, 1992.
- ARANHA, Gervácio Batista. *Seduções do moderno na Parahyba do Norte: Trem de Ferro, Luz elétrica e Outras Conquistas Materiais e Simbólicas (1880-1925)* In: *A Parahyba no Império e na República*. 3.ed. Campina Grande: EDUFPG, 2006. pp. 67-112.
- ALMEIDA, Elpídio de. *História de Campina Grande*. Campina Grande. Livraria Pedrosa, 1962.
- ALMEIDA, Elpídio de. *Açude Velho*. In: *História de Campina Grande*. Edições da Livraria Pedrosa. Campina Grande/PB: 1962. Pág. 114.
- ALMEIDA, Antônio Pereira de. *Os Oliveira Ledo ... De Teodósio de Oliveira Ledo – fundador de Campina Grande – a Agassiz Almeida – Constituinte de 1988 Brasília: CEGRAF, 1989)*
- BARROS, José D'Assunção. *Cidade e História*. Petrópolis/ RJ: Vozes, 2007. pp.13-14.

BARTHES, Roland. A mensagem fotográfica. In: ADORNO *et. all. Teoria da cultura de massa*. Tradução, comentários e seleção: Luiz Costa Lima. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

BEGUIN, François. As maquinarias inglesas do conforto. In: *Revista Espaço-Debates*, n. 34, NERU, 1991, pp.39-54

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Tradução de Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti - São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 24.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. Ed. Brasiliense, 1982

BOSI, Alfredo. José Américo. In: *História Concisa da Literatura Brasileira*. 43 ed. – São Paulo: Cultrix, 2006.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales: 1929-1989: a revolução Francesa da Historiografia*. Tradução de Nilo Odália. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CABRAL FILHO, Severino. *Imagens e imagens: a pretexto de uma introdução*. In: *A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950)*. Tese de Doutorado defendida junto ao programa de pós-graduação em Sociologia da UFPB em 2007.

CARTIER-BRESSON, H. “Eu Fotógrafo”, *Cadernos de Jornalismo e Comunicação*, Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 1980, 1º.

CERTEAU Michel de. A operação historiográfica In: *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. “Caminhadas pela cidade”. In: *A invenção do cotidiano: 1- Artes de Fazer*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994, p.169-191.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro na Belle Époque*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Tradução: Cristina Antunes. 2ªed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. São Paulo: DIFEL, 1990.

CORBIN, Alain. *Saberes e odores: o olfato e o imaginário nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COSTA, Agenor. *Dicionário de Sinônimos e Locuções da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1950.

COULANGES, Fustel de. *A cidade antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Três, 1984

DARNTON, Robert. e ROCHE, Daniel. (org.). *Revolução Impressa – a imprensa na França 1775-1800*. São Paulo: Edusp, 1996

DEL PRIORY, Mary. *História do esporte no Brasil. Do Império aos dias atuais*/Mary Del Priore, Victor Andrade de Melo (Orgs.). – São Paulo: Editora UNESP, 2009. 568p: Il.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada* [trad. Maria Lucia Machado]. 5 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador. Volume I: uma história dos costumes*. Tradução de Ruy Jurgman. 2 ed., Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1990. 1v;

_____, *O processo civilizador. Volume II: formação do estado e civilização*. Tradução de Ruy Jurgman. 2 ed., Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1993. 2v;

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Bomtempo, 2008.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A dança dos deuses. Futebol, sociedade, cultura*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007. 433 p

GEBARA, Ademir. (Org.); PILATTI, Luiz Alberto (Org.). *Ensaio sobre História e Sociologia nos Esportes*. 1. ed. Jundiaí: Fontoura, 2006. v. 2000. 196p

GUERRA, Egídio Sales. *Oswaldo Cruz*. Rio de Janeiro: Casa Editora Vecchi, Ltda., 1940.

KOSSOY, Boris. *A fotografia como fonte histórica; introdução à pesquisa e interpretação das imagens do passado*. São Paulo, Museu da Ind. Com. e Tecnologia de São Paulo - SICCT, 1980. p. 29.

LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. (Orgs.). *História: novos problemas, novas abordagens, novos objetos*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1988, 3 vols.

LIMA, Luciano Mendonça de. "A comunidade escrava às vésperas do Quebra-quilos ou em busca das "raízes do efêmero"". in: *Derramando susto: os escravos e o Quebra-quilos em Campina Grande*, Campina Grande-PB: EDUFPG, 2006. p. 117.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: *Fontes históricas/ Carla Bassanezi Pinsky, (organizadora)*. – 2.ed., reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008, pp. 111-153.

LUCENA, Ricardo de Figueiredo. *O Esporte na Cidade: aspectos de um esforço civilizador brasileiro*. Campinas: Autores Associados/CBCE, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Tradução de Luiz Cláudio de Castro e Costa. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira & MARTINS, Roberto de A. Os miasmas e a teoria microbiana das doenças. *Scientific American Brasil [Série História]* (6): pp.68-73, 2006.

MAUAD, Ana Maria. O olho da história: fotojornalismo e a invenção do Brasil contemporâneo. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone (Org.s). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

MICHAELIS: moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998-(Dicionários Michaelis). 2259p.

NEVES, Lúcia Maria Bastos; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone (Org.s). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

OCTÁVIO, José. História da Paraíba - Lutas e Resistência. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2000.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti. Os médicos e os ratos: a bubônica em Campina Grande e a instauração de uma estética do medo. *Revista de Humanidades (UNIFOR)*, v. 25, p. 179-194, 2010.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania - Uma História Social do Futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000.

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. SP: Paz e Terra, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 2ª ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 132p. (Coleção História e Reflexões, 5).

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol.27, nº53, jan.-jun.2007.

PIRES, Maria da Conceição Francisca. Vitória no começo do século XX: modernização na construção da capital capixaba. In: *Saeculum – Revista de História*. João Pessoa/PB, n. 14, jan./ jun. 2006. p.01

REIS, João José – “A morte é uma festa” – ritos fúnebres e revolta popular no Brasil no século XIX. Ed. Cia das Letras, SP, 1991.

REZENDE, Antonio Paulo. *(Des)encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte*. Recife: Fundarpe, 1997.

ROCHE, Daniel. *História das coisas banais: o nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SÁ, Lenilde Duarte de. *Parahyba: uma cidade entre miasmas e micróbios. O Serviço de Higiene Pública: 1895-1918*. Tese de doutorado. Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP/USP), 1999.

SAMARA, Eni de Mesquita e TUPY, Ismênia S. Silveira T. A leitura crítica do documento In: *História & Documento e metodologia de pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, pp.117/141.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *Cidade das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo*. São Paulo: Senac/SP, 2007.

SOUZA, Fabiano Badú de. “Boqueirão é longe!”: *(des)encantos e (des)venturas sobre o abastecimento de água em Campina Grande nas páginas jornalísticas (1951-1957)*. Monografia de Graduação em Licenciatura em História da UFCG. Campina Grande, 2010.

SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. *Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande - 1920-1945*. 2001. 378 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. *Territórios de Confrontos: Campina Grande – 1920-1945*. Campina Grande: EDUFCG, 2006.

IMAGENS FOTOGRÁFICAS

Fotografia do Açude Velho na década de 1940. Fotógrafo: José Cacho. Disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com.br/2011/03/memoria-fotografica-acude-velho-decada.html> Acesso: 22/08/2012

Fotografia das lavadeiras do Bodocongó. Fonte: Jornal de Campina 21 de setembro de 1952. p. 03

Fotografia da prática do remo no Açude Novo em Campina Grande, na década de 1950. Disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com.br/2012/03/memoria-fotografica-remo-no-acude-novo.html> Acesso: 22/08/2012

Fotografia - Escavações para a construção da barragem. Fonte: Acervo do D.N.O.C.S.

Fotografia - Máquinas e trabalhadores na construção da barragem. Fonte: Acervo do D.N.O.C.S.

Fotografia - O Presidente Juscelino Kubitschek e a Comissão de Campina Grande. Fonte: Acervo do Diário da Borborema.

Fotografia - Trabalhadores e tubulações na construção do Sistema Adutor. Fonte: Acervo do D.N.O.C.S.

Fotografia - Juscelino Kubitschek no Reservatório da Prata - Inauguração e abertura das válvulas de bombeamento da Adutora de Boqueirão de Cabaceiras. Fonte: Acervo do Museu Histórico de Campina Grande.